

**A Estratégia de Argumentação de António de Oliveira Salazar.
Análise de discursos políticos entre 1928 e 1932.**

Paulo Sérgio Fonseca Santos Pinto Macedo

**Dissertação de Mestrado em
Ciências da Comunicação – Comunicação Estratégica**

Março, 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação – Comunicação Estratégica, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fabrizio Macagno.

*Dedico este trabalho àqueles que o lerem.
Que ele seja um contributo, mesmo que modesto,
para que a Razão seja mediadora do que é ouvido, lido
e, principalmente, dito.*

AGRADECIMENTOS

As motivações para a frequência e a conclusão deste Curso de Mestrado, para além de uma vontade íntima de retornar ao desafio académico e o desenvolvimento pessoal a que o ritmo dos acontecimentos obriga, foram as de obter competências para o melhor desempenho de funções, nas áreas da representação pública da Igreja Adventista do Sétimo Dia. A esta Instituição e aos seus dirigentes, a minha sentida gratidão pelo incentivo e pelo apoio, que estendo aos colegas da União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia e da Publicadora SerVir.

Voltar a uma Universidade, quase vinte anos depois, foi uma experiência tão desafiante quanto enriquecedora. Agradeço aos colegas de Mestrado pelo apoio na suplantação destes desafios, particularmente ao grupo formado com a Annaysa, a Carolynne e o Tiago. A aplicação e a dinâmica que imprimiram aos nossos trabalhos foram uma ajuda preciosa.

Agradeço à Professora Ana Margarida Barreto pela Coordenação da componente letiva e o rigor exemplar das suas aulas; à Professora Ivone Ferreira pelo entusiasmo e proximidade com que desbravou caminhos nas questões de Imagem e Reputação; ao Professor Rui Cádima, pelos horizontes que abriu em relação às oportunidades e aos desafios colocados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, que ficaram expressos no trabalho sobre Cidadania Digital e o seu potencial de liberdade, presença e participação.

Ao Professor Fabrizio Macagno, deixo um abraço de sentido reconhecimento. Assistir às suas aulas, ler as suas recomendações e cumprir com os seus trabalhos foi uma descoberta inesperada de uma nova paixão – a Argumentação. O maior legado foi compreender, com mais fundamento, o efeito perverso que pode existir nas disparidades entre o que é pensado, o que é intentado dizer, o que é efetivamente dito e o que é percebido. Obrigado, também, pela orientação segura e próxima, quase sempre de resposta instantânea. Sem ela, a complexidade e originalidade do tema guiar-me-ia por trilhos, com certeza, bem mais tortuosos.

À minha mãe, Orquídea Santos, a quem agradeço a confiança inabalável, tomando sempre por seus os objetivos, planos e sonhos que vou cumprindo. Este era um deles, constituindo, ao mesmo tempo, uma dívida antiga, com parte ainda por liquidar.

À minha filha, Maria, um obrigado muito especial, somente por ser quem e como é. Nunca lhe ouvi queixume ou reprimenda pelas ausências ou silêncios, o que foi uma

grande prova de respeito e de amor. Muitas vezes, quando a vontade escasseava, era ao seu exemplo prematuro de responsabilidade e esforço que ia buscar o meu ânimo.

À Rolanda, minha esposa, companheira e amiga, um profundo obrigado por estar sempre presente e sempre disponível. Foi com palavras de apoio, confiança e garantia que me viu somar este encargo a todos os que já condicionam a nossa vida em comum. A sua ação constante a cuidar da nossa família, notoriamente interessada e discretamente preocupada, foi (mais uma) prova de amor. Juntos, sempre juntos.

E, acima de tudo, a Deus, a Quem estou grato pela vida, a saúde, as circunstâncias e a capacidade que me ofereceu para concluir esta tarefa. Que, segundo aconselha na Sua Palavra, me ajude confiar n'Ele e não somente no meu entendimento (Provérbios 3:5); a crer que vêm d'Ele os pensamentos e as palavras certas no momento certo (Mateus 10:19); que, ao ouvir e falar, me ajude a encontrar sempre o equilíbrio entre a prudência e a simplicidade (Mateus 10:16).

Paulo Sérgio Macedo

*Sei muito bem o que quero e para onde vou,
mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses.
No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta,
mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar.*

António de Oliveira Salazar

*Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal
maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé.
Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em
todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há
conhecimento exato e que deixam margem para dúvida.
É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e
não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador;
pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a
probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem,
mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão.*

Aristóteles

A Estratégia de Argumentação de António de Oliveira Salazar.

Análise de discursos políticos entre 1928 e 1932.

Paulo Sérgio Fonseca Santos Pinto Macedo

RESUMO

A presente Dissertação tem como tema a argumentação, centrando-se na definição teórica dos conceitos a ela ligados e na sua aplicação à estratégia argumentativa do antigo ditador e líder de um duradouro regime autoritário em Portugal, António de Oliveira Salazar. A partir dos estudos sobre o discurso, é definido, na parte teórica, o papel da argumentação como tentativa de convencimento e de resolução em ambiente dialógico, em particular nos tipos deliberativo e persuasivo. Esta definição conduz à necessidade de precisão em relação à definição e à constituição de um argumento, diferenciando-o de outras ferramentas usadas em diálogo. Nessa definição, e passando pela diferenciação entre lógica (formal), dialética e retórica como elementos ao dispor da argumentação, é proposta a noção de lógica informal como mais adequada ao contexto de plausibilidade num ambiente de apresentação e troca de argumentos. Identificando a utilidade do uso de argumentos de forma ordenada e intencional, apresenta-se o conceito de esquemas argumentativos e encontra-se uma proposta de classificação e tipificação adaptada ao objeto de estudo prático, explicando cada esquema e traduzindo para Português a sua desconstrução e as questões críticas correspondentes. De uma forma resumida, é ainda apresentado o conceito de estrutura de argumentação e os seus diagramas mais básicos. A dimensão implícita demonstra ser um elemento de importância fundamental para a compreensão e questionamento do discurso, que requereu uma definição específica de dois dos seus instrumentos: as pressuposições e as implicaturas. A partir deste quadro teórico, procede-se à análise dos seis discursos politicamente mais significativos de António de Oliveira Salazar, desde a sua nomeação como Ministro das Finanças, em 1928, até à sua ascensão a Presidente do Conselho, em 1932. Essa análise é realizada, após a apresentação do contexto imediato de cada discurso, a partir da contagem da frequência e da desconstrução dos esquemas argumentativos utilizados, da aferição de uma possível estrutura de argumentação e da identificação e apresentação dos implícitos utilizados pelo ator político, com enfoque nos seus pressupostos. A pergunta de base a que esta Dissertação procura responder refere-se à possibilidade de aferição de um perfil de argumentação em António de Oliveira Salazar, bem como se a sua argumentação contém sinais e teve efeitos na sua ascensão política, sobre o tipo de regime que emergiu da Ditadura Militar e, a existir, qual o peso da dimensão implícita no seu discurso.

Palavras-chave: argumentação, lógica informal, esquema argumentativo, estrutura de argumentação, dimensão implícita do discurso, Salazar.

ABSTRACT

This thesis focuses on the theme of argumentation and on the definition of the concepts related to it. It also presents its practical application to the study of the argumentation strategies of the former dictator and leader of a long-standing authoritarian regime in Portugal, António de Oliveira Salazar. From the studies on discourse, the theoretical part defines the role of argumentation as an attempt to convince and resolve the interlocutors in a dialogic environment, in particular in the deliberative and persuasive types. This definition leads to the need for precision regarding the definition and constitution of an argument, differentiating it from other tools used in dialogue. In this definition, beyond the differentiation between (formal) logic, dialectic and rhetoric as elements available to argumentation, the notion of informal logic is proposed as more adequate to the context of plausibility in an environment of presentation and exchange of arguments. Identifying the usefulness of the use of arguments in an orderly and intentional way, the concept of argumentative schemes and a proposal of classification and schematization adapted to the object of practical study are presented, explaining each scheme and translating into Portuguese its deconstruction and the corresponding critical questions. The concept of argumentation structure and its most basic diagrams are also presented. The implicit dimension proves to be an element of fundamental importance for the understanding and questioning of discourse, which requires a specific definition of two of its (non)manifestations: presuppositions and implicatures. From this theoretical framework, are analyzed the six most politically significant speeches of Antonio de Oliveira Salazar, from his appointment as Minister of Finance in 1928, until his accession to the Presidency of the Council of Ministers, in 1932. This analysis follows the presentation of the immediate context of each discourse and is based on the study of the frequency and deconstruction of the argumentative schemes, the assessment of a possible structure of argumentation and the identification and presentation of the implicit incidents used by the political actor, focusing on their presuppositions. The basic question to which this thesis seeks to answer refers to the possibility of identifying a profile of argumentation in António de Oliveira Salazar discourse, and whether it is possible to detect signs in his arguments of his political ascent, and the type of regime that emerged from the Military Dictatorship and, if any, determine how they are concealed in the implicit dimension of his discourse.

Keywords: argumentation, informal logic, argumentative scheme, structure of argumentation, implicit dimension of discourse, Salazar.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. CONTEXTO HISTÓRICO	4
1.1. SITUAÇÃO DE PORTUGAL E DA EUROPA ENTRE OS ANOS DE 1918 E 1933	4
1.2. ORIGENS, FORMAÇÃO E PERSONALIDADE DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR	5
2. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE	7
2.1. DO DISCURSO.....	7
2.1.1 <i>Intenções Dialógicas e Argumentação</i>	9
2.1.2. <i>Intenções Dialógicas e Argumentos</i>	11
2.2. DA ARGUMENTAÇÃO	14
2.3. OS ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS.....	19
2.4. CLASSIFICAÇÃO E TIPIIFICAÇÃO DOS ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS	23
2.5. DIAGRAMAS DE ARGUMENTOS	23
2.6. A DIMENSÃO IMPLÍCITA DO DISCURSO	25
2.6.1. <i>As Implicaturas</i>	26
2.6.2. <i>As Pressuposições</i>	29
3. A ARGUMENTAÇÃO DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR	32
3.1. DISCURSO 1: “SEI MUITO BEM O QUE QUERO E PARA ONDE VOU”	32
3.1.1 <i>Contexto</i>	32
3.1.2. <i>Análise da Argumentação</i>	33
3.1.3. <i>Estrutura</i>	37
3.1.4. <i>Dimensão implícita</i>	37
3.2. DISCURSO 2: “...NÃO ESTOU AUTORIZADO A FAZER DECLARAÇÕES POLÍTICAS.”	40
3.2.1. <i>Contexto</i>	40
3.2.2. <i>Análise à Argumentação</i>	41
3.2.3. <i>Estrutura</i>	44
3.2.4. <i>Dimensão Implícita</i>	45
3.3. DISCURSO 3: “... A MODIFICAÇÃO RADICAL DE TAL ESTADO DE COISAS.”	47
3.3.1. <i>Contexto</i>	47
3.3.2. <i>Análise à Argumentação</i>	48
3.3.3. <i>Estrutura</i>	51
3.3.4. <i>Dimensão Implícita</i>	51
3.4. DISCURSO 4: “SE IAM ACANTONANDO... VALORES DA GENTE PORTUGUESA.”	52
3.4.1. <i>Contexto</i>	53
3.4.2. <i>Análise à Argumentação</i>	54
3.4.3. <i>Estrutura</i>	55
3.4.4. <i>Dimensão Implícita</i>	56
3.5. DISCURSO 5: “... ISTO É AMAR O POVO... ISTO É SER PELA DEMOCRACIA.”	57
3.5.1. <i>Contexto</i>	57
3.5.2. <i>Análise à Argumentação</i>	58
3.5.3. <i>Estrutura</i>	61
3.5.4. <i>Dimensão Implícita</i>	62
3.6. DISCURSO 6: “A CONSTITUIÇÃO MARCA UMA POSIÇÃO INTERMÉDIA”	65
3.6.1. <i>Contexto</i>	65
3.6.2. <i>Análise à Argumentação</i>	66
3.6.3. <i>Estrutura</i>	69
4. PERFIL DE ARGUMENTAÇÃO	70
4.1. ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO.....	70
4.2. ESTRUTURA.....	72
4.3. DIMENSÃO IMPLÍCITA	73
CONCLUSÃO	78

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	I
APÊNDICE I - ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS: DEFINIÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E QUESTÕES CRÍTICAS	IV
APÊNDICE II - TABELA 1 – MODELO: CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS	XVI
APÊNDICE III - DIAGRAMAS DE ARGUMENTOS, SEGUNDO WALTON.....	XVII
APÊNDICE IV - TABELA 2 – FREQUÊNCIAS DE TIPOS DE ARGUMENTO DISCURSO 1	XIX
APÊNDICE V - DIAGRAMA 2 – EXEMPLO DE ARGUMENTAÇÃO DISCURSO 1	XX
APÊNDICE VI - TABELA 3 – FREQUÊNCIAS DE TIPOS DE ARGUMENTO DISCURSO 2	XXI
APÊNDICE VII - DIAGRAMA 3 – ESTRUTURA GERAL DE ARGUMENTAÇÃO DISCURSO 1	XXII
APÊNDICE VIII - DIAGRAMA 4 – EXEMPLO DE ARGUMENTAÇÃO DISCURSO 2.....	XXIII
APÊNDICE IX - TABELA 4 – FREQUÊNCIAS DE TIPOS DE ARGUMENTO DISCURSO 3	XXIV
APÊNDICE X - DIAGRAMA 5 – EXEMPLO DE ARGUMENTAÇÃO DISCURSO 3	XXV
APÊNDICE XI - TABELA 5 – FREQUÊNCIAS DE TIPOS DE ARGUMENTO DISCURSO 4	XXVI
APÊNDICE XII - DIAGRAMA 6 – EXEMPLO DE ARGUMENTAÇÃO DISCURSO 4	XXVII
APÊNDICE XIII - TABELA 6 – FREQUÊNCIAS DE TIPOS DE ARGUMENTO DISCURSO 5.....	XXVIII
APÊNDICE XIV - DIAGRAMA 7 – EXEMPLO DE ARGUMENTAÇÃO DISCURSO 5	XXIX
APÊNDICE XV - TABELA 7 – FREQUÊNCIAS DE TIPOS DE ARGUMENTO DISCURSO 6.....	XXX
APÊNDICE XVI - DIAGRAMA 8: EXEMPLO DE ARGUMENTAÇÃO DISCURSO 6	XXXI
APÊNDICE XVII - TABELA 8 – FREQUÊNCIAS TOTAIS DE TIPOS DE ARGUMENTO NOS DISCURSOS	XXXII
APÊNDICE XVIII - TABELA 9 – NÚMERO TOTAL DE PRESSUPOSIÇÕES PROBLEMÁTICAS	XXXIII
ANEXO I - QUADRO 1 – TIPOS DE DIÁLOGO	XXXV
ANEXO II - DIAGRAMA 1 – ARGUMENTO PARA A MUDANÇA POLÍTICA	XXXVI
ANEXO III - QUADRO 2 – SUMÁRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE ESQUEMAS (WALTON E MACAGNO, 2015) .	XXXVII
ANEXO IV - DISCURSO 1: POSSE NO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	XXXVIII
ANEXO V - DISCURSO 2: OS PROBLEMAS NACIONAIS E A PRIORIDADE DA SUA SOLUÇÃO.....	XL
ANEXO VI - DISCURSO 3: POLÍTICA DE VERDADE E POLÍTICA DE MENTIRA.....	XLIII
ANEXO VII - DISCURSO 4: SOB O ESPECTRO DA DESORDEM.....	XLV
ANEXO VIII - DISCURSO 5: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REVOLUÇÃO POLÍTICA.....	XLVIII
ANEXO IX - DISCURSO 6: A NOVA CONSTITUIÇÃO	LVII
ANEXO X - DISCURSO: A CAMINHO DO RENASCIMENTO	LIX

INTRODUÇÃO

No momento em que apresentamos a presente Dissertação, parte da Componente Não Letiva do Curso de Mestrado em Ciências da Comunicação – Comunicação Estratégica, a Europa e o Ocidente deparam-se com o crescimento de movimentos, alguns mais organizados outros mais inorgânicos, que colocam em causa os mais elementares consensos das democracias liberais nas últimas décadas. A forma como o fazem baseia-se, em grande parte, numa utilização massiva das Tecnologias de Informação e Comunicação para fins políticos, por um lado, e, por outro e principalmente, na aplicação de um discurso que apela aos mais simplistas dos conceitos e emoções dos seus públicos. Foi precisamente com a preocupação com as causas, fundamentos, conteúdo e consequências do discurso que escolhemos o tema da Argumentação como base de trabalho. Procuramos compreender estes elementos através do estudo da Argumentação, como ferramenta discursiva de apresentação e refutação de conceitos, ideias e linhas de ação em ambiente de diálogo, nomeadamente deliberativo e persuasivo.

Esta Dissertação tem como título *A Estratégia de Argumentação de António de Oliveira Salazar. Análise de discursos políticos entre 1928 e 1932*. A nossa questão de partida é: “Qual é o perfil de argumentação de António de Oliveira Salazar?”. A esta, juntam-se algumas outras, conseqüentes da primeira, mas não menos relevantes: Teve o perfil de argumentação de António de Oliveira Salazar efeitos na sua ascensão de Ministro das Finanças a Presidente do Conselho, de 1928 a 1932? Contém o seu discurso sinais sobre o tipo de regime que emergiria da Ditadura Militar que serviu neste período? Existe uma dimensão implícita no discurso de Salazar, e, se sim, qual o seu peso na linha de ação estipulada pelo ator político?

Para responder a estas questões, dividimos este trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos, de uma forma necessariamente breve, o contexto histórico de Portugal e da Europa entre 1918 e 1933, bem como revelamos alguns dados sobre a personalidade e o percurso de Salazar. Procuramos, assim, aferir os elementos circunstanciais para os discursos proferidos, a que acrescentamos algumas notas específicas no início da análise de cada discurso.

O segundo capítulo é dedicado à criação de uma base teórica que suporta a análise dos discursos selecionados. Nela, partindo do conceito de Discurso e citando os tipos de Diálogo, definimos o termo Argumentação e apresentamos a proposta de Lógica Informal

como ferramenta preferencial ao seu serviço. Depois, a partir dos estudos sobre Esquemas Argumentativos, encontramos um Modelo de Classificação e Tipificação adequado ao objeto de estudo e oferecemos, em apêndice, uma tradução original dos vários Esquemas selecionados. Segue-se a apresentação do conceito de Estrutura de Argumentação e a apresentação dos seus principais diagramas. O capítulo termina com uma referência à importância da dimensão implícita do discurso, salientando as implicaturas e as pressuposições como os seus dois principais incidentes.

O terceiro capítulo constitui o corpo analítico deste trabalho, no qual são analisados seis discursos de António de Oliveira Salazar, iniciando com o texto lido na sua tomada de posse, em 1928, e terminando com o texto de defesa da nova Constituição, em 1932. A sua seleção relaciona-se com a deteção da relevância do seu conteúdo face ao contexto, o que procuramos demonstrar pelo ponto inicial de cada subcapítulo. Depois, criticamos cada discurso de acordo com a teórica proposta, através da análise da argumentação, nomeadamente a frequência relativa e absoluta dos esquemas, da estrutura e da dimensão implícita de cada um.

No quarto capítulo, realizamos a apresentação quantitativa e a análise qualitativa da argumentação de António de Oliveira Salazar, procurando traçar as linhas do seu perfil de argumentação, sem descurar a sua relação com o curso político de Portugal no período em estudo.

Para facilitar a ligação da leitura entre a Dissertação, os documentos adicionais e os discursos originais, existem hiperligações entre as inserções no texto e os apêndices e anexos, bem como nos títulos destes para um retorno ao texto no ponto anterior. Todos os discursos apresentados em anexo, na sua totalidade ou em excerto, apresentam a grafia utilizada na sua fonte.

No seu livro *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Lemos Martins (2016), propondo-se debater a “ordem discursiva” de Salazar, escreveu que esta constituía:

... uma organização do sentido, significada afinal por um sistema de palavras. (...) espaço investido pelos objectivos estratégicos, pela eficácia das táticas, pela multiplicidade das relações de força da prática discursiva salazarista. É um facto que este espaço, este lugar de coerência discursiva, não é explícito. Mas nem por isso deixa de ser a condição e o princípio organizador de uma cultura política.

Dada a dimensão histórica de Salazar do Estado Novo em Portugal, há um interesse sobre os fundamentos e o conteúdo do seu discurso. A nossa obra, parece-nos, traz um novo contributo para esse estudo sob duas perspetivas: a tentativa de encontrar

um perfil discursivo no orador e o esforço de descobrir a “tal” dimensão implícita que revela a sua cultura política.

Se o conseguirmos fazer, alcançaremos o nosso objetivo. E, com ele, teremos contribuído ainda, como feliz epifenómeno, para a capacitação de uma melhor compreensão e utilização da argumentação. Nos dias que correm, ser capaz de, com rigor, compreender o que é ouvido e lido e dizer o que se pretende, não é algo de somenos importância.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

No presente capítulo, apresentamos um resumo do quadro político nacional e internacional entre os anos de 1928 e 1932, período a que obedece este estudo, e apresentamos as características, valores e competências pessoais de António de Oliveira Salazar. Não sendo este um trabalho de História nem de Ciência Política, tomaremos somente em consideração os factos e elementos mais relevantes para a contextualização objetiva e subjetiva desses discursos, isto é, a conjuntura histórica reconhecida de então e as circunstâncias institucionais e pessoais do orador. Fazemo-lo pela importância que tais fatores representam para a argumentação de Salazar e, em particular, para a dimensão implícita do seu discurso, como provaremos oportunamente.

A contextualização específica em relação a cada discurso analisado encontra-se no ponto inicial de cada análise, no capítulo 3.

1.1. Situação de Portugal e da Europa entre os anos de 1918 e 1933

A 27 de abril de 1928, o Professor Doutor António de Oliveira Salazar tomou posse como novo Ministro das Finanças de um Governo liderado pelo Presidente do Ministério, General Vicente de Freitas (Wheeler, 1986).

O acontecimento próximo que dera origem a este convite fora a não aceitação, por parte do Governo português, das condições desfavoráveis impostas pela Sociedade das Nações para um empréstimo financeiro de doze milhões de libras, agravando a crise financeira, em especial crise de pagamentos externos, vivida em Portugal na altura. (Wheeler, 1986; Medeiros Ferreira, 1996; Braga da Cruz, 1988). Depois de quase duas décadas, desde a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, Portugal vivera um período conturbado, de mudança de regime; notícias de golpes e contragolpes; governos sucessivos de curta duração; crise económica, financeira e social; conflitos com a Igreja Católica; desentendimento sobre a participação na Grande Guerra; e assassinato de um Chefe de Estado, Sidónio Pais (Medeiros Ferreira, 1986; Carrilho, 1995). Por exemplo, nos últimos seis anos da Primeira República, ou seja, entre 1918 e 1926, existiram vinte e três governos (Wheeler, 1986).

Lá fora, a Europa percorria o seu caminho entre a cura das feridas provocadas pela I Grande Guerra e a inevitável Grande Depressão de 1929. Nos “loucos anos vinte”,

observavam-se os excessos financeiros dos países vencedores e o ressentimento nacional dos perdedores da Guerra (Kissinger, 1996). Se, no percurso dos primeiros, o capitalismo desregrado conduziu a uma crise económica e social sem precedentes no final da década, nos segundos, em particular na Alemanha, a reação nacionalista à minoridade imposta no concílio das Nações terminou numa experiência inacreditável de totalitarismo racial. Este é o período das grandes batalhas ideológicas radicais, que colocam em causa o paradigma do regime parlamentar demoliberal. É o tempo da consolidação do materialismo histórico na União Soviética comunista, que, embora ainda em lutas ideológicas intestinas e a preparar inimagináveis purgas fratricidas, provoca ondas de atração nos países ocidentais, como exemplificou Rosa do Luxemburgo. Mas é também o tempo da Marcha sobre Roma de Mussolini, em 1922, e da tentativa de golpe de Hitler em Munique, em 1923, data também do início da ditadura de Primo de Rivera e da sua *Unión Patriótica*, em Espanha (Costa Pinto, 1922). Quando Salazar, finalmente, é nomeado Presidente do Conselho, em 1932, e a Constituição que deu origem ao Estado Novo entra em vigor, em 1933, Mussolini é já *Il Duce* e Hitler, nesse ano nomeado Chanceler, está prestes a acumular esse cargo com a Presidência da Alemanha, tornando-se *Führer* do *Reich*. Entretanto, as democracias parlamentares, desgastadas pela crise económica e cercadas por forças não democráticas, internas e externas, pela esquerda e pela direita, enfrentarão o maior teste à sua existência nos anos que se seguiriam (Kissinger, 1996).

É neste país, cansado de instabilidade e exaurido pela crise, receoso do ambiente externo, que o General Gomes da Costa inicia uma sublevação militar e, partindo de Braga, marcha sobre Lisboa. Teve assim início a Ditadura Militar, depois chamada Ditadura Nacional, um regime antiparlamentar e autoritário, que provocou o fim do regime de 1910 e conduziu à Constituição de 1933, documento fundador do Estado Novo.

1.2. Origens, formação e personalidade de António de Oliveira Salazar

António de Oliveira Salazar nasceu em 1889 e, com onze anos de idade, tornou-se seminarista, em Viseu. Em 1908, ano em que terminou o seminário, deu-se a morte do rei D. Carlos e do herdeiro do trono, Luís Filipe, e, em 1910, a Revolução Republicana (Nogueira, 1977). Estes dois acontecimentos marcaram a visão do mundo do conservador católico Salazar, que, também em 1910, iniciou o seu curso de Direito, em Coimbra. Em 1914, Salazar concluiu a licenciatura com 19 valores, e, quatro anos mais tarde, somente

com 29 anos, obteve o doutoramento em Economia e Finanças. Ao longo dos anos de estudo em Coimbra e durante o tempo em que foi professor universitário, Salazar teve um papel político, ativo mas discreto, como personalidade do Centro Académico da Democracia Cristã e autor de artigos para periódicos católicos – por sinal conhecidos pelo seu cariz metódico, eloquente e eficaz – em particular contra o anticlericalismo da Primeira República (Nogueira, 1977; Braga da Cruz, 1988). Chegou a ser convidado por Sidónio Pais, em 1918, para Secretário do Ministério das Finanças, cargo que rejeitou, e foi eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo de Guimarães, em 1921. No entanto, só cumpriu o seu mandato durante três dias, por desinteresse no trabalho parlamentar e após assistir a um debate particularmente truculento (Wheeler, 1986).

O primeiro convite para assumir a pasta das Finanças Públicas chegou na sequência do golpe de 1926 e da instauração da Ditadura Militar; apesar de aceitar o cargo, Salazar só permaneceu na função durante treze dias, acabando por renunciar, argumentando não estarem reunidas as condições para resolver os problemas financeiros do país e após um desentendimento com o Presidente do Ministério (Wheeler, 1986).

António de Oliveira Salazar, beirão, conservador, católico, professor catedrático de reconhecido mérito e cidadão de probidade exemplar (Nogueira, 1977; Nogueira Pinto, 1996), foi então convidado novamente para assumir o cargo de Ministro das Finanças, em contexto de maior estabilidade política, em ditadura militar, mas ainda de dramáticas circunstâncias financeiras e económicas. Desta vez, contudo, o Doutor Salazar expôs as suas condições inegociáveis para aceitar o que apelidou de "tão grande sacrifício", que foram aceites pelo Presidente do Ministério e por todo o Conselho de Ministros. (Wheeler, 1986; Medeiros Ferreira, 1996).

A partir desta data, o seu prestígio aumentou em função do seu desempenho como Ministro das Finanças, e, com ele, o seu poder e influência, que o conduziram à nomeação como Presidente do Conselho, em 1932, organizador ideológico do texto da Constituição de 1933, e, depois, na prática, líder autoritário de uma ditadura que durou até 1968, na sua liderança, e 1974, após a sua morte.

Nas palavras de Wheeler, em 1928:

... a ditadura encontrava não só um ditador para as Finanças, mas o embrião do ditador político, denominador e símbolo pessoal de todo um sistema político. (Wheeler, 1986: 31).

2. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Neste capítulo, iremos apresentar os instrumentos utilizados para a análise dos discursos de António de Oliveira Salazar selecionados para este trabalho. Começaremos por expor a importância da compreensão do papel do discurso na ação política, em especial para o nosso objeto de estudo. De seguida, apresentaremos os conceitos de Argumentação, elencaremos os Esquemas de Argumentação mais relevantes e mais pertinentes para a nossa análise, e, resumidamente, referiremos os tipos de Diagrama de Argumentação propostos e a sua relevância para a fluência e a eficácia discursivas. Passaremos depois para a dimensão implícita do discurso, referindo o conceito e o papel das implicaturas e das pressuposições, pormenorizando finalmente a reconstrução das premissas implícitas e das conclusões implícitas, determinantes para a análise do tipo e da forma do discurso que aqui analisamos.

Realçamos que, no escopo deste trabalho, a nossa atenção esteve na preparação e proposta de uma base analítica útil, que respondesse à nossa necessidade de criar um corpo teórico instrumental sólido e coerente.

2.1. Do Discurso

Em princípio, uma comunidade política tem como alvo das suas decisões o bem comum. O discurso político é, num meio convencional aceite, o modo como os atores apresentam os seus pontos de vista e debatem sobre as opções disponíveis para prosseguir esse mesmo bem comum. Este é o entendimento proposto por Aristóteles, que vê no poder do *logos*, da palavra, e no uso da palavra entre os cidadãos, a arte de procurar o que se deve fazer e o que se deve evitar, como meios de alcançar esse fim (Mesquita, 2005: 95; Walton, 2008: 133; Fairclough, 2012: 19).

O uso da palavra é, pois, o fundamento do discurso e, por maioria de razão, do discurso político. O uso das palavras é de importância crucial para compreender como é desenvolvido um discurso. No entanto, a noção de “uso das palavras” é de complexa definição. Em termos gerais, quando usamos a expressão, referimo-nos ao que comunicamos, tanto explícita como implicitamente. Enquanto a comunicação explícita cai no domínio da Linguística e da Semântica, a problemática do estudo e da reconstrução da dimensão implícita do discurso é um assunto extremamente complexo, cuja

aproximação tem de provir de três perspectivas interrelacionadas: a Pragmática, os Estudos sobre o Discurso e a Argumentação. Iremos, nesta parte, referir as três resumidamente, focando-nos seguidamente nos instrumentos analíticos desenvolvidos no âmbito da Argumentação, que resultam da inter-relação entre os dois outros campos.

Na análise da palavra, enquanto a Sintaxe é o estudo da combinação das propriedades das palavras e das suas partes e a Semântica é o estudo do significado das palavras, a Pragmática é o estudo do uso das palavras (Levinson, 1983: 5). A Pragmática observa, nomeadamente, o conteúdo comunicacional não convencional, aquele que está para lá da Semântica, por exemplo, o irónico, o metafórico e o implícito, que abrange não só o que o ator diz, mas também o que o ele deseja que o interlocutor saiba ou reconheça, sem o ter, efetivamente, dito (Levinson, 2012: 15, 16).

Enquanto que a frase é uma entidade teórica abstrata definida na teoria gramatical, estudada pela Semântica, um enunciado é uma frase ou um seu fragmento num determinado contexto, sendo necessário compreender e estabelecer a ligação entre os dois – frase e contexto –, área estudada pela Pragmática (Levinson, 2012: 18, 19). Se é verdade que, frequentemente, um orador utiliza rigorosamente a linguagem para dizer o que quer dizer, estabelecendo uma justaposição entre a Semântica e a Pragmática, muitas outras o orador encontra formas de fazer saber ou reconhecer ao seu ouvinte ou interlocutor mais informação do que aquela que efetivamente pronuncia (Levinson, 2012: 19), razão pela qual o domínio e a prática dos recursos da Pragmática são indispensáveis para a análise discursiva.

Uma das dimensões cruciais da Pragmática é a reconstrução do que não é dito, ou, melhor ainda, do que é não dito. Tomemos como reflexão os trabalhos de Ducrot, na sua designada Teoria da Argumentação na Língua. O autor diferencia o que é o “componente linguístico” do que é o “componente retórico” (1969, 1972a) da linguagem, mas sempre com o objetivo primeiro de a linguagem oferecer um ponto de encontro comunicacional entre os interlocutores (Ducrot, 1972a). Desenvolvendo o componente retórico da comunicação, o autor propõe ainda a diferenciação entre a Significação Literal e a Significação Implícita, sendo que esta última, nomeadamente através do que designa por pressupostos e subentendidos (por nós designados implícitos), confere sentidos alargados ou diversos dos literais a partir de instruções contextuais (Ducrot, 1972b). Enquanto as teorias da Pragmática sublinham que uma dimensão fundamental do significado não é efetivamente dita, a reconstrução do que é implícito ou pressuposto tem sido sistemática e analiticamente estudada pela combinação de teorias de significação com a análise de

argumentos que são conduzidos implicitamente pelos enunciados e as intenções dialógicas pretendidas. Ducrot foi, de facto, o primeiro teórico a apontar esta direção de investigação, demonstrando como as regras de inferência de significado podem ser responsáveis por mensagens implícitas (1972). Os estudos da Argumentação desenvolveram esta aproximação através do conceito de Tipos de Diálogo e Esquemas de Argumentação. A relação entre a Pragmática e a Argumentação será aqui descrita mais em detalhe no ponto 2.6., abaixo.

Definido o conceito e o objeto de estudo da Pragmática, passemos à análise do Diálogo, como meio comunicacional, e do Discurso, como uso público da palavra.

2.1.1 Intenções Dialógicas e Argumentação

Segundo Walton (2006: 173) são identificáveis cinco características do conteúdo do diálogo que contém argumentação: o assunto, os pontos de vista do participante, as regras de civilidade, a oposição de pontos de vista e o uso de argumentos. Assim, tendo em atenção estas características, no presente estudo, analisaremos um acervo de textos do ator político António de Oliveira Salazar sobre o presente e o futuro de Portugal no seu tempo, nos quais expõe os seus pontos de vista sobre a situação do país e qual o rumo que propõe para a enfrentar, seguindo as regras do confronto de ideias presente na Política, apresentando os seus discursos perante audiências formais, e utilizando os argumentos que nos propomos analisar. Embora, neste contexto, não exista a característica de oposição de pontos de vista – por analisarmos discursos e não debates e a contra-argumentação estar limitada por um contexto ditatorial – é frequente Salazar citar ou referir argumentos dos que se opõem à sua visão, sejam eles reais ou pretensos, aos quais contrapõe os seus argumentos.

Walton propõe também seis tipos de diálogo distintos, identificáveis segundo as suas diferenças em relação a: situação inicial, objetivo dos participantes e objetivo do diálogo, conforme Quadro 1 ([Anexo I](#)).

Para Walton, no Diálogo Persuasivo, o aspeto central relaciona-se com o assunto em discussão e com os pontos de vista opostos que os atores apresentam face a esse assunto (Walton, 2006: 175). A apresentação desses pontos de vista opostos fundamenta-se numa atitude a favor ou contra as proposições e é realizada através da exposição de argumentos que defendam essa posição e convençam o oponente em relação a ela. A característica mais importante deste tipo de diálogo é a tentativa de persuasão, de uma

parte pela outra, acerca da veracidade, validade ou benefício da sua tese, persuasão essa que assenta em bases racionais, alcançadas através de argumentos. Segundo o autor, “o proponente de um argumento procura que o interlocutor aceite a conclusão usando premissas que o interlocutor já aceita ou que pode ser convencido a aceitar através de novos argumentos”, método que designa como “cadeia de raciocínio” (Walton, 2006: 176). Para tal, um argumento terá de ser estruturalmente correto, como inferência dedutiva, indutiva ou plausível (Walton, 2006: 176), que definiremos à frente. Destaca-se nesta definição de Diálogo Persuasivo, pela sua importância para o estudo presente, a noção de que o acordo para com determinadas premissas num diálogo poderá implicar o compromisso de uma parte para com outras premissas e até conclusões, mesmo que involuntariamente, pelo seguimento lógico que a elas conduz (Walton, 2006: 180), o que pode ser usado para dar força aos argumentos da outra parte, se usada devidamente.

Para além do Diálogo Persuasivo, Walton propõe a existência de mais cinco tipos de diálogo, que enunciaremos com uma curta e resumida explicação. O Inquérito ou Diálogo Inquiritivo parte da necessidade de estabelecer com rigor se uma determinada alegação é verdadeira ou falsa, mediante efeitos de prova, que tem como método o processo de aceitar como premissas exclusivamente as proposições que são definitivamente estabelecidas como verdadeiras ou falsas através de evidências fortes e fiáveis (Walton, 2006: 184, 185). Já numa Negociação, o tema da veracidade ou falsidade de uma afirmação é secundário; o propósito deste tipo de diálogo, se bem concluído, é que cada parte obtenha o seu interesse principal, sendo que para tal é provável que existam perdas e ganhos mútuos, pois a situação está assente num conflito de interesse inicial (Walton, 2006: 186). O Diálogo de cariz Informativo tem uma base colaborativa e não opositiva, pois o seu objetivo é a partilha mútua de informação, que, presumivelmente, uma parte detém e a outra deseja, sendo vontade de ambas que a partilha tenha lugar (Walton, 2006: 187). No processo de Deliberação, usual em debates de corpos executivos e legislativos, é típico o uso de argumentos em assembleia, já que ele se baseia na apresentação de pontos de vista sobre uma dada matéria, desejavelmente conduzindo a uma decisão (Walton, 2006: 188, 189); este facto, que se junta ao facto de ser um tipo de diálogo que visa apresentar os prós e os contras de uma decisão face a determinadas circunstâncias, a que acresce ainda um outro, o de ela ser tomada contando com dados insuficientes de prova e procura de raciocínios sobre a melhor ou a menos má das opções, tornam a análise dos argumentos usados no tipo deliberativo de diálogo fundamental para a compreensão da função do discurso na Política. Finalmente, Walton propõe o Diálogo

Erístico, que define como uma “disputa” em que cada parte ataca a outra com quaisquer argumentos ao seu dispor; este tipo de debate tem como características distintivas a mudança rápida de raciocínio de um tópico para outro e o alto grau de irrelevância dos argumentos face aos assuntos que é tolerada (Walton, 2006: 190).

Macagno e Bigi, a partir da tipologia e das definições de Walton, propõem que, na teoria da argumentação, os diálogos “são representados em termos das intenções comunicativas ou dialógicas, que espelham os propósitos principais dos agentes que se envolvem na discussão” (2017: 149), pelo que “se compõem de intenções heterogêneas de alto grau que, simultaneamente, são coerentes com e contribuem para o objetivo dialógico global (2017: 151). Concordando com Walton, definem o objetivo do diálogo persuasivo como sendo o de persuadir o interlocutor, conduzindo-o a aceitar um determinado ponto de vista, e o objetivo do diálogo deliberativo como sendo o de levar a uma decisão a partir da comunicação entre os arguentes (2017: 155).

2.1.2. Intenções Dialógicas e Argumentos

Em relação à análise dos argumentos presentes nos discursos de António de Oliveira Salazar que realizaremos, manteremos em mente a definição e as características propostas por Walton e Macagno e Bigi para o Diálogo Persuasivo e para o Diálogo Deliberativo, na medida em que os objetivos do ator político, como Ministro das Finanças e Presidente do Conselho, são os de convencer sobre a veracidade das premissas que enuncia e persuadir para as conclusões que pretende que sejam aceites, fazendo-o através de argumentos, bem como orientar os argumentos no sentido de uma determinada tomada de decisão política que propõe e defende.

Sendo o discurso político persuasivo e deliberativo, e, por isso e antes de mais, argumentativo, é importante encontrar e desenvolver conceitos de análise discursiva, enquadrando-os numa desejável teoria de argumentação (Fairclough, 2012: 17). Sendo a Política – o governo da Cidade – um ambiente em que a deliberação e a tomada de decisão têm lugar, acrescendo que tais processos se desenvolvem em contextos de desacordo, incerteza e risco, tornam-se centrais a apresentação de propostas e de contrapropostas e de argumentos que as sustentem – o que Fairclough chama “procedimento dialético razoável” (Fairclough, 2012: 17). Para os compreender, é necessário e indispensável o estudo do conteúdo, dos atores e do contexto do discurso político. Este trabalho tem particular enfoque no conteúdo desse discurso, sem, porém, descurar a influência que a

personalidade do ator político e que o contexto político em que discursou nele tiveram. No caso concreto dos textos discursivos que escolhemos para este trabalho, é fundamental referir a ideia de Van Eemeren relativa à influência da estrutura de argumentação presente num discurso sobre o objetivo de convencer quanto a um rumo a seguir, a que chama “*perlocutionary act*” (1984: 47), que equivale, *grosso modo*, ao conceito de persuasão de Walton. Segundo o autor, “compreender a natureza argumentativa de um texto político é a chave para ser capaz de avaliar as estratégias políticas de que faz parte”. No entanto, Fairclough distancia-se dos trabalhos de Walton – cujas propostas de Esquemas Argumentativos nos servirão de base –, autor que encontra nos argumentos práticos uma base normativa; a esta, Fairclough contrapõe aspetos circunstanciais, nomeadamente a análise que o ator político faz das circunstâncias em que está, daquelas para onde deseja ir ou que se fundam no que pensa que deve fazer e de como persuadirá para aplicar os meios necessários para que seja percorrido o caminho entre as duas (Fairclough, 2012: 44,45).

Assim, embora a análise do discurso político tenha também um interesse lógico e semântico *de per si*, o nosso desiderato último neste esforço de análise é tentar encontrar nos textos de António de Oliveira Salazar os argumentos que provem, ou pelo menos denunciem, os objetivos políticos estratégicos que neles estão presentes. Teremos em consideração, pois, aqui, a proposta teórica de Fairclough (2012: 24), segundo a qual verdadeiramente estratégico não é um discurso em si, mas sim as ações que ele procura justificar e para o qual procura persuadir:

In our view, changing the world so that it matches a certain political vision (imaginary) is the goal of action (i.e. a future state of affairs *in the world*, which can be described by means of language) and it is partly pursued argumentatively (discursively), by attempting to give agents (or oneself, as agent) reasons for acting in a way that will bring about that change in the real world.

Para o autor, então, a compreensão da argumentação tem a utilidade de conduzir à compreensão dos objetivos do ator político, nomeadamente a de tornar real o que imaginou dever ser “o estado das coisas”, ou seja, a sua visão política. Nessa medida, a argumentação é um dos meios, eficaz em especial no alvo de persuasão e no processo de deliberação, de oferecer razões para mudar a crença das pessoas sobre as circunstâncias e o que deve fazer-se face a essas circunstâncias, pelo que “a teoria da argumentação está ligada à teoria da ação e é parte da teoria dos atos discursivos” (Fairclough, 2012: 37). Esta ligação entre argumento e ação conduz Fairclough a encontrar o raciocínio prático

como o tipo de argumento mais frequente na argumentação deliberativa (Fairclough, 2012: 20). Veremos se tal se confirmará ou infirmará na nossa análise, ao que não será despreciando o facto de o processo de deliberação presente nos discursos analisados se operar em contexto de Ditadura. Interessará analisar, também, até que ponto será verdadeira a defesa de Fairclough (2012: 46) de que os agentes podem aplicar decisões com base em valores (que considera pontos de partida) para alterar circunstâncias (a que chama problemas a serem resolvidos) de acordo com a sua cosmovisão, sendo que os factos, neste tipo de argumentação, não se distinguem desses valores, na medida em que são apresentados sob uma certa descrição – “retórica conveniente” (Fairclough, 2012: 76) – em benefício da ação que se advoga. Veremos, também, o papel dos valores como base de decisão a partir dos discursos de António de Oliveira Salazar.

Em resumo, para Fairclough, o discurso político utiliza a argumentação como uma forma de convencer e persuadir para a mudança política, ideia cujos elementos são apresentados através do Diagrama 1 ([Anexo II](#)).

Por outro lado, Macagno e Walton (2018) valorizam muito mais o aspeto analítico do argumento usado para a mudança. Para os autores, o argumento por raciocínio prático – que adiante definiremos – torna-se de “crucial importância quando é expressado como argumento para justificar uma decisão”, pelo que o seu conteúdo, mais do que as circunstâncias que o envolvem, merecem e devem ser analisados (Macagno e Walton, 2018: 1). Os autores propõem uma abordagem que considere um “pacote” ligado de argumentos que conduzem à decisão política, em três níveis sucessivos e interligados de argumentos por raciocínio prático, avaliação de consequências e a respetiva classificação (Macagno e Walton, 2018: 8), produzindo um argumento complexo que alicerça uma decisão. Tal como Fairclough, que utiliza o termo “valores”, os autores consideram a importância dos “compromissos” do agente produtor do argumento como sendo transversal na composição do argumento complexo de raciocínio prático (Macagno e Walton, 2018: 3). A esta proposta analítica referente à importância da argumentação conducente à ação no discurso persuasivo e, especialmente, deliberativo, chamam os autores Aproximação Modular (*Modular Approach*), encontrando nela uma evolução, porque os considera e sumula, quer do trabalho de Fairclough quer das propostas teóricas BDI (*Belief-Desire-Intention*) e o modelo de compromisso.

Até este ponto, utilizando respetivamente os contributos de Levinson, Fairclough, Walton e Macagno, procurámos criar uma base teórica sólida específica para este trabalho, fundada sobre três conceitos: a Pragmática como o estudo do uso da palavra,

destacando-se, para além da palavra em si, a importância das pessoas, tempo, espaço e contextos para a compreensão desse uso; o Diálogo como o meio comunicacional de partilha e confronto de pontos de vista, apresentando as suas características e focando os tipos Persuasivo e Deliberativo, como os mais relevantes para a Política, em especial este último, pelo facto de o diálogo ter lugar em ambiente institucional; e o Discurso como a apresentação organizada de pontos de vista, efetivada através de argumentos, e tendo como objetivo estratégico o convencimento e a persuasão para uma determinada ação, entendida como meio para alcançar o fim – a visão do ator político.

2.2. Da Argumentação

Definido o conteúdo dos conceitos de Diálogo e de Discurso, e encontrado o papel da Argumentação na tentativa de convencimento e de resolução levada a cabo pelo ator político em relação ao seu público, procuraremos agora definir o conceito de Argumento e determinar a nossa capacidade para o identificar e categorizar.

Para Zarefsky (2006: 14) existem três abordagens ao estudo da Argumentação: Lógica (Formal), Dialética e Retórica. A Lógica debruça-se sobre o estudo da veracidade dos argumentos apresentados e não considera relevante a presença do público a quem eles se dirigem. A Dialética tem como objeto de estudo o processo de debate crítico, através do qual se procura resolver os diferentes pontos de vista das partes envolvidas em diálogo, pelo que o uso da sua abordagem é mais pertinente em processos deliberativos. A Retórica considera, mais do que a veracidade e a validade dos argumentos, a sua aceitação por parte do público, pelo que é mais útil o seu uso na análise da argumentação presente no discurso político.

No entanto, o esforço de análise argumentativa que aqui procuramos concretizar visa encontrar – para além da compreensão dos motivos da aceitação da argumentação do ator político por parte do público – um determinado tipo de lógica que, voluntariamente ou não, foi aplicada no uso dos seus argumentos. É para responder teoricamente a este esforço que citamos e usamos aqui o conceito de Lógica Informal, de Walton (2008: 12), que utiliza os modelos analíticos da Lógica Formal, referente à validade dos argumentos, na análise do conteúdo do discurso e da sua aceitação pelo público, preocupações da Retórica. Na Lógica Informal, o argumento é avaliado em função de: “aceitabilidade das premissas, relevância das premissas para a conclusão e razão suficiente das premissas

para a conclusão de outras não suficientes para outra conclusão” (Walton, Reed e Macagno, 2008: 34), conceitos sobre os quais nos debruçaremos de seguida.

No caso concreto do presente trabalho, e na defesa do conceito de Lógica Informal, interessa-nos, mais do que a aceitação da argumentação pelo público a quem se dirigiu o discurso, a sua aceitabilidade racional, à luz de uma análise que parte de um modelo analítico formal. É a esta tentativa que Walton chama “Crítica da Argumentação” (Walton, 2006: 1), que visa identificar, analisar e avaliar os argumentos, dando razões para apoiar ou repudiar as conclusões que reivindicam.

Para chegar a esse modelo analítico, interessa-nos, pois, definir o conceito de Argumento.

Na sua magistral obra de 2006, *Fundamentals of Critical Argumentation*, Walton estabelece o conceito teórico de Argumento. Para ele, os argumentos são compostos por frases, afirmações ou proposições (usando os termos indistintamente) a que chama premissas e conclusões (Walton, 2006: 6). As premissas, que são verdadeiras ou falsas, são proposições que oferecem razões que apoiam ou suportam conclusões, que, por sua vez, expressam uma reivindicação de uma parte em relação a um assunto em discussão (Walton, 2006: 6). Os argumentos estão presentes, então, nas frases, afirmações ou proposições, que são atos discursivos usados pelos interlocutores como movimentos ou jogadas (*moves*, no original) num diálogo (Walton, 2006: 8).

Para Fairclough, existe frequentemente confusão entre as definições de argumento, explicação, narrativa e descrição no discurso político (Fairclough, 2012: 30). Embora as três últimas possam estar presentes num argumento, elas não obedecem às regras de identificação da presença de um argumento num discurso, sendo os seus objetivos, numa definição quase tautológica, oferecer um esclarecimento, contar um evento e apresentar as características de algo, respetivamente. Aliás, a distinção entre argumentos e explicações é extremamente relevante e mereceram de Walton tentativa de solução, relacionada precisamente com as regras de formulação de um argumento, que veremos adiante (Walton, 2006: 84). Segundo Fairclough, e seguindo Walton, um argumento é um conjunto de premissas que culminam e suportam uma conclusão, ao que acrescenta, citando van Eemeren e Grootendorst, que constitui um ato discursivo complexo, por ter o objetivo de justificar essa conclusão e persuadir o interlocutor para ela (Fairclough, 2012: 36).

Assim, fica claro que um argumento, num ambiente dialógico ou discursivo, é composto por um conjunto de premissas que suportam uma conclusão, sendo esta a base

de uma reivindicação por parte de um interlocutor em relação a outro ou face a um público. Regressando a Walton, saliente-se que, na sua proposta de definição, um argumento suporta uma conclusão que pode ter vários objetivos dialógicos, como uma tomada de decisão, uma informação ou um elemento persuasor, no que se distingue de outros teóricos, que lhe reconhecem somente valor persuasivo (Walton, 2006: 84). Assim, para Walton, um argumento, sendo lógico, tem uma finalidade pragmática, isto é, não é somente um ponto de vista, mas justifica uma tomada de posição e ação. Assim, um ponto de vista, cimentado por argumentos válidos, conduzem a conclusões – favoráveis, desfavoráveis ou neutrais – face a um assunto e a defesa desses pontos de vista implica a assunção do que o autor chama de compromissos (Walton, 2006: 41). É precisamente a interrogação sobre a validade desses pontos de vista e a sua contestação através de argumentos contrários que justifica o estudo e a aplicação da Crítica da Argumentação. Estes dois instrumentos têm lugar através de processos a que Walton chama, respetivamente, Questões Críticas, com o objetivo de enfraquecer o argumento através de invalidação ou dúvida, e Contra-argumentação, com o objetivo de apresentar argumentos que minem e superem os do interlocutor (Walton, 2006: 41).

Realizamos aqui um pequeno parêntesis no curso desta explanação para alargar o aspeto funcional dos argumentos, citando a definição de Walton e Hansen, sobre cujo trabalho nos debruçaremos mais à frente. Para os autores, existem quatro funções dos argumentos: a função dialética positiva, quando um argumento realça benefícios; a função de crítica política, quando assume crítica a um outro argumento; a função de crítica pessoal, quando assume crítica ao agente de um argumento; e a função de defesa, quando é usado para clarificar ou desmistificar uma posição em contra-ataque a argumentos opostos (Walton e Hansen, 2013: 16). Como veremos, a função que um argumento desempenha numa estratégia de argumentação é uma das formas de categorizar os esquemas de argumentação.

No objeto deste trabalho, o método usado será o de, à luz dos princípios de análise formal de Walton e tendo em conta os pontos contextuais de Levinson, analisar os discursos políticos de António de Oliveira de Salazar.

Os autores estudados combinam na tipologia de argumentação que é possível encontrar num diálogo ou num discurso, embora divirjam na nomenclatura de um deles, o que mais nos interessa identificar e distinguir.

Fairclough identifica a existência de: argumentação dedutiva, cuja conclusão segue a veracidade das premissas, e, por isso, se pode achar como válida ou inválida;

argumentação indutiva, que não segue a validade ou a certeza, mas sim a força e a probabilidade de uma conclusão; e, finalmente, a argumentação condutiva, cujas premissas convergem para a conclusão, mesmo se tidas como separadas (Fairclough, 2012: 37). O autor propõe este último tipo de argumentação, condutivo, como o mais útil para os processos de deliberação e decisão na Política, por ser o que mais se adequa ao raciocínio prático – o que deve fazer-se –, em contraste com o raciocínio teórico – o que é verdadeiro (Fairclough, 2012: 35). Os argumentos práticos que constam numa argumentação condutiva são, pois, plausíveis, agindo como o melhor meio para atingir um fim (Fairclough, 2012: 38), sendo mais fortes os que partem das consequências e das consequências negativas em particular, e os mais frágeis os que partem das circunstâncias e dos objetivos (Fairclough, 2012: 49,50).

A plausibilidade é também um conceito central na tipologia de Walton, que veremos mais alargadamente. Para Walton, os argumentos dividem-se também segundo o seu tipo: dedutivo, baseado na veracidade; indutivo, baseado na probabilidade; e presuntivo, baseado na plausibilidade (Walton, 2006: 43). Os três distinguem-se em função do grau do seu rigor (Walton, 2006: 49).

Num argumento dedutivo válido, se as premissas são verdadeiras, a conclusão é necessariamente verdadeira, pelo que a ligação entre as premissas e a conclusão é rigorosa. Assim, é “logicamente impossível que todas as premissas sejam verdadeiras e que a conclusão seja falsa” (Walton, 2006: 49). Enquadram-se nesta categoria os silogismos aristotélicos. Neste tipo de argumento, uma das premissas é uma generalização universal, segundo o exemplo (Walton, 2006: 49):

Premissa: Todos os Chefes da Polícia são honestos.

Premissa: João é um Chefe da Polícia.

Conclusão: João é honesto.

A ligação não é tão rigorosa num argumento indutivo. Neste tipo de argumento, se as premissas são verdadeiras é provável que a conclusão seja verdadeira, mas hipoteticamente ela pode também ser falsa. A distinção entre um argumento dedutivo e um argumento indutivo é geralmente feita pela natureza da ligação entre as premissas e a conclusão, ligação que se baseia numa probabilidade, cujo grau Walton encontra particularmente na estatística (Walton, 2006: 50,55). Vejamos, novamente, um exemplo, que parte de uma generalização indutiva (Walton, 2006: 50):

Premissa: A maioria dos cisnes são brancos.

Premissa: Esta ave é um cisne.

Conclusão: Então, esta ave é branca.

O terceiro tipo de argumento identificado por Walton é o argumento presuntivo e é menos preciso e fiável que os anteriores, embora seja considerado pelo autor mais útil e necessário para a avaliação das decisões correntes (Walton, 2006: 52). Este tipo de argumento conduz a conclusões que são plausíveis, aceites como presunções. A sua definição do que é presumido é o que aparenta ser verdadeiro mediante as evidências oferecidas. É por essa razão que, porque as aparências podem ser falsas, ilusórias ou enganadoras, tais argumentos estão sujeitos a contestação, pois são anuláveis a partir de novas evidências, ou soçobrar à razão de questões críticas e/ou contra-argumentos. A conclusão é somente indicada como presumivelmente verdadeira na base de plausibilidade, segundo a evidência das premissas dadas, sendo possível que as premissas sejam corretas e a conclusão retirada seja falsa, já que nenhuma premissa é tida como uma generalização absoluta (Walton, 2006: 52, 53). Deixamos aqui, novamente, o exemplo inicial que Walton oferece de um argumento presuntivo (Walton, 2006: 52):

Premissa: Onde há fumo, há fogo.

Premissa: Há fumo em Buttner Hall.

Conclusão: Então, há fogo em Buttner Hall.

Obviamente que existem outras razões para se poder observar fogo naquele local, como o fumo saído de um incêndio já extinto ou uma reação química que produza fumo sem fogo. Assim, a conclusão não é garantidamente verdadeira nem assenta em probabilidade demonstrável, mas é plausível, tendo em consideração a veracidade das duas premissas que a ela conduzem. Se o ouvinte aceita as premissas do argumento, tem boas razões para aceitar a conclusão do orador (Walton, 2006: 84). Ela é, porém, contestável, por ser anulável através de novas evidências, questões críticas ou contra-argumentos.

O tipo de argumentação presuntiva, baseada em argumentos plausíveis, é, pois, o que mais nos interessa para a análise do diálogo e do discurso político. A plausibilidade relaciona-se com a procura da validade das proposições num contexto familiar tanto ao orador como ao público, baseando-se na presunção de que as evidências as apontam como verdadeiras (Walton, 2006: 71), sem prejuízo da possibilidade da sua anulação. O autor salienta a importância da análise crítica dos argumentos, como forma de impedir e

denunciar erros de raciocínio, identificar e corrigir indesejáveis compromissos com conclusões pouco plausíveis e procurar encontrar as conclusões mais plausíveis segundo as premissas disponíveis (Walton, 2006: 82).

É precisamente aos argumentos considerados presuntivos, alicerçados em plausibilidade, e, logo, não alicerçados em raciocínio dedutivo nem indutivo, que nos referiremos no subcapítulo seguinte.

2.3. Os Esquemas Argumentativos

As principais preocupações do trabalho de Walton, a que recorremos para este estudo, é a identificação e a categorização dos argumentos. Walton identifica essa necessidade para avaliar cada argumento num contexto de diálogo com o objetivo de questionar criticamente um argumento, contrapor um argumento com outro mais forte e alterar o ónus da prova argumentativa (Walton, 2006: 84). Essa é a função dos Esquemas Argumentativos.

Não é abundante o número de teóricos a estudar o tema dos Esquemas Argumentativos e muito menos a aplicá-los na prática, especificando e tornando clara a sua utilização em ambiente de debate e de discurso. Uma honrosa exceção é o estudo teórico-prático de Walton e Hansen, de 2013, sobre o tipo e o papel dos esquemas de argumentação nas eleições provinciais de 2011 no Ontário, Canadá. Aí, recorrendo à teorização anterior de Walton, os autores definiram “Esquema Argumentativo” como “uma estrutura que representa um tipo de argumento previamente identificado e estudado na literatura sobre argumentação” (Walton e Hansen, 2013: 1), “que é padrão estereotipado de raciocínio usado na conversação argumentativa corrente e noutros contextos, como a argumentação científica e legal” (Walton e Hansen, 2013: 3). Walton e Macagno definem também Esquemas Argumentativos como padrões estereotipados de raciocínio, citando a definição de Walton de 1990, e salientam o papel das questões críticas, como condições da sua anulabilidade e parte integrante desses esquemas (2015a: 219). Apesar de, por vezes, existirem formas dedutivas e indutivas de argumento e que são estudados pela lógica tradicional, os mais interessantes de estudar sob o ponto de vista da já definida lógica informal são precisamente os anuláveis, que partem da argumentação presuntiva e assentam na plausibilidade, pois é esta análise que permite a melhoria da compreensão dos fundamentos da argumentação e o desenvolvimento dos recursos argumentativos (Walton e Hansen, 2013: 3).

A teorização sobre os Esquemas Argumentativos começou na segunda metade do século XX, no campo da Lógica Informal, a partir da análise dos argumentos na conversação corrente e da imprensa escrita de teor político (Walton e Macagno, 2015a: 220). Nos últimos anos, o estudo dos Esquemas Argumentativos desenvolveu-se, em abrangência e profundidade. Do trabalho inicial de descrição dos tipos de argumento passou-se para a necessidade de criação de esquemas de identificação e diferenciação dos argumentos; depois, para a referenciação e categorização dos esquemas identificados, através de grupos (*clusters*) de esquemas; depois, ainda, mais recentemente, para a importância da dimensão não explícita nos argumentos, gerando o conceito de entimemas, composto por premissas e conclusões implícitas; conduzindo, finalmente, à geração de bases de dados informáticas de argumentos, como a Aracauria, que segue a classificação de Walton que aqui apresentaremos (Walton e Macagno, 2015a: 222-225).

Os mesmos autores definem a importância deste mesmo campo de estudo da seguinte forma:

Argumentation schemes have become an important topic in argumentation theory. Schemes have been developed as stereotypical patterns of inference, abstract structures representing the material (semantic) relation and logical relation between the premises and a conclusion in an argument. They are based on a richer semantic system than the formal representations used in logic, and for this reason they can mirror both necessary patterns of natural arguments and defeasible relations between concepts. (Walton e Macagno, 2015b: 26).

Vejamos qual a utilidade e os objetivos deste campo teórico:

The purpose of using schemes was to help students identify the structure of commonly used arguments, so that they could specify the premises and conclusions of the argument in a systematic way, identify each specific type of argument as requiring a different kind of treatment, and critically question each type of argument in a distinctive way by asking standard critical questions appropriate for each scheme that probe into the weak points in that particular type of argument (Walton e Macagno, 2015a: 220).

Através desta citação, podemos inferir uma metodologia de trabalho na análise de um argumento, que tem como ferramenta inicial a extração de argumentos, o processo de, a partir da leitura de um texto, identificar possíveis argumentos para, a seguir, os classificar (Walton e Macagno, 2015a: 220). A partir dessa extração, identifica-se um esquema de argumentação isolando a sua conclusão e localizando as premissas que a sustentam, colocando depois as questões críticas apropriadas para aferir os seus pontos

frágeis. No seu estudo prático, Walton e Hansen sugeriram, aprofundaram e aplicaram este mesmo método, através de quatro estádios: planeamento, recolha de textos, análise textual através da extração de argumentos e relatório conclusivo (Walton e Hansen, 2013: 3). Será o que procuraremos concretizar, em especial na aplicação prática deste método exposta no *corpus* deste trabalho.

Para além da questão metodológica do enquadramento dos argumentos encontrados nos esquemas já identificados e estudados, um outro desafio teórico é colocado pela análise dos esquemas de argumentação: classificar os esquemas argumentativos. Tal classificação, embora não indispensável, facilita, simplifica e orienta o esforço de teorização, como é explicado a seguir:

The primary use of the classification system is to increase the understanding of an argument analyst, let us say a student in a course on argumentation, to be able to situate an argument in relation to other arguments it is related to, so that the student can carry out the task of fitting the right scheme to a given text of discourse assumed to represent an argument. (Walton e Macagno, 2015a: 227).

Assim, face ao número de Esquemas Argumentativos propostos pelos teóricos e mesmo à evolução, em número e em formulação, dentro das propostas de cada teórico, é útil efetuar uma mínima classificação de tipos de esquemas, como a avançada por Walton e Macagno (2015a: 225), que classifica os argumentos em função: da dependência da premissa, ou seja, do ponto de partida do argumento; da categoria geral, como fonte de conhecimento e ataque pessoal, por exemplo; da conclusão, seja ela epistemológica ou deliberativa; da gradação da força, sendo os mais fortes os dedutivos e os mais frágeis os plausíveis; e, finalmente, da dialética, entendida como o propósito dos arguentes em avançar com o argumento. Este é, somente, um tipo de classificação, entre outros, mas cujo conhecimento e aplicação é um instrumento útil na identificação de um argumento e na procura do esquema que melhor o explica e analisa.

Esta classificação, embora útil, não é, contudo, fácil. Os mesmos autores procuraram fazê-lo em trabalho de síntese a partir de uma classificação por categoria geral (Walton e Macagno, 2015a), mas no qual excluíram um número considerável de tipos de argumentos e suas variáveis, presentes em obras de referência da sua própria autoria, que aqui usaremos (Walton, 2006 e 2008). Nesse trabalho, as classes de argumentos propostos foram as de: argumentos baseados na fonte, argumentos por raciocínio prático e argumentos de aplicação de regras a casos (Walton e Macagno, 2015a: 228-239).

De acordo com esta classificação, Walton e Macagno reuniram uma base alargada de argumentos relevantes para o seu trabalho específico e agruparam-nos nas suas respetivas classes, a partir de duas grandes categorias – raciocínio epistémico e raciocínio prático – conforme registado no Quadro 2 ([Anexo III](#)), cuja nomenclatura deixamos no original. Para umas mais detalhadas lista e relação entre os Esquemas Argumentativos apresentados pelos autores, sugerimos a consulta do seu completo diagrama na página 241 do mesmo artigo.

Os argumentos considerados pelos autores foram os seguintes, segundo, novamente, a sua nomenclatura original:

... argument from expert opinion, argument from sign, argument from example, argument from commitment, argument from position to know, argument from lack of knowledge, practical reasoning (argument from goal to action), argument from cause to effect, the SC argument (n.d.t.: sunk costs = ‘custos não recuperáveis’), argument from analogy, ad hominem argument, and the slippery slope argument... (Walton e Macagno, 2015a: 242).

Esta é, pois, a revisão mais recente realizada por Walton, acompanhado por Macagno, da classificação e da tipologia dos esquemas argumentativos. No entanto, ela não é rigorosamente sobreponível à proposta de tipologia nas obras de referência de Walton (2006) e Walton, Reed e Macagno (2008), pelo que se impõe a definição de uma tipologia própria ao escopo deste estudo, embora totalmente com base nestes autores e nestas três obras em particular. Para chegarmos a esta tipologia, utilizamos como base a proposta original de Walton, acrescentando definições suplementares e subtipos de esquema de Walton, Reed e Macagno e procuramos, no final, encontrar uma classificação própria e específica para os esquemas propostos. Juntámos, ainda, aos esquemas argumentativos originais propostos pelos autores, esquemas de argumentação de apelo às emoções, que (não revelando as estruturas teóricas formais dos argumentos, mas sendo identificados pelo objetivo emocional que pretendem desencadear) não se encontram nas tipologias apresentadas pelos autores de forma autónoma.

Assim, como ponto de partida e para a definição da nossa tipologia, relembramos os Esquemas Argumentativos da obra fundacional de referência de Walton (2006), com a tradução que livremente realizamos para este trabalho:

1. *Argument from Position to Know* – Argumento baseado na Posição de Saber. 2. *Argument from Expertise* – Argumento baseado na Opinião de Especialista. 3. *Argument from Popular Opinion* – Argumento baseado na Opinião Popular. 4. *Argument from*

Commitment – Argumento baseado no Compromisso. 5. *Argument from Appeal to Ignorance* – Argumento baseado no Apelo à Ignorância. 6. *Circumstantial ad hominem Argument* – Argumento *ad hominem* circunstancial. 7. *Direct ad hominem argument* – Argumento *ad hominem* direto. 8. *Argument from Correlation to Cause* – Argumento baseado na Correlação com a Causa. 9. *Argument from Positive Consequences* – Argumento a partir das Consequências Positivas. 10. *Argument from Negative Consequences* – Argumento a partir das Consequências Negativas. 11. *Slippery Slope Argument* – Argumento do Declive Escorregadio. 12. *Argument from Analogy* – Argumento baseado na Analogia. 13. *Argument from Sign* – Argumento baseado no Indício. 14. *Argument from (Verbal) Classification* - Argumento baseado na Classificação Verbal.

2.4. Classificação e Tipificação dos Esquemas Argumentativos

Utilizamos como base para a Classificação e Tipificação dos Esquemas Argumentativos neste estudo, para a nossa orientação e pela sua adequabilidade ao tema, a proposta de Walton e Macagno (2015a), apresentada no referido Quadro 2, embora adaptada dos esquemas selecionados a partir das obras de Walton (2006) e Walton e Macagno (2008) e na sua inserção em cada Classe.

A descrição, definição e desconstrução dos Esquemas Argumentativos, bem como as questões críticas que lhes correspondem, constam do [Apêndice I](#) deste trabalho, que resulta de um esforço de tradução para Português a partir dos originais em Inglês, que pensamos poder vir a ser útil para investigadores que desejem aplicar esta ferramenta.

Finalizamos, assim, este subcapítulo, através da proposta de um Modelo de Classificação e Tipificação de Esquemas Argumentativos, usados no quadro de diálogo do discurso político e aplicados no suporte à tomada de decisão, segundo os termos enunciados atrás nos trabalhos de Fairclough e, em especial, de Walton e Walton e Macagno, conforme exposto na Tabela 1 ([Apêndice II](#)).

2.5. Diagramas de Argumentos

Iremos, neste ponto, apresentar de uma forma breve e resumida o conceito de Diagrama de Argumentos, de Walton. Fazemo-lo pela nossa observação do admirável grau de interligação e complexidade da argumentação discursiva de António de Oliveira

Salazar. Deste modo, procuraremos avaliar se existe um padrão de diagrama argumentativo nos discursos analisados. O interesse desta formalização de Walton relaciona-se com o objetivo dos argumentos num determinado diálogo ou discurso, pois um argumento pode ser visto isoladamente ou no conjunto dos argumentos utilizados, sempre tendo em vista a defesa do ponto de vista central:

Arguments can be connected together to form a chain of argumentation. Thus, there are two ways to view an argument in a dialogue, locally or globally. Viewed locally, an argument is a set of premises with a single conclusion. Viewed globally it is a chain of argumentation used in a context of dialogue to contribute, at some stage of the dialogue, to the settling of the central issue. (Walton, 2006: 42)

Walton encontra cinco classes de Diagramas de Argumentos, de acordo com o número de argumentos usados e a estrutura de ligação entre eles: Singulares, Convergentes, Relacionados, Em Série e Divergentes. Apresentamos as respetivas definições e diagramas no [Apêndice III](#).

Dada a complexidade que as estruturas de argumentos podem adquirir, Walton propõe um método de identificação de diagrama de argumentos, que passa por: 1. identificação da conclusão; 2. procura das premissas e identificação do seu tipo; 3. desenho do diagrama (Walton, 2006: 163).

Para o materializar, Walton propõe ainda um processo de transformação, que conta com as seguintes ações:

- a) Eliminação de partes que não pertencem ao corpo do argumento ou não são necessários para obter a conclusão (descrições, explicações, clarificações...).
- b) Adição: encontrar ou adicionar premissas e conclusões implícitas, para tornar o argumento completo.
- c) Permutação: reordenamento de proposições numa sequência que suporte a conclusão.
- d) Substituição: clarificação da função e formato de um ponto do diálogo e a sua nova enunciação como argumento.

Apesar de, no *corpus* deste trabalho e por exiguidade de espaço, a apresentação dos argumentos identificados não ser tão clara e extensiva como a proposta de processo de transformação, a sua aplicação prática foi uma clara mais valia, que simplificou e facilitou a análise e inserção dos argumentos utilizados pelo autor dos discursos na classificação geral proposta.

2.6. A Dimensão Implícita do Discurso

Tal como enunciado atrás, a progressão no estudo das questões relativas à Argumentação conduziu à percepção da existência de determinados elementos que compõem o discurso que não aparecem explicitamente no seu conteúdo. Ou seja, nestes casos, as premissas ou as conclusões de um argumento não são declaradas – ou, melhor, são não declaradas. Estamos, então, na presença de premissas ou conclusões implícitas, cuja falha de deteção e compreensão tornam um argumento incompleto (Walton, 2006: 157).

Walton explica a utilidade dos conteúdos implícitos dos argumentos usados em diálogo da seguinte forma:

In everyday dialogues, premises and conclusions are often left unstated, because stating them explicitly is not necessary, would even be tedious, and would make the argument unnecessarily complicated. Thus incomplete arguments are often useful for communication generally, and for criticizing an argument. (Walton, 2006: 161)

Ainda segundo o autor, a importância das premissas e das conclusões implícitas contidas num argumento relevam de três razões: sendo não declaradas mas sim percebidas, elas preenchem o vazio que impediria um argumento de ser dedutivamente válido; ao tornar o argumento, agora completo, válido, elas dão força à tese apresentada; finalmente, elas estão em linha com o ponto de vista e o compromisso daquele que pronuncia o argumento. (Walton, 2006: 158)

Para o objeto deste trabalho, analisaremos dois exemplos de incidentes implícitos no discurso: as Implicaturas e as Pressuposições. O seu estudo e a sua compreensão mostram-se úteis para a análise dos discursos de António de Oliveira Salazar. No primeiro caso, a noção de implicatura revela a existência de conclusões não expressas que são fundamentais para a compreensão dos argumentos apresentados pelo orador, nomeadamente tendo em conta a estratégia de ação para que aponta. No segundo caso, as pressuposições ajudam a (tentar) compreender o quadro subjetivo do orador e a sua percepção do seu público, em relação ao que lhes é comum, ou pelo menos percecionado pelo orador sobre o que é partilhado, ao nível de conhecimentos, crenças e valores.

Procurarei demonstrar na minha análise estes dois conceitos implícitos: a pressuposição como proposição implícita que constitui uma pré-condição de um ato comunicativo; e a implicatura como a consequência implícita de um ato comunicativo.

Enquanto as primeiras podem ser apresentadas como premissas de esquemas argumentativos, as últimas são representadas como conclusões de padrões argumentativos inferidos.

2.6.1. As Implicaturas

Segundo Grice (1989: 24), uma implicatura é um enunciado que contém um significado que está para lá da sua proposição, ou seja, do seu conteúdo semântico. Através dela, o ouvinte ou leitor consegue deduzir mais informação do que ela explicitamente contém, afirmando algo que implica uma consequência, sem, contudo, afirmar ou assumir tal consequência.

Levinson encontra nas implicaturas um exemplo da natureza e do poder da linguagem, quer por permitirem dizer mais do que o que efetivamente é dito, quer pela sua capacidade de redução e conteúdo de uma mensagem (Levinson, 1983: 97), embora encontre nelas um fator que introduz instabilidade contextual e específica ao normal e desejavelmente estável quadro da semântica (Levinson, 1983: 99). Segundo a sua visão, “as implicaturas não são inferências semânticas, mas sim inferências baseadas no contexto do que é dito e em algumas assunções sobre a natureza cooperativa da interação verbal normal” (Levinson, 1983: 99). Exige-se, pois, a compreensão do que significa a noção de cooperação no ambiente de diálogo e de discurso, para verificar o papel das implicaturas no processo comunicacional.

A relevância das implicaturas é particularmente salientada no trabalho de Macagno e Walton (2013), que procura estudar o processo de raciocínio que liga um enunciado a uma intenção. Segundo os autores, as implicaturas são consequências de uma afirmação específica de um interveniente, que necessitam de uma compreensão particular para a tornarem inteligível. Assim, definem o seu estudo da seguinte forma:

The theory is meant to describe the relationship between what is said and what is meant in cases in which the conventional meaning commonly associated with the sentence (“what is said”) does not correspond with the speaker’s communicative intention, or his/her intended effect on the audience (“what is meant”). (Macagno e Walton, 2013: 203)

Os autores citam Grice, na sua afirmação de que o que é dito por um interveniente tem de considerar-se à luz do contexto, das expectativas e da presunção dos seus interlocutores (Macagno e Walton, 2013: 204). Para compreender esse contexto,

apresentam e propõem os três Princípios de Grice: o entendimento das intenções pelas partes; a existência de regras de comunicação partilhadas; e a capacidade de reconstruir “o que se quer dizer” a partir “do que é dito” (Macagno e Walton, 2013: 205). A proposta de Grice sobre implicaturas assenta na capacidade do ouvinte de compreender o propósito comunicacional de uma afirmação, ou seja, o seu significado, explicando o que definiu como Princípio Cooperativo.

Grice chama Princípio Cooperativo à assunção de dois interlocutores se posicionarem perante um diálogo ou debate com a intenção de se fazerem compreender e de compreenderem o outro, de acordo com as regras de diálogo estabelecidas (Grice, 1989: 25). Para tal, encontra quatro categorias principais que os interlocutores seguem: quantidade – a informação deve ser nem mais nem menos que a necessária; qualidade – a informação deve ser verdadeira; relação – a informação deve ser relevante; modo – o orador deve ser eficaz (Grice, 1989: 26,27). Para o autor, as implicaturas detetam-se quando um interveniente não respeita, voluntária e intencionalmente, as categorias do princípio cooperativo (Grice, 1989: 30). Tal acontece quando, com uma intenção, não é dada informação suficiente, ou é usada informação falsa ou irrelevante, ou o agente não é organizado ou sintético na formulação da mensagem, mostrando-se necessária a interpretação do que expõe à luz de uma mensagem implícita. Quer Grice quer Levinson salientam a diferença entre implicaturas convencionais e não convencionais, afirmando as primeiras como as mais relevantes para a compreensão do diálogo, dado o facto de extravasarem o mero sentido lógico e estarem ligadas a expressões e contextos particulares (Levinson, 1983: 127).

No entanto, tal como Macagno e Walton observam, nem em todos os tipos de diálogo se pode presumir a existência de princípio cooperativo (Macagno e Walton, 2013: 206), como acontece ser o caso do tipo de diálogo persuasivo. Assim, ganha relevo o conhecimento das intenções dos agentes de diálogo e o propósito do diálogo para a análise das implicaturas, bem como o contexto e as condições para que ele se realize, ao que os autores chamam “informação presumida” (Macagno e Walton, 2013: 207). Nesta lógica, o discurso é baseado em presunções, através das quais os interlocutores adotam um comportamento comunicacional com base na perceção da cooperação ou não cooperação do outro, usando palavras para expressar um determinado sentido que pensa será compreendido pelo outro, incluindo a compreensão da intenção das palavras que não diz. Ou seja, presume a sua interpretação, através de dois processos, entre os quais o uso de implicaturas:

On this perspective, interpretation is an argumentative activity that is carried out based on presumptions and breaches, or rather clashes, of presumptions. While the first type of argumentative process is simply grounded on presumptive, or defeasible modus ponens (...) the second process, usually referred to as implicature, hides complex reasoning patterns aimed at explaining presumptive inconsistencies. (Macagno e Walton, 2013: 208)

Insistindo numa tentativa de definição de implicaturas, recorreremos ainda ao enunciado por Macagno e Walton, que as consideram atos de discurso indireto cujo significado presumido difere do intendido, pelo que a sua discrepância necessita de explicação (Macagno e Walton, 2013: 209). Esta necessidade demonstra que as implicaturas têm de ser analisadas como argumentos (implícitos), o que envolve um padrão de raciocínio que transforma cada implicatura numa premissa que conduz a uma conclusão (Macagno e Walton, 2013: 211). Os autores explicam a necessidade desta transformação pela existência de uma disfunção entre uma presunção dialógica e uma presunção enciclopédica, ou seja, entre o que se presume ser o contexto de um diálogo e o que se presume como saber por parte de cada interveniente, que é resolvido através de um argumento por melhor explicação (Macagno e Walton, 2013: 212), ou – por exclusão consecutiva – raciocínio prático, argumento por indício ou analogia (Macagno e Walton, 2013: 222).

Tal como Grice e Levinson, Macagno e Walton referem a existência de implicaturas convencionais e não convencionais, definindo as primeiras como relevantes para a argumentação em diálogo, como sendo um tipo particular de silogismo disjuntivo aplicado à linguagem natural, sendo necessário, para encontrar o seu significado, escolher entre opções possíveis que caiam na sua categoria semântica (Macagno e Walton, 2013: 220).

Introduzindo o próximo tema, resta-nos fazer referência à distinção entre implicaturas presentes nos predicados e implicaturas presentes nos paradigmas. Consideraremos estas últimas, as implicaturas nos paradigmas, como as implicaturas tal como definidas atrás, a que chamamos também argumentos implícitos. As implicaturas nos predicados podem ser definidas como uma condição ou requisito que deve existir numa proposição que tem o potencial de afetar o sucesso de um ato discursivo (Macagno e Walton, 2013: 220). Estas são também chamadas pelos autores pressuposições.

2.6.2. As Pressuposições

As pressuposições, elementos de difícil definição, são comumente consideradas como inferências necessárias para a verificação de um enunciado (critério semântico) ou para a realização de um ato discursivo (critério pragmático), sendo consideradas como parte do contexto comum aos interlocutores, pelo que não têm necessidade de ser tornadas explícitas. Assim, pela sua influência no sucesso do ato discursivo – ou seja, no cumprimento da função comunicacional desejada pelos intervenientes no diálogo – merecem uma referência autónoma.

Levinson definiu pressuposições como “inferências pragmáticas baseadas na estrutura linguística de uma proposição, mas que, pelo seu contexto, não são exclusivamente semânticas” (Levinson, 1983: 167). Elas revelam uma relação entre a personalidade do orador e a adequação de uma frase num determinado contexto (Levinson, 1983: 177), e, por isso, para serem inteligíveis, necessitam de conhecimento mútuo dos interlocutores e do seu contexto. Segundo Levinson, “um enunciado A pressupõe pragmaticamente a proposição B se A for adequado e somente se B for mutuamente conhecido pelos participantes (Levinson, 1983: 204). De uma forma simples, Stalnaker (*apud* Macagno, 2015: 472) define o ato de pressupor como “tomar a verdade de uma proposição como garantida e assumir que os outros envolvidos no contexto fazem o mesmo”.

Por sua vez, Macagno define uma pressuposição da seguinte forma:

Presuppositions are pragmatically considered as the conditions of the felicity of a speech act, or discourse move; however, the decision of setting the conditions of a move, which the hearer needs to accept in order to continue the dialogue, can be thought of as a speech act of a kind. (Macagno, 2015: 465).

Para o autor, as pressuposições, que pragmaticamente estabelecem as condições de possibilidade de um diálogo, são, elas próprias, atos discursivos não explícitos. Esta consideração deriva do reconhecimento de que o próprio ato de comunicar implica, na prática, que uma grande parte da informação seja transmitida de uma forma implícita, permitindo que os interlocutores retirem conclusões de premissas que não são expressas e mesmo em situações em que as regras comunicacionais não estão perfeitamente estabelecidas (Macagno, 2015: 465). Esta transmissão implícita de informação provoca dois problemas: um linguístico, pois as pressuposições são as condições de sentido e podem não ser partilhadas; e um outro epistémico, pois o interlocutor pode tomar como

garantida a pressuposição, ou seja, a sua percepção da mensagem, apesar de ela mais não ser do que uma presunção da sua parte (Macagno, 2015: 465). A centralidade do interesse do estudo e aplicação do conceito de pressuposição não se encontra, então, na descoberta da veracidade de uma proposição, mas sim na sua aceitabilidade por parte do recetor da mensagem, bem como, por isso, não se encontra nas propriedades de uma proposição, mas sim no seu uso. Ou seja, no estudo das pressuposições, segundo a aplicação de um critério pragmático, afere-se a aceitabilidade de uma proposição por parte de um recetor, ao contrário do critério lógico, que se preocupa com a sua veracidade (Macagno, 2015: 466).

As pressuposições tornam-se, assim, assunções do que um orador pensa que será aceitável para o seu público, estando dependente de determinadas condições de restrição, coerência e sucesso (Macagno, 2015: 467). Entre as condições de aceitabilidade, Macagno destaca as pragmáticas, constituídas por procedimentos, papel a desempenhar e origem institucional, por parte do orador, e valores, interesses e preferências do ouvinte, que o orador deve conhecer e considerar na sua mensagem (Macagno, 2015: 469). No fundo, o ato de pressupor, por parte do orador, é uma sua decisão de tratar informação partindo do princípio de que ela é partilhada pelo seu interlocutor, pelo que as pressuposições estão relacionadas íntima e indelévelmente com as crenças e o conhecimento de ambos os lados do processo comunicacional (Macagno, 2015: 472).

Lewis (*apud* Macagno, 2015: 474,475) deteta a existência de um processo informal de ajustamento para a criação deste “terreno comum” de crenças e de conhecimento, que dão origem às pressuposições, a que chama acomodação, encontrando-lhe como condições as de disponibilidade e aceitabilidade. Para procurar e alcançar essa acomodação, orador e recetor operam através de uma ferramenta, apelidada por Macagno de raciocínio presuntivo, assim definido:

The speaker's beliefs of the hearer's acceptance or knowledge are replaced by a process of reasoning grounded on plausible premises, and presumptive reasoning. On this perspective, the hearer's possibility and acceptability of reconstructing a presupposition correspond to the speaker's possibility and reasonableness of presupposing. From the speaker's perspective, the fulfillment of the conditions of the speech act of presupposing depends on presumptive reasoning. (Macagno, 2015: 478)

Assim, como o orador não tem a certeza de que o ouvinte aceita o seu pressuposto, utiliza o raciocínio presuntivo na formulação da sua mensagem, enquanto o recetor

descodifica a pressuposição, que é contestável, pela sua razoabilidade ou não razoabilidade, decidindo pela sua aceitabilidade ou não. Tal como no caso das implicaturas, a recomposição de sentido das pressuposições é realizada através da utilização do esquema argumentativo da melhor explicação, por exclusão dos raciocínios presuntivos até encontrar a que melhor se adegue à pressuposição.

Procurarei demonstrar na minha análise os dois conceitos implícitos: a pressuposição como proposição implícita que constitui uma pré-condição de um ato comunicativo e a implicatura como a consequência implícita de um ato comunicativo. Enquanto as primeiras podem ser apresentadas como premissas de esquemas argumentativos, as últimas são representadas como conclusões de padrões argumentativos inferidos.

3. A ARGUMENTAÇÃO DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

No presente capítulo iremos apresentar a nossa análise dos principais discursos de António de Oliveira Salazar entre 1928 e 1934, a partir dos instrumentos de análise encontrados no capítulo anterior e, em particular do Modelo de Classificação e Tipificação de Esquemas Argumentativos que propusemos. Os discursos recolhidos, que transcrevemos em anexo, constam da obra *Salazar. Pensamento e Doutrina Política. Textos antológicos* (Henriques e Sampaio e Melo, 1989), sendo mantida a grafia da versão original.

A seleção dos textos obedeceu a um critério de relevância de cada discurso face ao objetivo da argumentação que contém e ao contexto em que foi proferido. Na nossa análise, cada discurso revela um crescendo de exposição de objetivos políticos, do implícito para o explícito, desde a tomada de posse de António de Oliveira Salazar como Ministro das Finanças até à aprovação e procura de justificação do Estado Novo, regime constitucional ditatorial que sucedeu à Ditadura Militar implantada em 1926.

As análises dos discursos contarão com uma breve introdução ao contexto em que cada discurso foi proferido, seguindo-se a exposição da frequência absoluta e relativa dos argumentos utilizados e a crítica dos argumentos mais relevantes e mais frequentes, finalizando com uma reflexão sobre a importância da dimensão implícita dos discursos face ao contexto da época e aos objetivos do orador.

3.1. Discurso 1: “Sei muito bem o que quero e para onde vou”

([Anexo IV](#). Discurso de 27 de abril de 1928.)

3.1.1 Contexto

A 27 de abril de 1928, o Professor Doutor António de Oliveira Salazar tomou posse como novo Ministro das Finanças de um Governo liderado pelo Presidente do Ministério, General Vicente de Freitas.

Como foi dito, o acontecimento próximo que dera origem a este convite fora a não aceitação, por parte do Governo português, das condições desfavoráveis impostas pela Sociedade das Nações para um empréstimo financeiro de doze milhões de libras, agravando a crise financeira, depois de uma década e meia de instabilidade, após a

Implantação da República.

Este trata-se de um discurso curto, direto, incisivo, de intenções informativas e declarativas claras, mas também com notórios traços persuasivos e pendor estratégico. O novo Ministro das Finanças informou nesta ocasião o país sobre quais as condições que impôs, e que foram aceites para governar; declarou quais as consequências, para os colegas ministros e para o país, dessas condições; procurou persuadir os portugueses a sacrificarem-se em nome do país e a confiarem nele e no caminho que lhes propunha; e, apesar de parecer um discurso de limitadas vistas para um futuro que parece ser somente o de resolver a questão financeira imediata, denunciou uma estratégia implícita, cujo resultado durou, com poucas mudanças e variações, até 1974.

3.1.2. Análise da Argumentação

O novo Ministro das Finanças, utiliza vinte e nove argumentos principais neste seu discurso de tomada de posse. A incidência destes argumentos é principalmente no *logos* discursivo, seguindo-se alguns elementos de legitimação do *ethos* e, final e marginalmente, alguns apelos a emoções, ou seja, elementos de *pathos*.

Os argumentos mais frequentemente utilizados por Salazar são os de Argumentação por Indício e por Raciocínio Prático. Vejamos alguns exemplos.

O novo Ministro das Finanças, que tem consciência das dificuldades que irá encontrar no cumprimento da sua função face ao estado em que se encontra o país, sente necessidade de legitimar a sua nomeação e fortalecer a sua posição. Para isso, utiliza argumentos que indiciam e sinalizam a importância do momento e a relevância dos assistentes:

Duas palavras apenas, neste momento que V. Exa., os meus ilustres colegas e tantas pessoas amigas quiseram tornar excepcionalmente solene.

Premissa Específica: Presidente do Ministério, ilustres colegas e pessoas amigas estão presentes.

Premissa Geral: Quando tantas e ilustres pessoas estão presentes, o momento é solene.

Premissa Implícita: A elite e o povo estão comigo neste momento solene.

Conclusão: Este é um momento exceccionalmente solene.

Apesar de a tomada de posse de um Ministro ser uma cerimónia de solenidade institucional, ele é também um momento comum do regular funcionamento das

instituições. Ao escolher a palavra "momento" em vez de "cerimónia" ou "ato", o orador quer realçar a unicidade da hora que se estava a viver, iniciando o seu discurso chamando a atenção para a importância do que tem para comunicar. Para Salazar, a presença do Presidente do Ministério, dos colegas de ministério e de pessoas amigas demonstra o apoio que tem para o exercício da função; tal como explicará, este apoio e a difícil situação do país, tornam o momento "excepcionalmente solene".

Analisemos um outro exemplo de Argumento por Indício:

Agradeço a V. Exa. o convite que me fez para sobraçar a pasta das Finanças, firmado no voto unânime do Conselho de Ministros...

Premissa Específica: O voto do Conselho de Ministros foi unânime.

Premissa Geral: Um voto unânime é um sinal de um apoio de todos.

Conclusão: Tenho o apoio unânime do Conselho de Ministros.

Conclusão implícita: Todos os Ministros apoiam a minha nomeação e, logo, ação.

No quadro constitucional da altura, a prerrogativa de nomear um Ministro pertencia ao Presidente do Ministério, que depois via confirmada a escolha pelo Presidente da República. Neste caso, Salazar exigiu que a sua escolha fosse realizada por voto dos Ministros em funções, sob proposta do Presidente do Ministério, e só após serem conhecidas e aceites as suas condições. Ao revelar tal facto no seu discurso, Salazar pretende sinalizar que conta com o apoio dos seus colegas Ministros quanto à sua nomeação, que assim toma uma forma institucionalmente mais sólida de cooptação, e, mais importante ainda, a aceitação das condições necessárias que colocou para ser nomeado.

O outro tipo de argumento utilizado com frequência por António de Oliveira Salazar é o baseado no Raciocínio Prático. Através desta base de argumentação, o orador justifica uma determinada linha de ação com uma premissa centrada no objetivo a atingir, tal como acontece no seguinte caso, racional para a opção de nomear Salazar e fundamento para a sua ação política:

... sacrificando mesmo nalguns casos outros problemas à resolução do problema financeiro, dominante no atual momento.

Premissa Maior: O objetivo é resolver o problema financeiro, dominante no atual momento.

Premissa Menor: Para resolver o problema financeiro, é necessário subordinar a importância de outros problemas.

Conclusão: Outros aspetos da governação serão sacrificados em benefício da resolução do problema financeiro.

Esta passagem do discurso de Salazar é uma das pedras de toque da sua atuação como Ministro das Finanças, e, até, como Presidente do Conselho nas décadas posteriores: as Finanças são o centro da governação do país. Para argumentar nesse sentido, Salazar exerce um raciocínio prático, defendendo que a única forma de o fazer é o sacrifício de "outros problemas".

Este tipo de argumentação é utilizado também nas condições de que lançou mão para aceitar o cargo de Ministro das Finanças, em relação ao controlo orçamental dos vários ministérios. Nesse ponto em particular, o orador utiliza também o tipo de argumentação a partir de Consequências, como bem demonstra o seguinte exemplo:

d) que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes Ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes.

Premissa: Se os Ministérios aceitarem a colaboração do Ministério das Finanças, as despesas vão descer e as receitas vão subir, organizada e uniformemente.

Conclusão: Os Ministérios devem aceitar e aceitam a colaboração do Ministério das Finanças para que as despesas baixem e as receitas subam.

No seu discurso, o orador revela uma proposta aos Ministérios, que foi a de aceitarem o apoio do Ministério das Finanças com vista à redução de despesas e aumento de receitas, indispensáveis à resolução do problema financeiro. Esta condição garantiu, com a argumentação da consequência benévola do equilíbrio financeiro a partir do controlo financeiro, um *droit de regard* do responsável das Finanças sobre os outros Ministros, que é tão forte como as três condições anteriores do discurso, na medida em que atua sobre os orçamentos ministeriais ainda antes de estarem construídos. Embora esta condição seja um compromisso explícito, ela constitui, de facto, uma declaração de autoridade implícita do Ministério das Finanças sobre todos os outros.

Embora não tão frequente neste discurso, é particularmente forte a utilização da Argumentação baseada na Opinião de Especialista. Salazar utiliza o crédito objetivo demonstrado pelo convite e o agradecimento superiormente expressado pela sua aceitação, bem como as testemunhas na sua posse e a solenidade do ato, como legitimação da importância da sua função neste contexto. Mas não se inibe, também, de creditar a si próprio especiais competências técnicas e qualidades morais para a função e para as exigências das circunstâncias, que, aliás, hiperboliza noutros pontos do discurso. Vejamos um exemplo:

Pouco mesmo se conseguiria se o País não estivesse disposto a todos os sacrifícios necessários e a acompanhar-me com confiança na minha inteligência e na minha honestidade – confiança absoluta mas serena, calma, sem entusiasmos exagerados nem desânimos depressivos. Eu o elucidarei sobre o caminho que penso trilhar, sobre os motivos e a significação de tudo que não seja claro de si próprio; ele terá sempre ao seu dispor todos os elementos necessários ao juízo da situação.

Premissa Maior: Eu sou alguém inteligente e honesto, que mereço ter a absoluta confiança do País.

Premissa Menor: O caminho que penso trilhar exige todos os sacrifícios necessários do País.

Conclusão: O país deve estar disposto a todos os sacrifícios necessários e deve ter confiança absoluta no caminho que proponho trilhar.

O novo Ministro das Finanças, quase plenipotenciário em relação aos outros Ministros, refere agora duas características que pensa deter, como argumento persuasivo para que os portugueses se disponham a "todos os sacrifícios necessários" e a acompanhá-lo "com confiança" no que caminho que pensava trilhar. Este é um uso implícito, e muito curioso, de opinião de especialista, visível nas duas palavras que escolhe para se caracterizar: o inteligente Professor Catedrático Oliveira Salazar, especialista em Finanças Públicas por Coimbra e desejado, ao longo dos anos, por vários Presidentes do Ministérios para tal pasta; e o honesto António de Oliveira Salazar, natural de uma aldeia beirã, católico e ex-seminarista, homem simples e probo, que, ao longo dos anos, rejeitou os convites que recebeu para o poder por desprendimento pessoal, não compromisso com a situação anterior e falta de condições para desempenhar as funções de forma satisfatória. Salazar credencia-se a si próprio, sendo o melhor apoio e garante para o caminho que se propõe trilhar. Através destes argumentos, detetamos que as condições da aceitação do cargo por Salazar pelo restante Governo implicam consequências imprevistas mas reveladas, entre as quais sacrifícios necessários não explicitados, confiança absoluta numa personalidade e o percorrer de um caminho que se desconhece, que só será exposto à medida que o orador o desbrave, com as explicações, qual guia iluminado, "sobre os motivos e a significação de tudo que não seja claro de si próprio".

Finalmente, realçamos alguns exemplos em que Salazar recorreu a argumentos por Apelo a Emoções, com um enfoque na tipologia do Aviso:

Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar.

Na frase mais conhecida e significativa deste discurso, Salazar utiliza, simultaneamente, um apelo ao sentimento de segurança na sua liderança e um aviso de que, apesar das suas qualidades e firmeza expostas no discurso, o percurso será bem maior do que “poucos meses”. Esta referência ao tempo curto dos governos da Primeira República e da Ditadura Militar é ela própria um aviso implícito de que terá a sua ação de fruir um apoio consensual, forte e duradouro à ação governativa. Tal aviso é pós-cedido de uma ameaça, na qual o Ministro das Finanças deixa claro que espera por obediência “do País”, mesmo que lhe seja permitido estudar, representar, reclamar e discutir, “quando se chegar à altura de mandar”, presumindo-se que tal altura e tais ordens sejam as que conduzem o País ao equilíbrio financeiro, objeto do seu discurso.

As frequências de tipos de argumento do Discurso 1 encontram-se no [Apêndice IV](#).

3.1.3. Estrutura

Este discurso revela uma linguagem cuidada e direta, típica do ambiente institucional, bem como uma forma altamente estruturada, em que os argumentos encerram uma conclusão geral comum. Apesar de, em diferentes parágrafos setoriais, ser possível encontrar diferentes tipos de Estrutura de Argumento, nomeadamente a Convergente e a Divergente, é notória a orientação geral do discurso para uma estrutura do tipo Argumento Relacionado. Tomemos como exemplo o corpo central do discurso, em que o orador apresenta as condições que exigiu para aceitar o cargo de Ministro das Finanças. Observa-se que cada uma delas contribui autonomamente para o objetivo de regularizar a vida financeira nacional, sendo um argumento que pode ser tipificado como baseado em Raciocínio Prático ou a partir de Consequências, positivas ou negativas, conforme a sua formulação. Apresentamos a sua sistematização no Diagrama 2 ([Apêndice V](#)), sem, no entanto, desconstruir cada argumento *per se*, por já termos demonstrado anteriormente a sua tipologia.

3.1.4. Dimensão implícita

Este discurso do novo Ministro das Finanças é um exemplo extraordinário da função das pressuposições e das implicaturas como instrumentos de preenchimento do conteúdo do diálogo de matriz política, neste caso, deliberativo, por ocorrer em ambiente totalmente institucional. Ao permitirem a compreensão mútua entre o orador e os seus

ouvintes, funcionam, respetivamente, como contexto e como chave de solução do discurso, conferindo-lhe uma dimensão implícita que carece de explicação a quem não esteja dotado de ferramentas quanto ao contexto histórico, à personalidade do ator político e aos resultados da ideologia e da prática por detrás das suas propostas.

Procuraremos, de forma resumida, exemplificar essa dimensão implícita através da análise de alguns excertos numa perspetiva dos respetivos instrumentos que ajudam à sua compreensão.

Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu país como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido.

Este pequeno texto contém algumas pressuposições, que necessitam de ser tidas em consideração para a compreensão do que o orador, de forma aparentemente coloquial, está a manifestar. Estas palavras encontram-se no seguimento da revelação do agradecimento do Presidente do Ministério face à sua aceitação do cargo. A confissão de que a aceitação do cargo é um sacrifício, incomportável de ser feito por gentileza, constitui uma pressuposição de que orador e ouvinte têm em comum o conhecimento e a consciência sobre o estado do País, em particular das suas Finanças Públicas. Salazar, ao educada e humildemente dispensar agradecimentos do seu superior, está de facto, implicitamente, a elogiar o seu sacrifício pessoal face a tão difícil contexto. A sua referência ao dever de consciência é também, ela própria, uma referência ao seu (pressuposto) reconhecido patriotismo, ele, conservador, de tendência monárquica, ao mesmo tempo que aponta a frieza e a serenidade como virtude particulares, com certeza imanentes a um Professor de Direito com uma carreira digna e de sucesso.

Não tomaria, apesar de tudo, sobre mim esta pesada tarefa, se não tivesse a certeza de que ao menos poderia ser útil a minha acção, e de que estavam asseguradas as condições dum trabalho eficiente.

Salazar usa novamente, neste curto texto, uma pressuposição e uma implicatura. Por um lado, regressa a uma referência implícita sobre as suas qualidades particulares, como técnico competente e cidadão probo, para a função e a missão, ao assumir a certeza quanto à sua utilidade, ou seja, pressupondo que todos os presentes lhe reconhecem tais características. Por outro lado, ao enunciar que assegurou as condições para um trabalho

eficiente (sendo que essas estão explícitas no próprio discurso), Salazar produz a implicatura de que elas terão de ser efetivamente cumpridas para benefício da eficiência do trabalho, no que é uma mensagem implícita, face ao conteúdo do discurso, para o Presidente do Ministério e todos os Ministros presentes.

Debalde, porém, se esperaria que milagrosamente, por efeito de varinha mágica, mudassem as circunstâncias da vida portuguesa.

De forma impressionante, Salazar, numa frase simples e direta, usa com arte uma dimensão implícita do discurso, repleta de pressuposições e implicaturas. Passe a generalização, se recorrermos ao proverbial sentido “sebastiânico” dos portugueses – de esperar a resolução dos seus problemas com o aparecimento de uma personagem mítica – e à sua pretensa vontade em fugir aos sacrifícios como via para o êxito, compreendemos os pressupostos em que assente o aviso de Salazar: não vale a pena esperar por soluções fáceis e rápidas para a grave situação do País. É óbvio que, neste contexto, está implícito que exigirá sacrifício para sair da situação presente – “todos os sacrifícios necessários”, dirá na frase seguinte, sem especificar quais e deixando implícita novamente a tarefa hercúlea que lhe pediram e agradeceram enfrentar.

A acção do Ministério das Finanças será nestes primeiros tempos quase exclusivamente administrativa, não devendo prestar larga colaboração ao *Diário do Governo*. Não se julgue porém que estar calado é o mesmo que estar inactivo.

Mais uma vez, o discurso de Salazar demonstra uma assinalável riqueza implícita. O orador pressupõe ser do senso comum que a tarefa que se espera de um Governo é a de governar, sendo a lei o principal instrumento da governação. Em Ditadura, para mais, a competência legislativa do Governo era alargada. Ao informar que a ação primordial do Ministério das Finanças não será legislativa, mas sim administrativa, e considerando as condições que colocou para a aceitação do seu cargo, o novo Ministro deixa implícito que os primeiros tempos da sua ação serão os de efetivar, por via administrativa, essas condições. Ou seja, o controlo orçamental do Governo, consubstanciado no que se pode chamar de tutoria sobre as despesas dos ministérios, é o enfoque principal da tal “ação quase exclusivamente administrativa”. Salazar reforça essa implicatura com uma outra, de cariz contundente: “Estar calado”, ou seja, não produzir legislação para o *Diário do Governo*, não o mesmo que “estar inativo”, isto é, abdicar das prerrogativas de aplicar administrativamente as condições propostas e aceites pelos ministérios.

Agradeço a todas as pessoas que quiseram ter a gentileza de assistir à minha posse a sua amabilidade. Asseguro-lhes que não tiro desse acto vaidade ou glória, mas aprecio a simpatia com que me acompanham e tomo-a como um incentivo mais para a obra que se vai iniciar.

Transcrevemos aqui uma última citação do discurso analisado, referente a um agradecimento a todos os que testemunharam a posse do orador, facto que, tal como atrás apresentámos, foi considerado um indício de apoio consensual num momento excecional. Realçamo-lo aqui pela subtileza de uma pequena expressão, plena de significação implícita: (à simpatia da presença das pessoas que assistiram à posse) “Tomo-a como um incentivo mais...”. Através destas curtas palavras, Salazar, implicitamente, manifesta o incentivo interior à tarefa que decidiu abraçar como razão primordial; mas, ao agradecer pela simpática presença dos seus ouvintes institucionais no momento em que apresentou as suas condições e pediu a confiança absoluta de todo um País, decide com tal agradecimento torná-las comprometidas consigo e com o rumo que propõe.

3.2. Discurso 2: “...não estou autorizado a fazer declarações políticas.”

([Anexo V](#). Discurso de 9 de junho de 1928.)

3.2.1. Contexto

O discurso em análise neste ponto ocorre somente cinquenta e três dias após a tomada de posse de António de Oliveira Salazar como Ministro das Finanças. No final deste mesmo mês, Salazar apresentaria um orçamento com um saldo positivo, o primeiro desde 1914, na altura com Afonso Costa como Chefe de Governo. Usufruindo das condições de visto prévio e veto sobre as despesas dos ministérios, não seria difícil, apesar das circunstâncias, alcançar tal feito. No entanto, os historiadores encontram explicação para um sucesso tão rápido como tendo por base operações de cosmética orçamental.

O mais relevante deste discurso é o facto de, a poucos dias da apresentação de um orçamento superavitário, ele apresentar as razões pelas quais, segundo o orador, Portugal se encontrava na situação de então. Obviamente que a exposição tão contundente da situação financeira, económica, social e política do País, neste contexto, oferecia ao novo Ministro das Finanças duas vantagens: 1. a justificação das medidas de contenção e austeridade que estava já a aplicar aos ministérios e a preparação para a sua continuidade e aprofundamento; 2. a promoção da sua imagem de especialista na área das Finanças,

pois, em poucos dias, apresentaria o primeiro orçamento com saldo positivo, apesar das circunstâncias.

Tendo em conta o contexto, o discurso torna-se mais compreensível e denota como principal preocupação a de garantir o apoio para as medidas implementadas, e de, como veremos a seguir, fortalecer o poder político pessoal. Assim, ele é, para além de um discurso de forte pendor deliberativo, pela justificação institucional das políticas, também altamente persuasivo, por procurar convencer os ouvintes da necessidade de uma linha política de conquista de poder, necessário para a continuação das reformas necessárias.

3.2.2. Análise à Argumentação

Neste discurso sobre o estado da Nação, em que procura apresentar os problemas do País e propor soluções, o novo Ministro das Finanças continua a utilizar uma linguagem cuidada e direta, mas com maior diversidade de tipos de argumento e maior grau de estruturação argumentativa. O tipo de argumento mais usado por Salazar é o baseado em Raciocínio Prático, com doze incidências. No entanto, o seu argumento é frequentemente apresentado de uma forma implícita, a partir de uma explicação, que toma como adquirida e definitiva, de um problema a partir de uma causa. Ao encontrar numa opção política determinada a origem de um problema, Salazar está a justificar as opções que está a tomar para conter e resolver esse problema. Vejamos alguns exemplos, relativos à questão financeira:

Explicação (paráfrase): O problema financeiro é provocado por: défice crónico; dívida elevada, com taxas de juro altas e diversificadas que levam ao descrédito; má arrecadação das receitas e desigual repartição de rendimentos.

Premissa Implícita Maior: Eu quero alcançar o equilíbrio financeiro.

Premissa Implícita Menor: Para alcançar o equilíbrio financeiro, terei de resolver o défice crónico, diminuir a dívida e retomar o crédito externo, melhorar a arrecadação das receitas e melhorar a repartição das receitas.

Conclusão Implícita: Este é o plano que terei de aplicar, o melhor para o País.

Este Raciocínio Prático, exposto de forma implícita, está presente com grande frequência – mais de um quarto dos argumentos encontrados – ao longo de todo o discurso, por vezes, até, de forma mais notória, como a seguinte:

O problema social é o problema da distribuição da riqueza, que não tem solução vantajosa sem o aumento da produção.

Premissa Implícita Maior: Temos de resolver o problema social.

Premissa Implícita Menor: Para resolver o problema social, temos de distribuir melhor a riqueza, o que só se consegue com o aumento da produção.

Conclusão Implícita: Temos de aumentar a produção.

Em relação ao discurso anteriormente analisado, o orador introduz novos tipos de argumento, que revelam uma maior preocupação em tornar aceitável e inteligível a necessidade das medidas que está a justificar. Tal dever-se-á, plausivelmente, ao facto de o discurso anterior ter sido proferido perante uma audiência institucional estrita, enquanto este foi proferido diante do Parlamento. Essa preocupação em tornar mais simples o seu discurso materializa-se na utilização de tipos de argumento facilitadores da compreensão, ou seja, menos baseados no raciocínio ou nas consequências, como os da classe Pragmática, e mais nos tipos integrados nas classes Fontes de Autoridade e Aplicação de Casos a Regras.

Estamos hoje em Portugal numa situação má. Di-lo toda a gente e era escusado...

Premissa de Aceitação Geral: Toda a gente diz que Portugal está mal.

Premissa de Presunção: Se toda a gente diz, Portugal está plausivelmente mal.

Conclusão: Existe uma presunção em favor de a situação de Portugal ser má.

Salazar credencia a sua afirmação sobre a má situação do País invocando diretamente a opinião de “toda a gente”, ou seja, utiliza um argumento de tipo Opinião Popular. Depois, soma a este crédito o sentimento geral de que as dificuldades se sentem e resultam em esforço para as enfrentar:

... na vida individual e na política as dificuldades que dessa má situação resultam sentem-se, palpam-se, todos nós lutamos com elas.

Premissa Específica: Todos nós lutamos com dificuldades em Portugal.

Premissa Geral: Quando se luta com dificuldades, a situação está mal.

Conclusão: A situação de Portugal está má.

Neste caso, Salazar utiliza um tipo de argumento baseado em Indício, ou seja, a partir de uma Aplicação de Casos a Regras, sendo que, ao incluir-se no grupo dos que sentem dificuldades, faz ao mesmo tempo um apelo à Pertença *Ad Populum*, apesar de ser um professor universitário consagrado e o presente Ministro das Finanças.

O apelo à Pertença fica também patente numa generalização sobre o operário português, afirmação que é, ela própria, um argumento baseado na Opinião Popular.

O operário português é sóbrio, inteligente, disciplinado, vigoroso, trabalhador, mas inferior muitas vezes sob o ponto de vista técnico.

Premissa de Aceitação Geral: Pensa-se que o operário português tem esta característica.

Premissa de Presunção: Se se pensa desta forma, presume-se que a tenha.

Conclusão: Existe uma presunção em favor de o operário português ter esta característica.

A Correlação com Causa é outro dos tipos de argumento mais utilizado por Salazar neste discurso, aparecendo por seis vezes. Vamos analisar um deles:

É sabido que as emissões exageradas desvalorizam a moeda.

Premissa de Correlação: Existe uma correlação entre as emissões e a desvalorização de moeda.

Conclusão: As emissões exageradas desvalorizam a moeda.

Sendo este um discurso baseado sobretudo nas implicações do desequilíbrio financeiro no estado atual do País, Salazar, um perito em Finanças, dá como adquiridos alguns princípios de Finanças Públicas, entre os quais os da desvalorização da moeda. Mais interessante é analisar que, implicitamente, se encontra aqui um conjunto de argumentos quanto ao procedimento futuro, facilmente reconstruíveis, de Raciocínio Prático, Consequências Negativas e até mesmo de Opinião de Especialista. Implicitamente, Salazar está a avisar que, no futuro, não haverá emissões exageradas de moeda, para evitar a desvalorização, o que implica mais dificuldade no acesso ao dinheiro para as pessoas e, logo, maior carestia de vida.

Para explicar as implicações da desvalorização da moeda, Salazar utiliza um argumento por Analogia:

E o que é essa desvalorização? É o metro elástico introduzido na vida económica. Suponhamos um comerciante a vender com metro elástico. Acontecia que umas vezes ficava roubado o freguês e outras seria prejudicado o comerciante. Pois as altas e baixas da moeda operam delapidações semelhantes. Com uma moeda instável não há economia que vingue e possa prosperar.

Premissa de Similaridade: Geralmente, o caso da desvalorização é similar a um metro elástico.

Premissa Base: Um metro elástico delapidaria a possibilidade do comércio justo.

Conclusão: A desvalorização delapida a possibilidade de uma economia próspera.

Através desta linguagem simples e próxima da realidade das pessoas, Salazar justifica a necessidade de manter a moeda estável, levando essa necessidade ao limite de considerar a instabilidade da moeda como o grande inimigo da economia nacional. Recorre ainda por mais três vezes a analogias. Numa delas, ao comparar a situação do País a “uma casa onde não há pão” e a situação política como “onde todos ralham e ninguém tem razão”, procura, novamente, uma proximidade com as pessoas, usando um provérbio popular; mas, ao mesmo tempo, implicitamente, critica a classe política por não encontrar ordem, recorrendo a uma pressuposição partilhada com a sua audiência quanto à instabilidade governativa das duas décadas anteriores. Nas duas outras analogias, compara quem não produz a “caso de parasitismos económicos”, provocando um sentimento de Aversão ou Raiva a setores não produtivos, e o défice crónico a um “venerando monumento nacional” – ou seja, antigo e intocável.

Salazar volta, neste discurso, a utilizar alguns Apelos a Emoções, que, embora não sejam frequentes, são localizados em temas que considera centrais à sua governação. Para além do já citado recurso à Pertença, faz também um apelo à Raiva, baseada na inveja social, ao referir que, no passado, “parecia que os comerciantes não acabavam de enriquecer”, e um apelo ao sentimento de Perigo sobre “graves perturbações sociais” se não forem resolvidos os problemas financeiros.

As frequências de tipos de argumento do Discurso 2 encontram-se no [Apêndice VI](#).

3.2.3. Estrutura

A estrutura da argumentação de Salazar no presente discurso é bastante complexa. Os argumentos são projetados sobre os ouvintes de uma forma sequenciada, em Série, construindo esquemas de argumentação que se estruturam para uma conclusão final, conforme demonstra o diagrama no [Apêndice VII](#).

Este é o raciocínio explícito do orador na parte inicial do seu discurso, quando apresenta a sequência que escolheu dar aos problemas, na qual, apesar de reconhecer a sua inter-relação, oferece especial relevo a uma delas, a financeira:

É certo que não é possível fazer boas finanças sem boa política; que uma finança sã requer uma economia próspera; que a questão social, agravada por sua vez, prejudica os problemas financeiro e económico. Mas, porque não podemos resolvê-los a todos duma vez, necessário é discutir e assentar na ordem da sua solução. Essa ordem será indicada, na interdependência das causas e dos

efeitos dos problemas, em harmonia com a causa dominante.

No entanto, dentro de cada subestrutura de argumentação, Salazar não se limita a uma só estrutura, apesar de a mais frequente ser a Convergente. Ele utiliza tipos de estrutura de argumentos variados, nomeadamente Singular, Relacionado, Divergente e em Série. Chega, inclusivamente, a articular estruturas de argumento diferentes com os mesmos argumentos. Este facto denota flexibilidade do pensamento e do discurso para adaptar a estrutura à estratégia de argumentação adequada para cada problema que está a ser enunciado e para o qual estão a ser encontradas causas. Vejamos um exemplo, com sistematização em diagrama no [Apêndice VIII](#):

Atravessámos uma grave crise económica, cujas principais causas foram essa instabilidade monetária, a alta de juros do dinheiro e a escassez de capitais: aquela alta provocada pela escassez dos capitais; esta escassez provocada pela desvalorização da moeda, que, ao mesmo tempo que opera na sociedade transferências de fortunas, consome em geral grandes somas de capitais.

A estrutura dos argumentos apresentada por Salazar denota o cuidado em fazer compreender a interligação dos problemas financeiros, económicos, sociais e políticos do País. Ela está pensada para procurar tornar acessível e inteligível noções complexas de Finanças, nomeadamente, neste caso, entre a Política Monetária praticada e a crise económica que se fazia sentir. Dada a complexidade do tema e à consciência de ter de persuadir os seus interlocutores, Salazar sentiu necessidade, ao contrário do que aconteceu no seu discurso anterior, de compensar o seu discurso técnico com analogias e classificações, já mencionadas atrás. Imediatamente após a apresentação estruturada de um argumentário com vista a justificar uma política monetária contida, Salazar apresenta um exemplo direto, com vista a acirrar as emoções contra quem se aproveitou da situação, com a já revelada referência aos “comerciantes que não acabavam de enriquecer”. Um pequeno exemplo, através de uma generalização, popularmente constatável, dos efeitos das flutuações monetárias.

3.2.4. Dimensão Implícita

Tal como mencionámos, este discurso está eivado de referências implícitas ao que estava a ser o plano do Ministro das Finanças para resolver o que considerava serem os problemas do País. Essas referências implícitas assentam em pressuposições de base,

que o orador considera partilhar com os seus ouvintes, sendo as principais as causas conhecidas do fracasso da Primeira República e da Ditadura Militar, que conduziram à má situação do País, fruto do desequilíbrio das contas públicas, da crise económica, da perturbação social e da instabilidade política. No fundo, Salazar, ao enunciar explicitamente as causas do estado do país, está a denunciar a falha dos regimes anteriores, até à sua chegada, em resolver as questões nacionais. Dentro ainda das pressuposições partilhadas quanto a este discurso, quer Salazar que os seus ouvintes estão cientes das responsabilidades e da autoridade alargadas deste Ministro das Finanças, pelo que fica pressuposto que, de cada explicação causal que é realizada pelo orador, é relevado um argumento, de Raciocínio Prático ou a partir de Consequências, de que a sua ação será precisamente a oposta da que está a criticar.

A própria opção do elencar de prioridades desses problemas – financeiros, económicos, sociais e políticos, por esta ordem – está implicitamente a referir que não serão prioridade outros problemas, como a pobreza extrema, o analfabetismo ou o atraso tecnológico. Todos se subordinariam à “causa dominante” financeira, como a chamou.

Em alguns pontos do seu discurso, Salazar deixa implícita, também, as áreas de atuação sobre as quais, embora não estejam sujeitas à sua tutela, irá atuar no futuro. Tal é o caso da sua referência, a partir de um argumento de Correlação com Causa, através do qual demonstra que a desvalorização da moeda causa ganhos para o devedor e perdas para o credor, questões irritantes entre inquilinos e senhorios, desorganização familiar e corrupção. A implicatura, neste caso, é que se justifica uma ação nestas áreas, em que o plenipotenciário ministro não hesitará em intervir.

O mesmo se pode dizer do seguinte trecho, da área da Economia, que Salazar não se inibe de referir e para a qual propõe soluções:

Para que o trabalho possa ser mais bem retribuído, é pois necessário organizar, intensificar, valorizar a produção e obter nesta mais elevado rendimento, numa palavra, resolver o problema económico, aumentando as riquezas, para que a todos caiba maior quinhão.

Ministro das Finanças há menos de dois meses, Salazar utiliza um discurso de diagnóstico sobre o estado do País para, de modo implícito, formular o seu programa de Governo. Do qual, aliás, a última dimensão, a política, não fica isento de referência:

Andamos há muitos anos em busca de uma fórmula de equilíbrio e ainda não conseguimos encontrá-la. E como se diz que «em casa onde não há pão todos

ralham e ninguém tem razão», as soluções políticas são mais difíceis, estando agravados os problemas financeiro, económico e social.

É para momentos finais do seu discurso, porém, que Salazar guarda a implicatura mais significativa. Depois de enunciar os problemas do País e as suas causas, com o foco nas Finanças, e apresentar as soluções que propõe, deixando implícito que o seu programa passaria por uma ação muito mais alargada do que o equilíbrio das Finanças Públicas, para a Economia, a Sociedade e a Política, Salazar pronuncia as seguintes breves palavras:

Mas eu não estou autorizado a fazer declarações políticas, nem agora é o momento de versar este problema.

Ou seja, depois do diagnóstico do País e da apresentação das soluções que propõe, Salazar informa candidamente os seus interlocutores de que não está autorizado a fazer declarações políticas... A ele, professor de Coimbra, especialista em Finanças, homem digno e probo, não se lhe deu autorização para fazer declarações políticas; aliás, considera que tudo o que esteve até ao momento a considerar pertence ao domínio do técnico, do científico, da arte de bem administrar. Talvez, no futuro, chegasse um momento para “versar este problema”, encontrando o tal desejado equilíbrio político; talvez, aí, ele tenha alguma coisa a dizer. Até lá, aguarda por autorização. Ou, quem sabe, por autoridade. E aproveita esse tempo para legitimar o poder, através da ação, que aqui explicou, de saneamento das contas públicas, equilíbrio orçamental e regresso à confiança do crédito externo.

3.3. Discurso 3: “... a modificação radical de tal estado de coisas.”

([Anexo VI](#). Discurso de 21 de outubro de 1929.)

3.3.1. Contexto

No outono de 1929, o quadro político português alterara-se pouco, com exceção do aumento do poder e do prestígio pessoal do Ministro das Finanças, que levava o Governo a reclamar pelo menos uma vitória: a de recuperar e equilibrar as contas públicas. António de Oliveira Salazar continuava a exercer funções, debaixo das condições que colocou, agora num Governo chefiado por Ivens Ferraz. A Ditadura Militar

continuava no seu esforço de estabilização da vida económica, social e política, embora se dividisse, com cada vez maior nitidez, entre aqueles que desejavam uma reforma do sistema mantendo os princípios republicanos e os que aspiravam a uma nova ordem constitucional. Os primeiros tinham no Presidente do Ministério um líder moderado; os segundos encontravam no Ministro das Finanças, o artífice da recuperação financeira e delfim próximo do Presidente da República Carmona, um influente aliado.

Este discurso é proferido neste contexto. Ele é um discurso curto, mas pleno de significado, por assentar numa declaração de denúncia das causas do estado malévolo da Administração, baseada em valores e compromissos implícitos de Salazar. A sua análise será, pois, breve, por não ser um discurso sobre a racionalidade de ação. Na análise deste discurso, não pode ser esquecido que ele está a ser proferido por um governante em funções há mais de um ano, com dever presumido de lealdade institucional ao chefe e aos colegas de Governo. O conteúdo e o estilo revelam a autonomia e o projeto próprio do ator político em causa.

3.3.2. Análise à Argumentação

No capítulo 2 deste trabalho invocámos a importância da noção de “valores” e “circunstâncias”, como elementos construtivos da argumentação, como demonstrado no Diagrama de Argumento para a Mudança Política, de Fairclough. Esse autor encontra na enunciação de valores perante determinadas circunstâncias os pontos de partida de uma retórica conveniente, justificativa de uma ação política. Walton e Macagno, dissemos também, usam a terminologia “compromissos” para se referirem aos mesmos elementos do discurso. Usaremos ambos nesta análise, em função do maior pendor moral ou funcional dos argumentos.

O orador inicia o seu discurso com uma afirmação baseada num alto grau axiológico – a “verdade”:

Como a vida social, a política e a administração pública devem apoiar-se na verdade...

Salazar anuncia que a medida de valor que, na sua opinião, deve fundar a vida social, a política e a administração pública é a verdade. E, para credenciar a sua defesa desta medida suprema da coisa pública, encontra aquele que pensa ser o melhor apoio:

... por temperamento, por convicção, por imposição da consciência, defendendo esta forma de dirigir e de administrar.

Mais uma vez, António de Oliveira de Salazar oferece o seu crédito pessoal como garantia da sua defesa desta “forma de dirigir e administrar”. Sendo certo que não estamos, neste argumento, perante a necessidade de uma opinião especializada, não deixa de ser um tipo de argumento baseado na Fonte ou Autoridade, pois recorre às características pessoais de alguém que, como já demonstrámos no discurso anterior, toma por adquiridas e pressupostas as suas qualidades pessoais e profissionais, e, neste caso, morais. Mas este é, também, implicitamente, um argumento baseado no Compromisso, que contém um forte apelo à Confiança, e que pode ser desconstruído da seguinte forma:

Premissa Implícita da Evidência do Compromisso: A minha vida passada demonstrou que eu sou uma pessoa comprometida com a verdade.

Premissa de Ligação de Compromissos: Geralmente, quando alguém demonstra estar comprometido na sua vida com a verdade, pode ser inferido que governará também comprometido com a verdade.

Conclusão: Eu estou comprometido em administrar com a verdade.

A esta argumentação implícita não estará alheia a pressuposição de quem é e qual é o percurso de António de Oliveira Salazar: católico, conservador, metódico, frugal, desprendido de interesses, como revelam as suas renúncias passadas a cargos políticos, mas estoico na aceitação do seu cargo num momento difícil da História de Portugal. Era assim que ele se via, como fazia por ser visto e como presumia ser visto.

Depois, à verdade que afirma defender e deixa implícito praticar, Salazar contrapõe as causas que provocam um dano inaceitável à vida administrativa do País, através de um argumento de Correlação com a Causa:

A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fez da vida administrativa do País uma mentira colossal.

Premissa de Correlação: Existe uma correlação entre estes elementos citados e a mentira colossal que é a vida administrativa.

Conclusão: Esses elementos causaram a mentira colossal que é a vida administrativa.

No entanto, dizer que “a vida administrativa é uma mentira colossal” é uma generalização bastante forte, pois pressupõe que toda a vida administrativa é uma mentira, o que merecerá uma evidência necessariamente forte. É esse exercício que o Ministro das Finanças inicia de seguida, enumerando exemplos do que considera serem “mentiras” da

vida administrativa do País e que decide denunciar. Peguemos em dois exemplos, dos onze presentes:

Se temos um número de funcionários para um trabalho e parte deles desligados do serviço, porque aguardam uma aposentação que não chega mais, temos a mentira dos quadros.

Se o funcionário tem outra vida que não só a de funcionário, e não entra à hora que deve, e não trabalha com zelo durante o tempo de serviço, e as faltas não são nunca averiguadas, nem julgadas, nem rapidamente punidas, temos a mentira disciplinar.

O argumento aparece sobre um tipo que podemos designar como a de negação de Prática Popular, pois utiliza o que é adquirido como aceitável, neste caso, quanto ao comportamento dos funcionários públicos, e opõe-no a um conjunto de funcionários que tem um comportamento oposto, gerando a mentira que se deseja revelar. Este argumento, exposto desta forma, hiperboliza um comportamento específico e transforma-o numa mentira do sistema – dos “quadros” ou da “disciplina” –; sendo ainda que, como a vida administrativa é vista como “mentira colossal”, se depreende que o número desses comportamentos seja significativo, se não maioritário ou mesmo geral. O que era, provavelmente, falso e manipulativo.

Premissa de Observação: Há um número de funcionários desligados do trabalho porque aguardam aposentação.

Premissa Implícita de Observação: Ser aplicado no serviço até ao final da carreira, mesmo se a aposentação chega tardiamente, é a prática geral, popular, aceite e desejável entre os funcionários.

Premissa de Referência: Se ser aplicado no serviço até ao final da carreira, mesmo se a aposentação chega tardiamente, é a prática geral, popular, aceite e desejável entre os funcionários, e tal não é realizado por um número de funcionário que aguardam aposentação, tal não deveria ser tolerado.

Conclusão: Então, não é tolerável que um número de funcionários esteja desligado do seu trabalho porque aguardam aposentação.

Consideramos, ainda, que cada um dos argumentos apresentados desta forma poderia ser desconstruído, com alguma imaginação, em argumentos de ataque direto a grupos. Cada um contém, ainda, um apelo à Raiva, já que encontra num grupo ou numa instituição denunciados um culpado para a “mentira colossal”, seja ele um funcionário público, um devedor, os políticos que fizeram os orçamentos passados, ou mesmo o Exército, os tribunais e as escolas. Quase todo Estado e a Sociedade, no fundo, têm culpa.

Por essa razão, Salazar termina o seu discurso com dois argumentos: um baseado em Correlação com Causa, apresentando novamente as mentiras denunciadas como causa

de “todas as deficiências de que o país sofre”, e um, final, baseado no Raciocínio Prático, que a seguir apresentamos:

E de todas estas mentiras, acumuladas, multiplicadas, enredadas umas nas outras, vêm todas as deficiências de que o País sofre e que há absoluta necessidade de suprir.

A política de verdade impõe-nos a modificação radical de tal estado de coisas.

Premissa Maior: Há absoluta necessidade de suprir todas as deficiências de que o País sofre, provocadas pelas mentiras.

Premissa Menor: Para o conseguir, eu tenho de aplicar a política da verdade, que impõe modificar radicalmente tal estado de coisas.

Conclusão: Então, tenho de modificar radicalmente tal estado de coisas.

Analisaremos o que está implícito nesta conclusão no ponto três deste capítulo.

As frequências de tipos de argumento do Discurso 3 encontram-se no [Apêndice](#)

[IX.](#)

3.3.3. Estrutura

Apesar de este ser um discurso simples e curto, a sua estrutura de argumentação é complexa, denotando um elevado grau de cuidado na sua elaboração. O orador inicia por expor um compromisso ou ponto de partida, que é a necessidade de a vida pública assentar na verdade. De seguida, confere um apoio, baseado na sua autoridade, para esse compromisso. Segue-se a apresentação de uma afirmação que necessita de numerosos pontos de apoio convergentes, que lhe dão força exemplificativa: a de que a vida administrativa é uma mentira colossal. Depois, tal argumento conduz a uma conclusão parcial, que, conseqüentemente, leva a um compromisso. Ambos os compromissos convergem na conclusão final, relacionada com o alvo deste discurso: a persuasão para uma alteração do estado da vida administrativa.

A diagramação da estrutura de argumentação deste discurso está no [Apêndice X](#).

3.3.4. Dimensão Implícita

Tal como vimos no ponto anterior, o fulcro da argumentação de Salazar é o de concluir pela necessidade de uma modificação radical do estado da administração. Todos os argumentos construídos, desde as Práticas Populares aos Compromissos, conduzem a uma justificação dessa alteração. O que fica implícito neste discurso de

Salazar resume-se em três pressuposições e duas implicaturas, que procuraremos demonstrar.

Por um lado, Salazar pressupõe, dando por adquirido e sem necessidade de demonstração que não a afirmação, que partilha com a audiência que o seu temperamento, a sua convicção e a imposição da sua consciência são garantia suficiente de que defende a verdade como forma de dirigir e de administrar. Este pressuposto será, com certeza, construído no sucesso do seu percurso académico, de uma ideia de uma vida moral impoluta e do êxito no equilíbrio das Finanças. Por outro lado, Salazar assenta o seu discurso na pressuposição da aceitação de que os apoios exemplares que oferece aos seus argumentos são sentidos e vividos pelos portugueses, no seu dia a dia, quanto ao estado da Administração Pública, dos Tribunais e das Escolas, por exemplo. Este é um sinal de que todo o discurso configura um apelo à Pertença *Ad Populum*, de alguém sério e honesto, que não se acomoda aos males provocados por “aqueles” que ao mesmo tempo usufruem de “todas as deficiências de que o país sofre”. E pressupõe, ainda, que a “verdade” é a vontade de todos, que o sentir geral é que tais “deficiências” devem ser “supridas” e que todos desejam “a modificação radical das coisas”

Quanto às implicações que este discurso contém, elas são reveladoras do ascendente que o Ministro das Finanças tinha vindo a conquista no seio do Governo. Afinal, apesar de centrado na vida administrativa do País, o seu discurso inicia referindo-se também à verdade como medida da vida social e política. E, de um início centrado na Administração Pública e nas Finanças, o seu discurso termina com referências a outras áreas governativas bem afastadas da sua: Justiça, Ensino, Defesa. A área de ação deste Ministro renunciava-se bem mais alargada do que aquela que, então, tutelava, mesmo considerando os poderes delegados com que exercia funções.

Mas a maior implicatura do seu discurso pode ser reconstruída com base num argumento por Raciocínio Prático implícito, que sinalizará aos seus ouvintes sobre quem considerava estar apto para a tarefa necessária que propunha fosse realizada:

Premissa Maior: “A política de verdade impõe-nos a modificação radical de tal estado de coisas.”

Premissa Menor: “Por temperamento, por convicção, por imposição da consciência, defendo esta forma de dirigir e de administrar.”

Conclusão Implícita: Então, eu sou a pessoa certa para executar essa política.

3.4. Discurso 4: “se iam acantonando... valores da gente portuguesa.”

([Anexo VII](#). Discurso de 28 de maio de 1930.)

3.4.1. Contexto

O discurso que nos propomos analisar neste ponto foi realizado na Sala do Risco do Arsenal, na comemoração do quarto aniversário do golpe que conduziu à Ditadura Militar, na presença de centenas de oficiais das Forças Armadas. Ele é relevante, também, por ser proferido por António de Oliveira de Salazar pouco mais de dois anos depois da sua entrada no Ministério das Finanças.

O contexto mais imediato deste discurso contém dois pormenores de relevo.

O primeiro prendeu-se com uma crise iniciada pelo Governador do Banco de Angola, Cunha Leal, em janeiro desse mesmo ano, sobre aspetos relacionados com a gestão do crédito financeiro da colónia. Esse discurso conduziu Salazar a um desmentido que revelou uma desproporcionada posição de força, cuja consequência foi a demissão do Presidente do Ministério, Ivens Ferraz, e o fortalecimento pessoal do Ministro das Finanças, que contou com o apoio do Presidente Carmona. Apesar dos apoios crescentes com que contava, Salazar não foi nesta ocasião nomeado Presidente do Ministério, mas os seus apoiantes conseguiram a nomeação de um seu favorito, Domingos de Oliveira, sendo preterido o moderado Passos de Sousa, de quem Salazar recusou integrar o Governo. O General Domingos de Oliveira tornou-se Presidente do Ministério a 21 de janeiro de 1930 e permaneceu no cargo até 5 de junho de 1932, com o apoio do cada vez mais poderoso Ministro das Finanças.

O segundo ponto de interesse é a notória oposição entre dois grupos de militares, em tensão quanto ao futuro constitucional de Portugal. De um lado, os que desejavam a continuidade constitucional e a reforma da Primeira República; do outro, os que aspiravam a uma alteração constitucional profunda. Naquele dia, os discursos dos moderados, como o do antigo Presidente do Ministério, Vicente de Freitas, procuravam atribuir à Ditadura Militar o sucesso da ordem pública e do equilíbrio financeiro, defendendo o regresso à ordem constitucional e omitindo qualquer referência ao papel pessoal de Salazar. Mas este tinha outros planos: o seu discurso é o da denúncia da Desordem do país e, implicitamente, as soluções que haviam sido levadas a cabo para a combater. Deixou bem claro, também, que o trabalho não estava concluído. O discurso de 30 de julho de 1930, dois meses depois, o mais relevante para a compreensão do regime em génese, será a materialização desse projeto radical que já aqui é perceptível.

3.4.2. Análise à Argumentação

Dado, na análise dos discursos anteriores, termos apresentado a desconstrução de grande parte do tipo de argumentos apresentados por Salazar, não o iremos fazer com tanto detalhe neste discurso.

No entanto, chamaremos especial atenção para a incidência da utilização de um argumento relacionado com a Aplicação de Casos a Regras, nomeadamente a Correlação com Causa, por doze vezes. Vejamos um exemplo, particularmente revelador do pensamento que se conheceu a Salazar quanto ao sistema político:

Fosse qual fosse o valor dos homens e a retidão das suas intenções, os partidos, as fações, os grupos, os centros políticos julgaram-se de direito a democracia, exerciam de facto a soberania nacional, e faziam ainda por cima as sedições.

Premissa de Correlação: As fações, os grupos, os centros políticos julgaram-se de direito a democracia, exerciam de facto a soberania nacional, e faziam ainda por cima as sedições.

Conclusão: A democracia, a soberania nacional e a divisão são prejudicadas e postas em causa pelas fações, pelos grupos e pelos centros políticos.

Este argumento, central no pensamento de Salazar, merece ser reconstruído com especial atenção. O ponto de partida de Salazar é uma pressuposição, com base no que considera o parecer geral do País e partilhado pela audiência, ou seja, a Opinião Popular: a de que os atores políticos do regime anterior subjugaram a democracia e a soberania à sua ação e provocaram divisões. O argumento contém uma implicatura fortíssima também: se esse estado de coisas não se deve aos valores nem às intenções dos atores políticos, deve-se, então, ao próprio sistema, o sistema das fações, dos grupos e dos centros políticos. Assim, a implicatura a que dá origem é da ordem do Raciocínio Prático e pode ser apresentada da seguinte forma:

Premissa Implícita Maior: O nosso objetivo é alcançar a democracia, a soberania e a união no País.

Premissa Implícita Menor: Para o alcançar, precisamos de acabar com os partidos, as fações, os grupos e os centros políticos no País.

Conclusão Implícita: Então, acabemos com os partidos, as fações, os grupos e os centros políticos no País.

Este tipo de argumento implícito aparece com frequência neste texto de Salazar. Mas deixaremos para o ponto sobre a Dimensão Implícita um maior foco sobre o alcance

do que defendeu neste discurso. Aqui, gostaríamos ainda de dar relevo ao recurso do orador à argumentação a partir de uma forma peculiar de Opinião Popular. Ao utilizar expressões como “uma palavra só - Desordem - definia em todos os domínios a situação portuguesa” ou “um pouco a miséria, muito a indisciplina, a fraqueza dos Governos, camaradagens e cumplicidades equívocas geraram a anarquia nas fábricas, nos serviços, nas ruas”, Salazar dá como adquirido e partilhado, ou seja, como pressuposto, a sua visão sobre o estado do País. Ele podia tê-lo feito a partir de dados da sua função – Posição de Saber – ou de apoio de peritos – Opinião de Especialista – ; mas opta por pressupor, tomando por facto a sua visão, que é a do que, afirma, o público em geral e a sua audiência particular pensam e ajuízam. Neste ponto, mais uma vez, não pode separar-se o argumento a partir de Opinião Popular de um apelo à Pertença, quando implica uma partilha de “fado” que os portugueses sofriam com a situação, e um apelo à Raiva, quando implica a denúncia dos “outros”, aqueles que conduziram à, ou beneficiaram da, situação.

As frequências de tipos de argumento do Discurso 4 encontram-se no [Apêndice XI](#).

3.4.3. Estrutura

Relativamente à estrutura da argumentação neste discurso, ela volta a revelar-se complexa e cuidada. Iremos, a bem da contenção de espaço, ignorar a estrutura de cada uma das partes da argumentação; mas demonstraremos a argumentação geral de Salazar. No início do seu discurso, o orador informa qual o seu objetivo: definir a situação de Portugal antes do “trabalho de reorganização”, pressupondo ser este a sua entrada no Ministério das Finanças, em particular, e da ação da Ditadura Militar, em geral. Para isso, a sua conclusão é que essa definição se resume numa palavra – “desordem” – a que chega demonstrando todas as “desordens” setoriais de Portugal. No entanto, há um interessante e relevante pormenor na sua estrutura: Salazar afirma, explicitamente, que uma das desordens está acima das outras e é, simultaneamente, causa e efeito das restantes. E que a sua conclusão – a “desordem” – é ela própria causa de duas outras conclusões, que, em conjunto, têm uma outra conclusão, firmada num valor ou compromisso. A sua argumentação apresenta-se expressa no diagrama do [Apêndice XII](#).

Pela diagramação da argumentação de Salazar, não é possível, ainda, traçar uma matriz de estrutura; pelo contrário, da análise realizada, induz-se que a sua estrutura de argumentos é perfeitamente adaptada ao intuito de cada discurso proferido. Neste caso,

é usada, primeiramente, uma estrutura singular, que justifica a desordem geral com a desordem política; esta é provocada por três fatores convergentes, que, por sua vez, são provocados por fatores relacionados, aqui não diagramados; a desordem geral, por seu turno, tem como consequência dois estados indesejáveis no País, causa eles próprios de uma conclusão final do discurso: o abandono geral dos “valores das gentes portuguesas”.

3.4.4. Dimensão Implícita

Neste discurso detetámos um conjunto acrescido de pressuposições e implicaturas, em relação aos anteriores. No entanto, todo o discurso tem uma pressuposição e um implícito gerais, que só são identificados no seu encerramento: a pressuposição de que a “desordem” era, de facto, a realidade portuguesa, adquirida e partilhada pela audiência; e a implicatura, deveras radical, de que “os valores das gentes portuguesas”, “acantonados” pelo descrédito do “bom povo”, exigiam um ponto final na referida desordem.

Estes elementos implícitos gerais contêm, então, outros elementos implícitos que os justificam que merecem ser analisados. Vejamos alguns, dos quais deixamos de fora os referentes a aspetos financeiros, bastamente tratados atrás:

- a pressuposição de que a desordem definia todos os domínios da situação portuguesa, com nenhum outro crédito que não a observação pessoal, em nome do povo;
- a pressuposição de que as organizações políticas do País eram causadoras da desordem dos Poderes Públicos, com a implicatura do seu desaparecimento ou controlo;
- a pressuposição de que a administração autárquica e das colónias – ou seja, o poder descentralizado – não trabalhava para a união e progresso do Estado, implicando que a centralização administrativa seria o curso de ação preferível;
- a pressuposição de que um Governo fraco é causador de insegurança, tendo como consequência uma dicotomia inevitável entre a anarquia ou o esmagamento da maioria pela minoria, o que implica a existência de um Governo forte para estabelecer a justiça. Neste caso específico, esta pressuposição contém, novamente, uma falsa dicotomia, entre a anarquia ou a submissão, que não prevê a possibilidade de resolução da problemática de forma sistémica, bem como o uso de um *post hoc*, por encontrar no seu pressuposto, o de um Governo fraco, a única razão para a existência de desordem

social – ignorando, por exemplo, o atraso económico estrutural, a influência das lutas políticas em Espanha, os efeitos da I Guerra Mundial, ou outros possíveis;

- outra dicotomia falsa, qual seja a de só existirem dois grupos possíveis de atores neste estado geral do País: os que se aproveitavam da desordem para benefício próprio e os que, desistindo de acreditar na mudança, se tornavam indiferentes à desordem. Implicitamente, emerge no discurso de Salazar a ação da Ditadura Militar e a sua ação particular como a única via para por fim à desordem;

- uma implicatura, de forte pendor compromissório, de que a ação do presente Governo, de combate à desordem no País, se alicerça nos “valores das gentes portuguesas”, entendidos tanto como a oposição à corrupção e ao aproveitamento, como ao comodismo amorfo com a situação.

No fundo, com este Governo, Salazar argumenta, teria chegado a esperança, que põe fim à incredulidade no “ressurgimento da Pátria”, sendo que a palavra ressurgimento pressupõe uma “queda” prévia. E, pela primeira vez, o Ministro das Finanças, que não estava autorizado a falar de Política, centra o seu discurso precisamente na desordem política, as suas consequências e as suas soluções implícitas.

3.5. Discurso 5: “... isto é amar o povo... isto é ser pela democracia.”

([Anexo VIII](#). Discurso de 30 de julho de 1930)

3.5.1. Contexto

A 30 de julho de 1930, na Sala do Conselho, é apresentado o documento de fundação da União Nacional, nomeadamente o seu manifesto e os seus estatutos. O objetivo da Ditadura Militar com a criação desta organização é o de gerar um movimento agregador dos vários grupos apoiantes da sua ação, que fosse capaz de permitir a transição, pacífica e negociada, do regime ditatorial para uma nova ordem constitucional.

Naquela altura, o Ministro das Finanças António de Oliveira Salazar crescera em poder, influência e reputação, internas e externas, em particular pelos resultados obtidos na reestruturação financeira do País e na reforma administrativa do Estado. Mas não só. Salazar havia saído absolutamente vencedor e reforçado das lutas políticas sobre a questão financeira e administrativa das colónias: manteve-se como Ministro, assegurou a saída de funções do seu principal opositor, Cunha Leal, e foi ainda nomeado Ministro das Colónias Interino, até 29 de julho. Nessas funções, criou o Banco para o Desenvolvimento

das Colónias e trouxe à existência o Ato Colonial, documento centralizador, que, pelo seu teor nacionalista e colonialista, augurou o futuro do regime político em construção.

Salazar mostrava que não só era um especialista em Finanças e Administração, como era, também, um político hábil. Aliás, o seu discurso apologético sobre a União Nacional é já, assumidamente, sobre Política. E somente dois curtos anos depois de um breve, mas muito sonoro, desabafo: “Eu não estou autorizado a fazer declarações políticas, nem agora é o momento de versar este problema”. O regime, esse, nascia à sua imagem.

3.5.2. Análise à Argumentação

Dos seis discursos analisados, este é o mais longo e o mais relevante, em termos de conteúdo político, pois trata-se de uma definição ideológica da União Nacional e, logo, dos alicerces do regime do Estado Novo. Por mais do que uma vez, o orador refere-se à dimensão inabitual do discurso, tendo em conta a frugalidade que fazia questão de demonstrar (também) nas palavras. Provavelmente pela dimensão do discurso, a diversidade de temas que abordou e a procura intensa de justificação ideológica, este discurso é menos cuidado na linguagem e na estrutura do que os anteriores. No entanto, os seus argumentos são fortes, à medida da importância dos seus objetivos.

O objetivo principal deste discurso é o de justificar a existência da União Nacional, como novo e principal corpo representativo da Nação. No entanto, para lá deste alvo explícito, estão implícitos objetivos de ainda maior importância: o de justificar, através da situação anterior do País, o falhanço do modelo demoliberal; o de demonstrar o bom trabalho da Ditadura Militar e das experiências similares lactentes na Europa; o de advogar o nascimento de uma nova ordem constitucional, que não será a continuidade da Primeira República, mas sim alicerçada em ideias-chave sobre a Nação, o Estado e o Povo em Portugal.

Como discurso deliberativo óbvio, em ambiente institucional, Salazar utiliza uma quantidade significativa de argumentos baseados no Pragmatismo, nomeadamente os de Raciocínio Prático: trinta e seia, quase um terço do total. Ou seja, Salazar procura justificar um determinado rumo de ação através dos efeitos desejados. Vejamos um exemplo deste tipo de argumento neste discurso, exemplo esse, aliás, que resume toda a ação proposta pelo orador:

Que fazer então? Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo, e construir a nova ordem de coisas que, sem excluir aquelas verdades substanciais a todos os sistemas políticos, melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades.

Premissa Maior: O meu objetivo é construir a nova ordem de coisas que (...) melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades.

Premissa Menor: Para o alcançar, temos de tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo.

Conclusão: Então, eu tenho de... (seguir o referido plano).

Ao longo das suas palavras, Salazar introduz à sua audiência a necessidade de agir num determinado sentido para colocar fim a uma situação indesejada e iniciar um processo de “revolução política”, título com que a História consagrou este discurso fundamental. Esse sentido, justificado por Raciocínio Prático, tem, por vezes, uma argumentação baseada em Compromissos do orador, nos seus valores. Por exemplo:

Por sobre as frações de poder - os serviços, as autarquias, as atividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade -, sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força: deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento.

Premissa Maior: O meu objetivo é que o Estado seja tão forte que não precise de ser violento.

Premissa Menor: Para o alcançar, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força por sobre (todas) as frações de poder.

Conclusão: Então, eu tenho de estender o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força por sobre (todas) as frações de poder.

Premissa Implícita da Evidência do Compromisso: Foi demonstrado que estou comprometido com tornar o Estado forte e fiável, pela minha autoridade e probidade pessoal e as minhas ações governativas anteriores.

Premissa Implícita de Ligação de Compromissos: Geralmente, quando um governante demonstra que está comprometido com um Estado forte numa sua ação governativa setorial, pode ser inferido que está também comprometido com a ação governativa geral.

Conclusão: Neste caso, eu estou comprometido em tornar o Estado forte.

Escolhemos estes exemplos por serem bem demonstrativos dos objetivos maiores do presente discurso, pois o tipo de Raciocínio Prático repete-se, de pormenor em pormenor, compondo o quadro ideológico geral. Mas, a este tipo de argumento principal,

somam-se outros tipos que o confirmam e lhe dão força, dos quais destacaremos, de forma resumida, quatro outros.

- a) O de Correlação com Causa, através do qual justifica determinado tipo de efeitos nefastos por causas, normalmente, relacionadas com regimes contrários aos pelo orador defendidos:

Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo.

Premissa de Correlação: Existe uma correlação entre um Poder Executivo fraco, e, logo, um Estado fraco, e regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo.

Conclusão: Estes regimes políticos causam um Estado fraco.

Conclusão Implícita (baseada em Raciocínio Prático): Estes regimes não nos convêm.

- b) O de Declive Escorregadio, argumento por Consequências que conduz a um limite não previsível racionalmente para avisar contra determinado rumo de ação:

De mais sabemos nós e sabem eles que, a dar-se o desaparecimento da Ditadura pelo regresso ao regime das facções toda a obra de restauração, todas as possibilidades existentes seriam substituídas pelas causas anteriores de desorganização e de ruína, agravadas na sua força destrutiva por indisciplina maior, por paixões exacerbadas, pelo aniquilamento das últimas resistências materiais e morais que pudessem opor-se a todos os desmandos e até mesmo à subversão das condições de existência da própria sociedade.

- c) O apelo à Pertença *Ad Populum*, insistentemente usado neste discurso, como via para criar uma cumplicidade alicerçada num “espírito português”, mítico e agregador, merecedor de uma ação salvífica fundada na moral:

Não deixemos que um povo com tão grandes possibilidades, com tão largas reservas de energia e de riqueza, com tantas qualidades de sacrifício, dedicação e patriotismo tenha o aspecto triste dos que assistem às grandes derrocadas históricas e desistem de construir o seu futuro!

- d) Finalmente, os apelos à Segurança e à Confiança, que, não sendo idênticos (pois o primeiro atua sobre o sentimento subjetivo de proteção

do ouvinte, enquanto o segundo salienta as condições de fiabilidade do orador), não deixam de constituir persuasões a uma entrega da vontade do público àquele que lha pede. Neste caso, Salazar utiliza substantivos positivos como alvos nacionais, para além de um novo forte apelo à Pertença:

Dêmos à Nação otimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao color dos grandes ideais, e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação.

Sê-lo-á.

As frequências de tipos de argumento do Discurso 5 encontram-se no [Apêndice XIII](#).

3.5.3. Estrutura

Sendo este um discurso longo, diversificado e complexo, não nos será possível apresentar com pormenor todas as estruturas de argumentação usadas pelo orador. E, mais do que encontrar uma estrutura frequente – pois foi já provado anteriormente que a estrutura de argumentação de Salazar é variada e adaptada ao objetivo da argumentação – parece-nos interessante encontrar uma estrutura geral para a qual todos os argumentos convergem. Ela demonstra o objetivo declarado de propor ao País uma nova ordem política, um regime alicerçado numa ideologia que tomou o nome de Corporativismo. Nessa ordem, a soberania pertence à Nação, o povo e as instituições são-lhe subordinados e o Estado funciona como um colaborador instrumental:

... estão subordinadas aos supremos objetivos da Nação com seus interesses próprios, todas as pessoas singulares e coletivas que são elementos constitutivos do seu organismo; em contraposição e garantia da eficácia superior deste sacrifício afirma-se também que a Nação não se confunde com um partido, um partido não se identifica com o Estado, o Estado não é na vida internacional um súbdito mas um colaborador associado.

Esta afirmação conduz a uma das afirmações mais determinantes deste discurso, que, embora explicitamente apresente os seus objetivos, tem um alcance implícito extraordinário, por ser demonstrativo de que todos os elementos da sociedade – civis, políticos, militares, religioso... – estariam sujeitos à (sua) ideia de Nação:

Em palavras mais simples: temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

É, pois, com esta ideia de Nação em mente e com a subordinação dos elementos que a compõem, que Salazar justifica a sua proposta de um regime corporativo, o que demonstramos no diagrama do [Apêndice XIV](#).

3.5.4. Dimensão Implícita

Ao longo dos textos anteriores fomos revelando o que se percebia implicitamente no discurso de Salazar que suportava a ideologia explicitamente definida neste discurso: as características e valores pessoais do orador, a propensão para se usar como referência de crédito, os argumentos baseados em apelos a confiança, pertença e receio. Aqui, esses argumentos vão sendo cada vez mais explícitos, mas não deixa de conter um conjunto vasto de pressuposições e implicaturas.

A mais relevante das pressuposições deste discurso é a de que o orador e o público partilhavam uma noção adquirida sobre o estado do País. Se, noutros discursos, Salazar justificava a sua visão sobre o “estado das coisas” com argumentos, dados e estatísticas, agora limita-se a expor, qual verdade irrefutável, as condições de desorganização em que encontrou Portugal:

Todos sabem donde vimos - de uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na economia, nas finanças, na política, na administração publica, divisões intestinas, solidariedades equívocas na política e na administração, erros acumulados, a falta de correção de vícios da nossa organização social, desordem constitucional permanente, sucessivas revoluções que nada remediavam e agravavam todos os males, fizeram perder a fé no Estado como dirigente e coordenador dos esforços individuais; e a intranquilidade existente no espírito público manifestava mesmo desconfiança na sua força para defender a vida e os bens dos cidadãos.

Esta longa frase é a base argumentativa para a solução de revolução política que Salazar propõe. No entanto, ela é uma pressuposição duvidosa, pois, procurando ser uma explicação, contém um argumento por Consequências Negativas que, por sua vez, assenta numa falácia sofística. Desconstruamos o argumento:

Premissa: Se existir desorganização, o povo perde a fé no Estado e desconfia da sua força para defender a vida e os bens dos cidadãos.

Conclusão: Não pode existir desorganização.

O maior problema com este argumento é que ele se aplica a uma situação passada e dá um salto argumentativo de uma realidade – a desorganização do País – para uma consequência que não está comprovada, no discurso e na História – de o Estado não conseguir defender a vida e os bens dos seus cidadãos. De facto, quando em 1926 foi implantada a Ditadura Militar, as principais razões históricas invocadas para o golpe foram a instabilidade política e a ingovernabilidade do País desde 1910; o próprio Ministro das Finanças argumentava, há pouco mais de dois anos, na sua tomada de posse, que a base dos problemas do País eram os financeiros, que provocavam todos os outros. Ou seja, dificilmente poderia ser dado como pressuposto que a vida e os bens dos cidadãos estivessem, genericamente, em perigo, como comprovam, apesar da instabilidade, os números das perdas de vida humanas fruto de conflitos militares ou civis. Vale a pena, ainda, verificar como resistiria esta pressuposição às Questões Críticas correspondentes a um argumento por Consequências Negativas:

Questões Críticas:

QC¹: Quão forte é a probabilidade ou a plausibilidade de a vida e os bens dos cidadãos estivessem em causa pela desorganização e fraqueza do Estado anteriores à Ditadura Militar?

QC²: Que evidências, se existiram algumas, apoiam a reivindicação de que essas consequências ocorreram efetivamente ou ocorreriam se a Ditadura Militar não houvesse sido instituída?

QC³: Com a proveniência da Ditadura Militar, existiram consequências de valor oposto que devam ser tidas em consideração, como as ligadas às liberdades fundamentais, por exemplo?

Apesar de outras aparecerem no discurso de Salazar, esta pressuposição é a base de todo o seu raciocínio. A ela, junta-se uma outra, em que insiste com frequência e que credencia com a sua autoridade: a de que “todos” os que o escutam conhecem e confiam no seu caminho. A transição e a união entre ambas as pressuposições encontram-se em três frases curtas, plena de significado político:

Todos sabem donde vimos - de uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado...

Todos sabem donde vimos - e todos sabem onde estamos. Os esforços feitos e os resultados obtidos...

Aqui é que estamos; e, sabendo já donde vimos, é necessário ver para onde iremos agora.

Salazar pressupõe que o terreno comum entre si e a sua audiência – “de onde vimos” e “onde estamos” – tornará também o “para onde iremos agora” como terreno comum, independentemente de qual seja esse terreno, que se prepara para desbravar em discurso. A questão é que esse é um terreno que implica, como já citámos, que “temos obrigação de sacrificar tudo por todos”. A palavra “todos”, aliás, é usada por vinte vezes neste discurso, o que, em si mesmo, é um facto que revela a vontade (ou obrigação?) de inclusão das vontades no projeto político proposto.

Ao apresentar o Estado Corporativo como solução política para Portugal, Salazar apresenta um conjunto de argumentos que demonstram a fraqueza dos sistemas demoliberais, de raiz parlamentar, sendo que as implicações mais relevantes que gostaríamos de salientar se baseiam nesses argumentos. Nessas afirmações, que implicam a sua denúncia dos regimes parlamentares como originadores de fraqueza do Estado e a sua proposta do fortalecimento do Poder Executivo, encontram-se afirmações como esta:

Há paz; há ordem; um espírito de vida nova anima o País; há confiança e há crédito; impõem-se à administração princípios de moral que completam, na execução, a justiça da lei; há um plano de vida para o Estado, formulado sobre os interesses gerais da coletividade (e todos sabem que, uma vez assentes, os programas do Governo se cumprem); o País, aliviado da atmosfera de irredutibilidades partidárias, está menos dividido e, não tendo escolhido os seus representantes, sente-se mais perto do Poder, sente que o Governo é mais seu, confia mais na sua justiça e na sua acção.

Esta afirmação, entre outras, é exemplar quanto à vontade do orador de alicerçar o novo regime na sua visão do interesse coletivo, com um poder Executivo forte que o interprete e sem lugar para partidos ou interesses que se lhe oponham ou coloquem em causa. Implícito: o novo regime será uma Ditadura.

Salazar antecipa as críticas públicas, com certeza externas à sua audiência na sala do Conselho de Ministros, com uma frase que demonstra três falsas dicotomias:

Um reparo prevejo eu; em tão longo discurso, exclusivamente sobre matéria política, pouco se fala de liberdade, de democracia, de soberania do povo, e muito ao contrário, de ordem, de autoridade, de disciplina, de coordenação social, de Nação e de Estado.

O orador coloca como dicotómicos o conceito de liberdade com os de ordem e autoridade; o conceito de democracia com o de disciplina e de coordenação social; e o de soberania popular com o de Nação e Estado. Nos parágrafos seguintes, contudo, Salazar procura justificar que só a ordem e a autoridade protegem a liberdade; que a

soberania nacional é o garante contra a soberania do povo e a ilusão da igualdade entre as pessoas em diferentes circunstâncias; e que a verdadeira democracia se baseia na conjugação disciplinada de interesses sociais e não, implicitamente, no voto universal popular. Ou seja, a esta falsa dicotomia entre estes conceitos, usada instrumentalmente para iniciar uma resposta a uma interpelação retórica por si lançada, Salazar responde através da desconstrução argumentativa dos conceitos de liberdade, democracia e soberania. Eles não são, afinal, opostos àqueles a que Salazar opôs; a sua visão da liberdade, da democracia e da soberania é que são diferentes da dos regimes constitucionais parlamentares demoliberais, incluindo o nascido em 1910, que ele considerava como a origem da desorganização e da fraqueza do Estado. Para si, é esse tipo de regime que era preciso denunciar e o novo regime que era preciso justificar. Mas a liberdade e as liberdades (de expressão, associação, reunião...), a democracia (assente no direito de voto e na participação política livre) e a soberania popular, bases de uma democracia liberal, essas, desapareceriam... até 1974. Mesmo se o novo ideólogo do regime procurasse, num supremo ato de ironia, redefinir o conceito de democracia – se ela ainda o merecesse, como deixa implícito – numa pequena frase, repleta de apelo à confiança na autoridade da sua liderança e à pertença a um povo que merece um cuidado paternal: “... isto é amar o povo e, se a democracia pode ainda ter um bom sentido, isto é ser pela democracia.”

3.6. Discurso 6: “A Constituição marca uma posição intermédia”

([Anexo IX](#). Discurso de 28 de maio de 1932)

3.6.1. Contexto

28 de maio de 1932. No sexto aniversário do golpe militar que conduziu à Ditadura, o regime comemora a efeméride com a apresentação do texto da nova Constituição, que viria a entrar em vigor a 11 de abril de 1933. O texto havia sido entregue à redação de professores de Coimbra pelo próprio Ministro das Finanças. Desde julho de 1930, data do discurso anterior, Salazar ganhara ainda mais preponderância no Governo, resistindo a mais do que uma tentativa de golpes militares e levando a cabo uma estratégia de contenção do poder militar, alicerçada em crescentes nomeações de civis para os órgãos da administração pública. Mas o seu poder pessoal, apesar da sua crescente impopularidade juntos dos militares – dos moderados, pelo seu autoritarismo; dos

integralistas, pela sua propensão civil – tem como principal aliado o Presidente da República Carmona, que, finalmente, a 5 de julho de 1932, o nomeia Presidente do Conselho, ou seja, Chefe do Governo. O quadro constitucional proposto é, para além da consequência de um perfil ideológico, um equilíbrio entre dois poderes Executivos – Presidencial e Governativo – que revela a relação de forças entre os dois personagens.

Salazar, Ministro das Finanças, mais uma vez, dá voz à apologia da Nova Constituição, aquela que serviria de base ao seu poder pessoal, autoritário, até 1968. A sua visão do estado do país, conforme discurso do início do ano de 1932 ([Anexo X](#)), é uma pressuposição de que ela é partilhada pela sua audiência institucional, e, principalmente, pelo povo; e uma implicatura de que, com base nessa visão, o sucesso futuro é uma garantia. É uma visão idílica, que faz do ultrapassar da crise financeira, do atavismo económico e da instabilidade política um ponto de partida para um desígnio nacional de carácter mítico e espiritual, em mais um apelo à confiança e à pertença:

A Nação faz a sua cura, vence a sua crise, e, sofrendo embora, renasce para uma vida económica mais sã e mais intensa, facto de bem-estar e em certo modo de paz social. Assim ela renasce também neste ano que mal desponta, para uma vida espiritual mais bela, para uma cultura mais alta, para uma fé mais pura, para a alegria de se sentir apta a cumprir em todos os continentes a sua missão histórica.

3.6.2. Análise à Argumentação

Como excerto mais simbólico do discurso de Salazar em defesa da Constituição, este é um texto curto, e, logo, com poucos argumentos. No entanto, eles são extremamente interessantes e repletos de significado para se compreender as suas duas conclusões principais: a necessidade de uma nova Constituição e o tipo de Constituição emanada. Ele está, então, eivado de referências implícitas, que enunciaremos neste ponto e dispensaremos em ponto autónomo, em contraponto com os discursos anteriores.

O orador começa por argumentar sobre a necessidade de “um documento vivo e consciente de princípios e factos relativos à estrutura do Estado que se lograsse adaptar intimamente às possibilidades nacionais”. Isto é, uma Constituição. Depois, através por um argumento por Indício, utilizando uma pressuposição, Salazar refere-se ao momento que se vivia em 1932:

Tinha também que se considerar a excepcional delicadeza do momento presente.

O mundo moderno encontra-se numa agudíssima fase de transição em que domina a mais desconcertadora incerteza.

Pressuposição: É sabido que o mundo vive uma grave crise económica iniciada no *crash* de 1929; que há tensões entre Estados e Nações e de forças ideológicas dentro destes; que há um perigo “vermelho” em muitos países; etc.

Premissa Específica: O mundo moderno está em transição e sob domínio da incerteza.

Premissa Geral: Geralmente, quando o mundo está em transição e sob domínio da incerteza, o momento é de excecional delicadeza.

Conclusão: O momento atual é de excecional delicadeza.

Após esta conclusão por Indício, Salazar tem uma outra, que pode ser considerada como um argumento por Consequências, na vertente de Declive Escorregadio por negação implícita, pois, para sustentar, a sua visão sobre a sensibilidade da conjuntura de então, extravasa para além da realidade as suas possíveis consequências:

São os próprios fundamentos da civilização e de toda a sociedade organizada que hoje se encontram ameaçados.

Premissa de Primeiro Passo: Dada a excecional delicadeza das circunstâncias presentes, uma Constituição com as características desta deve ser aprovada.

Premissa Implícita de Recurso por Negação: Não aprovar esta Constituição é ficar à mercê da delicadeza das circunstâncias de um mundo em transição, sob domínio da incerteza, que ameaça os fundamentos da civilização e da sociedade organizada.

Premissa de Mau Resultado: Não aprovar a Constituição é um resultado desastroso.

Conclusão: A Constituição, com este teor, deve ser aprovada.

O argumento mais frequentemente utilizado neste discurso, como é lógico num discurso deliberativo, é o de Raciocínio Prático. Através dele, Salazar justifica a necessidade de uma determinada ação, bem como os seus moldes, neste caso, o da criação de uma Nova Constituição. Vejamos um exemplo:

Se desejávamos fazer obra construtiva tínhamos que recapitular princípios essenciais, acautelar noções que se desvanecem na incerteza actual, atender enfim a uma realização de conjunto que desse ao Estado todos os elementos de resistência que as circunstâncias aconselham.

Premissa Maior: O nosso objetivo é fazer uma obra reconstrutiva.

Premissa Maior Implícita: A obra reconstrutiva é aprovar uma nova Constituição.

Premissa Menor: Para fazer esta obra reconstrutiva, temos de recapitular princípios essenciais, acautelar noções básicas e prover o Estado de elementos de resistência contra as circunstâncias.

Conclusão: Então, temos de aprovar uma Constituição que contenha estas características.

É interessante notar que este argumento contém algumas pressuposições e implicaturas determinantes para o curso do discurso. Por exemplo, pressupõe que o clima internacional e doméstico é de incerteza, sem enunciar causa nem motivo e de que o Estado não tinha e necessitaria de ter um conjunto de instrumentos que o levassem a resistir a esse clima. Por outro lado, na senda do discurso analisado anteriormente, os princípios essenciais, as noções básicas e os elementos de resistência a que o orador se refere são, implicitamente, os do Estado Corporativo que advogava e que a Constituição consagrava. A própria referência a “obra reconstrutiva”, é, ao mesmo tempo, uma pressuposição de que algo havia colapsado, neste caso, o regime anterior e a estabilidade do País, e também uma implicatura que se destina a apontar para a necessidade de reconstrução sistêmica do poder político e do País.

Um último tipo de argumento que aparece neste discurso relaciona um argumento explícito de Correlação com Causa com um argumento implícito por Raciocínio Prático. Ele é usado por duas vezes, para denunciar as democracias parlamentares e o socialismo como causas de turbulência nos sistemas políticos. Vamos analisar um deles, sobre as democracias parlamentares:

As democracias parlamentares, apoiadas no sufrágio universal e no domínio das clientelas partidárias realizaram no campo político, através de todos os exageros do individualismo, as lutas sistemáticas do indivíduo contra o Estado, a revolta permanente dos átomos anónimos e dispersos contra a própria estrutura social que lhes garantia a existência.

Premissa de Correlação: Existe uma correlação entre a democracia parlamentar e o domínio das clientelas partidárias, os exageros do individualismo, as lutas do indivíduo contra o Estado, a revolta permanente contra a estrutura social.

Conclusão: A democracia parlamentar causa todos os fatores de turbulência descritos.

Premissa Implícita Maior: O nosso objetivo é fazer uma obra reconstrutiva.

Premissa Implícita Menor: Para fazer uma obra reconstrutiva, eu não posso optar por uma democracia parlamentar.

Conclusão Implícita: Então, eu não vou optar por uma democracia parlamentar.

Em relação ao argumento idêntico sobre os regimes socialistas, ele contém uma falácia. Apesar de invocar a necessidade de respeito pelas liberdades individuais como principal argumento para recusar um regime socialista ou estatista, Salazar faz por ignorar que, na sua noção de “liberdades individuais” e na Constituição, não estão incluídos direitos civis e políticos elementares.

Finalmente, gostaríamos de apontar um último tipo de argumento, baseado no Compromisso, e fazendo referência ao Discurso 3, de 21 de outubro de 1929. Aí, Salazar, denunciando o que considerava ser a “mentira colossal” do sistema administrativo português, comprometia-se em alterar “radicalmente” a situação com um compromisso com um valor fundamental: a política de verdade. É novamente a esta palavra, bem como a uma noção do interesse nacional, que recorre para identificar os valores constitucionais:

A nossa Constituição marca uma posição intermédia que se adapta precisamente às necessidades nacionais e que é a que contém, por certo, uma maior soma de verdade.

Premissa da Evidência do Compromisso: Está demonstrado que estou comprometido com a verdade e o interesse nacional na questão da Constituição, na medida em que agi segundo esse compromisso quanto à mentira da administração.

Premissa de Ligação de Compromissos: Geralmente, quando um arguente está comprometido com a verdade num ponto setorial, pode ser inferido que está também comprometido com a governação geral.

Conclusão: Neste caso, Salazar está comprometido com a verdade.

As frequências de tipos de argumento do Discurso 5 encontram-se no [Apêndice XV](#).

3.6.3. Estrutura

O que demonstramos, através de diagrama, no [Apêndice XVI](#), é a forma como as ideias centrais sobre um sistema político deram origem a uma nova Constituição.

4. PERFIL DE ARGUMENTAÇÃO

No último capítulo deste trabalho procuramos encontrar, a partir da análise da argumentação anterior, um perfil de argumentação de António de Oliveira Salazar. Iremos apresentá-lo a partir das mesmas ferramentas de análise que utilizamos para cada um dos discursos. Os conceitos que nos conduziram até esta tentativa de perfil assentam na base teórica do capítulo 2, enquanto que a desconstrução correspondente a cada tipo de argumento e, principalmente, ao uso dos implícitos nos argumentos, foi demonstrada no capítulo 3.

4.1. Análise da Argumentação

Da análise quantitativa dos discursos mais relevantes de António de Oliveira Salazar entre 1928 e 1932 resulta a tabela do [Apêndice XVII](#), que revela as frequências absoluta e relativa dos esquemas argumentativos utilizados.

Como seria de esperar num tipo de diálogo deliberativo, o tipo de argumento mais utilizado por Salazar provém da Classe de Pragmatismo, sendo ele o de Raciocínio Prático. Ao longo de quase todos os discursos, o argumento por Raciocínio Prático é o mais frequente, ocupando 23,57% dos argumentos aplicados, o que demonstra a justificação, através do discurso, de uma determinada linha de ação política ou governativa. Ela é, por outro lado, reveladora de uma intenção eminentemente prática do discurso em Salazar, pois o orador demonstra um cuidado no convencimento dos seus interlocutores através de causas, motivos e objetivos, para um rumo que pretende implementar. Esta opção denota, por sua vez, que o discurso de Salazar é lúcido e racional, procurando apelar à capacidade de decidir corretamente em função dos valores e dos objetivos; pelo contrário, outros argumentos baseados no Pragmatismo, como os ligados às Consequências, estão ligados a fatores mais emotivos, como a ameaça ou o medo, que são marginais no discurso de Salazar.

O segundo tipo de argumento mais utilizado pelo orador, e que nos merece particular atenção pela sua natureza implícita, é o de Correlação com Causa, fundado na Aplicação de Casos a Regras. Como demonstrámos através da desconstrução de vários destes argumentos, nomeadamente pela revelação dos elementos implícitos neles contidos, Salazar utiliza a Correlação com Causa frequentemente baseada em

pressupostos que não estão alicerçados senão na sua opinião ou cosmovisão, ou em pronunciamentos sobre a situação nacional e internacional que carecem de evidência. Iremos desenvolver esses implícitos no ponto 3 deste capítulo. Mas o que desejamos aqui destacar é que Salazar utiliza um tipo de argumento que tem como suporte a existência de uma regra que se aplica a um determinado caso particular, pressupondo tais regras, sem prova, a partir da sua visão pessoal ou do caso português. Um exemplo flagrante deste raciocínio é a denúncia que faz dos inconvenientes das democracias liberais, usando as mesmas debilidades que encontra na situação portuguesa. Dificilmente estes seus argumentos passariam o teste das Questões Críticas aplicadas, nomeadamente:

QC¹: Existe, de facto, uma correlação entre as democracias liberais e a fragilidade dos governos?

QC²: Existe alguma razão para pensar que a correlação é algo mais do que uma coincidência ou um preconceito, como, por exemplo, a existência de democracias com governos sólidos, estáveis e fortes?

QC³: Poderia haver um outro fator que causasse governos frágeis, em Portugal, para além da existência de uma democracia liberal?

Em menor quantidade, mas mesmo assim em número significativo, encontram-se os tipos de argumento baseado no Compromisso, que denotam a procura de Salazar de solidificar os argumentos para uma determinada ação em função das suas palavras ou ações passadas, bem como dos seus valores. Em igual número aparecem argumentos baseados em Indício, particularmente presentes na justificação da importância do seu discurso inaugural como Ministro das Finanças e na sinalização da sensibilidade da situação interna e externa no virar da década de 1920 para 1930.

Bastante curiosa e peculiar é a sua utilização do argumento de Fonte ou Autoridade a que chamámos Opinião de Especialista. Salazar não se inibe de se elogiar, em termos de competência e probidade, recorrendo às suas capacidades e valores como forma de garantir a sua autoridade e de requerer a Segurança e a Confiança dos seus ouvintes. Ou seja, sendo este um tipo de argumento normalmente usado para citar ou referir a opinião de alguém particularmente relevante para credenciar uma determinada posição, nos seis discursos nem por uma vez Salazar cita ou refere uma autoridade, pessoal ou institucional; no entanto, por oito vezes se permite oferecer-se como credor de confiança do seu público. Este argumento é particularmente destacado no primeiro discurso, em que, embora sendo um Professor de Direito de Coimbra e sem experiência

governativa ou de liderança, reclama “todos os sacrifícios necessários” em função da “confiança na minha inteligência e na minha honestidade”.

Finalmente, em relação aos Apelos às Emoções, gostaríamos de realçar a frequência dos apelos à Pertença *Ad Populum*. Este tipo de argumento é usado, várias vezes, através do elogio das virtudes do Povo Português e ao recurso à palavra “Nação” (vinte e sete vezes) e suas derivadas, desempenhando uma função instrumental de incentivo à generosidade, espírito de sacrifício e capacidade de trabalho e superação de dificuldades. Ocasionalmente, atinge um grau quase mítico, ao referir características de bondade e pureza populares e de desígnio nacional, procurando referências históricas e culturais para o comprovar. A estes, somam-se os já referidos apelos à Segurança e à Confiança, indispensáveis para garantir apoio para um rumo difícil de trilhar, como resposta a constantes argumentos de Raciocínio Prático para resolver a situação nacional. Os apelos emotivos não são tão frequentes como os de carácter argumentativo racional no discurso de Salazar, com exceção do discurso baseado na “mentira colossal”, em que cada denúncia de mentira na administração pública constitui um apelo à raiva dos ouvintes contra os grupos que pretende denunciar.

4.2. Estrutura

Não foi possível identificar uma estrutura padrão na argumentação de Salazar. Aliás, o facto mais notório nas estruturas identificadas através de diagrama é a capacidade de combinar diversidade e aplicabilidade na utilização de esquemas argumentativos. Isto é, em cada discurso, Salazar criava estruturas flexíveis de argumentação, diversas no seu tipo e aplicadas ao seu foco principal. Foi possível identificar, em cada discurso, uma estrutura global de argumentação, contendo, em alguns casos, estruturas, menores e setoriais, em função de cada conclusão a alcançar.

As estruturas complexas mais frequentes nestes discursos foram:

- a) as de Argumentos Relacionados, em particular na construção de argumentos para uma determinada linha de ação a implementar e com recurso, maioritariamente, a Raciocínio Prático;
- b) as de Argumentos Convergentes, nomeadamente na identificação de causas para justificar um determinado contexto, estado ou situação;
- c) as de Argumentos Divergentes, na exposição de efeitos ou consequências de uma determinada linha de ação.

Numa análise geral, a estrutura de argumentação de Salazar é complexa, sólida e eficaz, em consonância com uma mente estruturada no Direito e nas Finanças, na qual o sentido e a coerência são necessários. A essa complexidade é contraposta a simplicidade da linguagem, que, embora culta e cuidada, é direta e eficaz, dispensando qualquer veleidade de decoração ou erudição.

4.3. Dimensão Implícita

A argumentação de António de Oliveira Salazar está impregnada de um conjunto vasto de premissas e conclusões implícitas, como ficou demonstrado pelos exemplos do capítulo anterior. Com base no quadro teórico que propusemos, identificámos a dimensão implícita do discurso como sendo composta por pressuposições e implicaturas.

Ao longo da análise a cada um dos discursos, fomos procurando revelar as implicações da argumentação de Salazar, sendo que as mais relevantes se relacionavam com o aparecimento da sua ação como salvífica em relação ao País, a justificação de sacrifícios não declarados a partir do “estado de coisas”, a necessidade do alargamento da sua autoridade da administração financeira do Estado para a liderança governativa da Nação, a subordinação total dos interesses particulares ao coletivo nacional e a construção de um regime constitucional ditatorial. Cada um dos discursos de Salazar mostrou argumentos que implicavam, respetivamente, estas linhas de ação, como racionais e desejáveis; tal direção conduziu um País, em somente quatro anos, de um governo tívio saído de um golpe militar em circunstâncias de instabilidade política e fragilidade económica, até um regime ditatorial que duraria quarenta e um anos após a entrada em vigor da sua Constituição. Através deste trabalho, é nossa opinião que ficou demonstrado que as implicações inferidas dos discursos de Salazar se realizaram, na sua globalidade e no seu impressionante pormenor, na História do Estado Novo.

Mas é em relação às pressuposições que o discurso de Salazar mais atenção nos merece. Detetámos nos seus discursos um número total de pressuposições potencialmente problemáticas de 158 ([Apêndice XVIII](#)).

Na parte teórica deste trabalho, considerámos pressuposições “como parte do contexto comum aos interlocutores, pelo que não têm necessidade de ser tornadas explícitas”, elementos que permitem “tomar a verdade de uma proposição como garantida e assumir que os outros envolvidos no contexto fazem o mesmo”, e que “pragmaticamente

estabelecem as condições de possibilidade de um diálogo”, constituindo, por isso, “atos discursivos não explícitos”.

Os discursos e a conversação comum são baseados em muitas pressuposições. A condição da sua aceitabilidade é não serem potencialmente controversas. Nos discursos de Salazar, algumas pressuposições podem ser consideradas extremamente problemáticas, pois são conflitantes com os factos conhecidos na altura, com o senso comum ou mesmo com a sua plausibilidade, em comparação com os factos disponíveis e os posteriores.

Encontrámos a quantidade de elementos referida na tabela com estas características nos discursos de Salazar e elas desempenham um papel fundamental na sua construção argumentativa. Este número considerável contém implícitos que não são compagináveis com o que poderíamos definir como o que, efetiva e logicamente, é partilhado entre o orador e a audiência. Entre esses implícitos encontramos alguns incidentes frequentes, casos “estranhos” que, pela sua influência na argumentação, nos dispomos a destacar.

Eles caem nas seguintes categorias:

1. Pressuposições provocadas pelo uso do sujeito, como, por exemplo, através dos substantivos “desordem”, “mentira”, “circunstâncias”, “crise”.
2. Pressuposições dos predicados, como acontece com o uso de verbos como “saber” e “sacrificar”.
3. Pressupostos argumentativos, que incidem sobre premissas maiores falsas e premissas factuais implícitas, tal como sucedeu no seguinte caso, em que o orador pressupõe que “algo”, neste caso o regime, a sociedade ou mesmo a Nação, havia derrocado, declarando depois uma premissa menor que está longe de factual:

Premissa Implícita Maior: O nosso objetivo é fazer uma obra reconstrutiva.

Premissa Implícita Menor: Para fazer uma obra reconstrutiva, eu não posso optar por uma democracia parlamentar.

Enumeremos e analisemos, agora, os principais tipos de pressupostos duvidosos ou falsos encontrados, divididos, também, em seis subcategorias:

a) Generalizações

Frequentemente, Salazar apresenta opiniões, visões ou desejos como pressupostos. Fá-lo de forma direta, argumentando as suas posições com Opinião Popular

e Prática Popular, e dando como adquiridas proposições que carecem de prova, ou, no mínimo, fundamento racional. Este é o caso do uso de expressões como: “Todos sabem de onde vimos, onde estamos e para onde vamos”; “pouco mesmo se conseguiria se o País não estivesse disposto a todos os sacrifícios necessários”; “temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns”. A utilização semântica de “tudo” e “todos”, bem como a Classificação daqueles que fazem parte da “mentira”, no Discurso 3, são pressupostos inadequados, baseados em generalizações sem sentido racional.

b) Falsas dicotomias

Salazar recorre com frequência a pressuposições baseadas em dicotomias que não são racionalmente plausíveis, apesar de o esforço em fazê-las parecer como tal. Acontece, por exemplo, ao colocar, implicitamente, como únicos atores sociais opostos os que beneficiavam da desordem do País e os que candidamente se conformavam com a situação, até à sua chegada; ou encontrar como únicos estados alternativos o de submissão a um governo autoritário ou a anarquia social. Ora, há uma série de questões que poderiam ser colocadas como refutação a estes pressupostos que demonstrariam que não são verdadeiras disjunções, pelo que existiriam opções alternativas para uma deliberação racional, que, manipulativamente, não são colocadas à consideração dos ouvintes.

c) Preconceitos

Ao longo dos discursos é visível o *a priori* ideológico do orador em relação a formas de regime com os quais não simpatiza, o que conduz o seu raciocínio em pressupostos discutíveis, em particular de causa-efeito. Por exemplo, se, nos discursos iniciais, Salazar pressupõe que o regime constitucional emanado de 1911 é o causador-maior da instabilidade política e da situação económica e financeira precária do País, nos seus discursos finais, que apologizam o novo regime, encontra nas democracias parlamentares causa geral de governação frágil. No entanto, se no primeiro caso encontra na instabilidade política uma causa suprema para as crises financeira, económica e social, no segundo limita-se a referir genericamente os regimes demoliberais como produzindo Executivos frágeis, sem apresentar quaisquer dados ou garantias que o suportem. Este mesmo raciocínio é aplicado ao seu relacionamento com os Ministérios do Governo, que pressupõe gastadores; aos funcionários incumpridores da Administração Pública; aos regimes socialistas; etc.

d) Recurso ao Declive Escorregadio

Os seis discursos analisados apresentam em seis ocasiões o uso de argumento por Consequências na vertente de Declive Escorregadio. O mais interessante nesse uso é que, geralmente, ele é aplicado para justificar ações ou decisões práticas que, a não ser levadas a cabo, dificilmente teriam a consequência exposta. Mais uma vez, esta é uma forma subtil de argumentação em série, até um ponto irrazoável, que não ficou provado nem seria lógico que sucedesse. Um destes exemplos é o discurso que produz do hipotético “desaparecimento da Ditadura” a consequência de uma possível “subversão das condições de existência da própria sociedade”. Convenhamos que, mesmo com os passos argumentativos intermédios, é um pressuposto, no mínimo, inverosímil. O mesmo foi aplicado na defesa do novo texto constitucional, em que advoga que, não sendo realizada a “aprovação da Constituição”, e face à delicadeza das circunstâncias, “são os próprios fundamentos da civilização e de toda a sociedade organizada que hoje se encontram ameaçados”. Um novo salto argumentativo digno de registo.

e) Exclusivismo

O orador demonstra uma tendência de apresentar como únicas e acima se discussão – ou seja, pressupostos – elementos centrais para o seu discurso, como, por exemplo: a sua visão sobre o estado do País e respetivas soluções para ele; a sua perceção de Portugal, dos Portugueses e do mundo; o seu entendimento sobre a Nação; o interesse nacional.

f) Repetição de pressupostos duvidosos

A linguagem utilizada por Salazar nos seus discursos é rica e variada. No entanto, em alguns pontos, o orador tem a particular preocupação de repetir insistentemente uma série de vocábulos, que se deteta estarem ligados a uma determinada situação que deseja denunciar. Há dois exemplos notórios que se retira da análise semântica estatística ao discurso: Salazar refere-se a “desordem” por dezoito vezes e a “mentira” por catorze vezes. Ele pressupõe esses dois estados como partilhados pela sua audiência, sem apoio objetivo ou factual, que não o da sua observação ou, no máximo, suportado pela indicação do que considera a Opinião e a Prática Populares. Normalmente, nos casos em que utiliza dados palpáveis ou mensuráveis para garantir os seus argumentos, Salazar refere-se mais a “problema”, palavra que é usada por vinte e seis vezes. Isto significará que o uso de

palavras como desordem e mentira visa, de facto, criar um envolvimento que desperte um carácter de necessidade e de urgência, que conduza à aceitação da linha de ação prática que em todos os discursos, sem exceção, está a propor. Esta é, também, uma forma, já não tão subtil, de manipulação.

Através da dimensão implícita do seu discurso, António de Oliveira Salazar consegue transformar um discurso eminentemente deliberativo, em ambiente institucional, baseado em argumentos maioritariamente de tipos Raciocínio Prático e Correlação com Causa, num discurso com uma componente marcadamente persuasiva, em que as pressuposições revelam incidentes com o objetivo de conduzir à aceitação de uma linha de ação que, sem recurso a elas, seria muito mais difícil de aceitar racionalmente.

CONCLUSÃO

Na Introdução a este trabalho, manifestamos a nossa intenção de, mediante uma base teórica específica, encontrar o perfil de argumentação de António de Oliveira Salazar. Ao fazê-lo, procuraríamos também compreender o efeito da argumentação na sua ascensão dentro do Governo de Portugal entre 1928 e 1932, a influência dessa argumentação no regime emanado da Constituição de 1933 e qual o peso da dimensão implícita do discurso na linha de ação exposta e desenvolvida por Salazar. Considerámos, ainda, que o interesse científico deste trabalho estaria num contributo para a compreensão dos aspetos ligados à argumentação e às suas consequências na aceitação da linha de ação política, nomeadamente os esquemas argumentativos, a estrutura e a dimensão implícita, neste caso aplicada a um ator político de grande relevo no Portugal do século XX.

O primeiro capítulo permitiu uma breve perceção da situação política, social, económica e financeira de Portugal, e da tendência ideológica europeia, na década de 1920 e inícios de 1930. Somámos ainda uma breve asserção sobre a personalidade e a competência profissional de António de Oliveira Salazar. Desta forma, compreendemos o contexto do discurso, nas suas circunstâncias e nos fatores ligados ao orador.

O capítulo dois desenvolveu uma base teórica para a análise dos discursos selecionados. Através dela, debatemos os conceitos de Discurso, Diálogo e tipos de diálogo, Argumentação e Esquemas Argumentativos, Estrutura de Argumentação e Dimensão Implícita da Argumentação, nomeadamente Implicaturas e Pressuposições. Neste capítulo, sugerimos um Modelo específico de Classificação e Tipificação de Esquemas Argumentativos, baseado nos trabalhos de Walton (2006) e Walton e Macagno (2008), bem como contributos para estudos futuros nesta área através da explicação, realizada por nós, e da tradução para Português da reconstrução dos esquemas constantes nesse modelo.

No capítulo terceiro, realizámos a análise dos discursos selecionados, um a um, tendo em conta o seu contexto, e a partir das perspetivas da Argumentação, Estrutura e Dimensão Implícita. Propusemos para cada discurso uma tabela de frequência relativa e de frequência absoluta, que nos permitiu ter uma perceção quantitativa adequada da classe e do tipo dos argumentos mais utilizados, bem como inferir as razões dessas opções do contexto e do discurso e dos objetivos práticos a alcançar. Tivemos em particular preocupação nesta análise o adquirido em Fairclough (2012) e Walton e Macagno (2015)

quanto à argumentação pragmática como base para a mudança política, ou seja, justificativa da linha de ação. Procurámos, ainda, a existência de um padrão de estrutura na argumentação e verificámos a existência do uso de incidentes implícitos em cada discurso.

A tentativa de criação do perfil de argumentação de Salazar foi realizada no capítulo quarto.

Concluimos que o Raciocínio Prático é o tipo de argumento mais frequentemente usado pelo orador, seguido da Correlação com Causa; no entanto, provámos que existe uma tendência para o uso do Raciocínio Prático como consequência de um argumento de Correlação com Causa, que estabelece uma duvidosa e questionável regra, assente em pressupostos falsos, que derivam de generalizações e preconceitos – ou seja, observações e pontos de vista pessoais. Detetámos, ainda, uma singularidade no uso da Opinião de Especialista, com a invocação da moral, competência e experiência próprias como autoridade e garantia, acompanhado de frequentes apelos à Pertença *Ad Populum*, alicerçados num desígnio nacional e patriótico.

Relativamente à estrutura de argumentação de Salazar, encontrámos um conjunto variado de estruturas, sendo que apresentámos as mais relevantes ou interessantes em diagrama. Não nos foi possível aferir um padrão ou uma frequência preferencial quanto a uma estrutura, o que interpretamos como o mérito do orador em adaptar, com flexibilidade e engenho, a estrutura apropriada ao objetivo da argumentação, mediante o seu contexto ou a linha de ação a propor. Inclínamo-nos a concluir, no entanto, e pensamos ser um tema de estudo interessante a desenvolver, que Salazar utiliza uma estrutura de Argumento Relacionado como aferição de causas para avaliação de uma determinada situação, a que se segue uma argumentação em Série para determinar e justificar o rumo de ação.

Finalmente, relatámos a identificação de 158 pressupostos falsos, duvidosos ou questionáveis; ou seja, cujas premissas colocam em causa a sua aceitação de plausibilidade, como terreno partilhado entre o orador e o seu público. É precisamente na dimensão implícita do discurso de Salazar que encontrámos a pedra de toque da sua argumentação. António de Oliveira Salazar tem um tipo de argumentação baseado na racionalidade, não recorrendo à exploração de emoções senão marginalmente. No entanto, a sua argumentação encontra como base de raciocínio pressupostos que, quando confrontados com as Questões Críticas correspondentes aos seus argumentos, perdem ou diminuem significativamente a sua plausibilidade. A este uso de pressupostos, muitas

vezes alicerçados em valores ou compromissos pessoais, ou, pelo menos, numa observação pessoal ou de apelo à opinião e prática populares, correspondem depois um conjunto de implicações que manifestamente extravasam o que é explicitamente dito. Este tipo de argumentação é tanto mais significativo quanto é aplicado, nos casos mais sensíveis, à “resolução do problema financeiro”, que requer “todos os esforços”, sem enunciar quais, e à “questão democrática”. Nesta última, pressupondo discursivamente que a “desordem” e a “mentira” advieram da fraqueza do regime anterior à Ditadura Militar; constatando que essa fraqueza é, não só de caso, mas sistémica nas democracias parlamentares, Salazar conclui que a democracia parlamentar não é o sistema adequado para garantir... a própria democracia, que não hesita em redefinir. O pressuposto questionável conduziu a uma decisão, não explícita, de fundação de um governo autoritário, com base em argumentos racionais.

Concluído este trabalho, é nossa opinião que respondemos à questão de partida, identificando o perfil de argumentação de António de Oliveira Salazar. Consideramos que foi uma mais valia, para nós e para quem se nos seguir nesta linha de investigação, a proposta do Modelo de Classificação e Tipificação de Esquemas Argumentativos e a explicação dos esquemas e tradução da desconstrução e questões críticas. Parece-nos que realizamos com sucesso uma aferição dos principais Esquemas Argumentativos usados nos discursos do ator político escolhido e definimos a base da sua argumentação, confirmando a importância da argumentação pragmática para a mudança política nos diálogos deliberativo e persuasivo. Salientámos, ainda, a relevância dos implícitos no discurso de Salazar e os seus efeitos no aumento do seu poder no Governo e da sua influência no despontar do novo regime, o Estado Novo. Pensámos não ter conseguido traçar um perfil relativamente à estrutura de argumentação, que necessitaria de um trabalho específico de sistematização e diagramação, não compaginável com esta Dissertação. Oferecemos, contudo, alguns exemplos, que demonstram a capacidade de flexibilidade e adaptabilidade do orador.

O contexto da época que estudámos neste trabalho e os valores personificados pelo ator político escolhido permitem-nos um paralelismo, com algum atrevimento, com a realidade contemporânea. Embora por fatores diversos dos de então, o aviso para os tempos de incerteza e o apelo à pertença, por exemplo, preenchem os discursos dos atores políticos atuais. Eles são, contudo, dizemo-lo empiricamente, mais alicerçados em argumentos que se relacionam com as emoções, como por Consequências Negativas, Classificação Verbal ou Ataques *Ad Hominem* ou a Grupos; ao contrário das aqui

encontradas. Este é um esforço de investigação que propomos e que pensámos de grande interesse: a aferição do Perfil de Argumentação dos atores políticos da atualidade, nomeadamente do que, em geral, se convencionou chamar “populistas”.

Em contraponto, é precisamente a racionalidade – científica, fria, aparentemente despojada de causa ou motivo, mas sempre alicerçada em valores muito próprios – que torna a argumentação de Salazar, simultaneamente, original e surpreendente. Ela conduziu um país instável para um regime autoritário, seguindo uma linha política de raciocínio para a melhor opção, baseado em pressupostos, no seu máximo, falsos, e, no seu mínimo, questionáveis. De facto, durante décadas, eles não foram questionados. Porquê? Talvez porque, como afirma Tom Nichols (2018):

... aquilo em que acreditamos diz-nos uma coisa de fundamental sobre o modo como nos vemos enquanto pessoas. Admitimos facilmente que nos enganámos sobre a espécie de pássaro que pousou no nosso quintal ou no nome da primeira pessoa a circum-navegar o globo, mas não admitimos estar errados em relação aos factos e aos conceitos em que confiamos para dirigir a nossa vida.

Portugal, reza a História, viu os seus destinos confiados quarenta e um anos a quem se propôs liderá-los com base nos argumentos que aqui expusemos. Durante muito desse tempo, fê-lo sem grande questionamento.

Face aos novos desafios que se nos deparam como sociedade, foi precisamente para que exista um questionamento sobre as soluções que se nos apresentem que escolhemos este tema. É o nosso pequeno contributo para uma melhor compreensão do que ouvimos e lemos, e um uso mais eficaz do que dizemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA DA CRUZ, Manuel (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Editorial Presença. Lisboa.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Editorial Bizâncio. Lisboa.
- CARRILHO, Maria (1985). *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Estudos Gerais, Série Universitária. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CASTRO HENRIQUES, Mendo e SAMPAIO E MELO, Coord. (1989). *Salazar. Pensamento e Doutrina Política. Textos antológicos*. Editorial Verbo. Lisboa.
- COSTA PINTO, António (1992). *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*. Editorial Estampa. Lisboa.
- CROCA CAEIRO, Joaquim Manuel (1997). *Os Militares no Poder*. Hugin. Lisboa.
- DUCROT, Oswald. 1969. *Pré-supposés et sous-entendus*. Langue française: 30–43.
- DUCROT, Oswald. 1972a. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
- DUCROT, Oswald. 1972b. *De Saussure à la philosophie du langage*. In Les actes de langage, 7–34. Paris: Hermann.
- FAIRCLOUGH, Isabela e FAIRCLOUGH, Norman (2012). *Political Discourse Analysis. A method for advanced students*. Routledge, Londres e Nova Iorque.
- GRICE, Paul. (1975). *Logic and conversation*. In P. Cole & J. Morgan (Eds.), *Syntax and semantics 3: Speech acts* (pp. 41–58). New York: Academic Press.
- GRICE, Paul (1991). *Studies in the Way of Words*. Harvard University Press, Cambridge. Massachusetts.
- KISSINGER, Henry (1996). *Diplomacia*. Gradiva. Lisboa.
- LEBLER, Christiane (2016). *Pressupostos e subentendidos segundo a Teoria da Argumentação na Língua*. Gragoatá, Niterói, n. 40, pp. 295-316.
- LEMONS MARTINS, Moisés de (2016). *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*. Edições Afrontamento. Santa Maria da Feira.
- LÉONARD, Yves (1996). *Salazarismo e Fascismo*. Editorial Inquérito. Mem Martins.
- LEVINSON, Stephen C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge University Press. Nova Iorque.
- MACAGNO, Fabrizio (2015). *Pressuppositions as Argumentative Reasoning. Perspectives on Pragmatics and Philosophy*. In A. Capone, F. Lo Piparo, & M. Carapezza (Eds.), *Perspectives on pragmatics and philosophy* (pp. 203–225). Springer International Publishing, Cham.
- MACAGNO, Fabrizio e BIGI, Sarah (2017). *Analyzing the pragmatic structure of dialogues*. Discourse Studies, Vol.19(2), 148-168.
- MACAGNO, Fabrizio e WALTON, Douglas (2013). *Implicatures as Forms of Argument. Perspectives on Pragmatics and Philosophy*. In *Pragmatics, Philosophy & Psychology*, 1, Springer International Publishing, Cham.
- MACAGNO, Fabrizio e WALTON, Douglas (2018). *Practical Reasoning Arguments: A Modular Approach*. Argumentation, Vol.32, pp.519-547.

- MEDEIROS FERREIRA, José (1996). *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Editorial Estampa. Lisboa.
- MESQUITA, António Pedro (coordenação de) (2005). *Aristóteles. Obras Completas. Retórica*. Biblioteca de Autores Clássicos, Vol. VIII, Tomo I. 2ª edição, revista. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa.
- NICHOLS, Tom (2018). *A Morte da Competência. Os Perigos da Campanha contra o Conhecimento Estabelecido*. Quetzal. Lisboa.
- NOGUEIRA, Franco (1977). *Salazar*. Vols. I e II. Atlântida Editora. Coimbra.
- NOGUEIRA PINTO, Jaime (1996). *A Direita e as Direitas*. DIFEL . Viseu.
- NOGUEIRA PINTO, Jaime (2017). *Bárbaros e Iluminados. Populismo e Utopia no Século XXI*. D. Quixote. Alfragide.
- STALNAKER, Robert. (1974). *Pragmatic presuppositions*. In M. Munitz & P. Unger (Eds.), *Semantics and Philosophy* (pp. 197–214). New York: New York University Press. <https://doi.org/10.1093/0198237073.003.0003>
- STALNAKER, Robert. (2002). Common Ground. *Linguistics and Philosophy*, 25, 701–721. <https://doi.org/10.1023/A:1020867916902>
- SCHIAPPA, E. (1989). *The rhetoric of nukespeak*. Communications Monographs, 56(3), 253–272.
- SCHIAPPA, Edward (1993). *Arguing about Definitions*. Argumentation 7: 403–417.
- SCHIAPPA, Edward. (2003). *Defining reality. Definitions and the politics of meaning*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press.
- VAN EEMEREN, Frans e GROOTENDORST, Rob (1984). *Speech Acts in Argumentative Discussions*. Foris Publications,. Amsterdam.
- WALTON, Douglas (2007). *Media Argumentation. Dialectic, Persuasion and Rhetoric*. Cambridge University Press. Nova Iorque
- WALTON, Douglas, REED, Chris e MACAGNO, Fabrizio (2008). *Argumentation Schemes*. Cambridge University Press. Nova Iorque.
- WALTON, Douglas e MACAGNO, Fabrizio (2015a). *A classification system for argumentation schemes*. Argument and Computation, Vol.6, No.3, 219-245.
- WALTON, Douglas e MACAGNO, Fabrizio (2015b). *Classifying the Patterns of Natural Arguments*. Philosophy and Rhetoric, Vol. 48, No.1, pp. 26–53.
- WALTON, Douglas e MACAGNO, Fabrizio (2015c). *The Importance and Trickiness of Definition Strategies in Legal and Political Argumentation*. Journal of Politics and Law, vol.1, n.1, pp. 137-148.
- WHEELER, Douglas (1986). *A Ditadura Militar Portuguesa. 1926-1933*. Publicações Europa-América. Mem Martins.
- ZAREFSKY, D. (1998). *Definitions*. In J. Klumpp (Ed.), *Argument in a time of change: Definitions, frameworks, and critiques* (pp. 1–11). Annandale, VA: National Communication Association.
- ZAREFSKY, D. (2006). *Strategic maneuvering through persuasive definitions: Implications for dialectic and rhetoric*. Argumentation, 20(4), 399–416.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS:

DEFINIÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E QUESTÕES CRÍTICAS

Classe A

Esquemas Argumentativos Dependentes da Fonte e da Autoridade

Estes esquemas baseiam os argumentos na identificação da fonte de conhecimento ou da origem da autoridade que os substanciam, a partir da informação veiculada na premissa inicial ou principal.

A.1. Argumento baseado na Posição de Saber

Esquema que invoca o crédito que é devido a alguém que, pela sua situação ou circunstância, atesta a veracidade ou falsidade de uma proposição. Pode dividir-se entre posição de saber testemunhal, se se tratar de um indivíduo, ou *ad populum*, quando é um conjunto de pessoas que atestam a premissa assertiva do argumento.

Premissa de Posição de Saber: *a* está em posição de saber se *A* é verdadeira ou falsa.

Premissa assertiva: *a* afirma que *A* é verdadeira (falsa).

Conclusão: *A* é verdadeira.

Questões Críticas:

QC¹: Está *a* em posição de saber se *A* é verdadeira (falsa)?

QC²: É *a* uma fonte honesta (fiável, credível)?

QC³: *a* afirmou que *A* é verdadeira (falsa)?

A.2. Argumento baseado na Opinião de Especialista

Ligado ao Argumento de Posição de Saber, centra-se também no testemunho de uma ou mais pessoas, que, pelo seu conhecimento e experiência, está em posição de saber por ser um Especialista na matéria.

Premissa Maior: A fonte *E* é um especialista no domínio do assunto *S* que contém a proposição *A*.

Premissa Menor: *E* afirma que a proposição *A* (no assunto *D*) é verdadeira.

Conclusão: A pode plausivelmente ser tomada como verdadeira (falsa).

Questões Críticas:

QC¹: Especialidade: Quão credível é E enquanto fonte especialista?

QC²: Área: É E um especialista no campo de A?

QC³: Opinião: O que afirmou E que implica A?

QC⁴: Fidedignidade: É E pessoalmente credível como fonte?

QC⁵: Consistência: É A consistente com que afirmam outros especialistas?

QC⁶: Evidências de Apoio: A afirmação de E está baseada em provas?

A.3. Argumento baseado na Opinião Popular

Se a totalidade ou a grande maioria de um universo, ou um senso comum não contestado, aceita uma proposição como verdadeira, então é plausível que ela seja verdadeira. Está com frequência ligado com a Posição de Saber, quando se relaciona com um grupo que se encontra em situação de atestar a plausibilidade circunstancial de uma proposição. Relaciona-se com o conceito aristotélico de *endoxa*, tendo mais interesse para a dialética do que para a lógica, pelo que foi visto ao longo do tempo por muito autores como uma forma de juízo prático, de caráter retórico e emotivo, frequentemente sujeito a uso indevido.

Premissa de Aceitação Geral: A é geralmente aceite como verdadeira.

Premissa de Presunção: Se A é geralmente aceite como verdadeira, existe uma presunção em favor de A.

Conclusão: Existe uma presunção em favor de A.

Questões Críticas:

QC¹: Que evidência, como uma sondagem ou um apelo ao senso comum, apoia a reivindicação que A é geralmente aceite como verdadeira?

QC²: Mesmo se A for geralmente aceite como verdadeira, existem algumas razões para duvidar que é verdadeira?

A.4. Argumento baseado na Prática Popular

Ligado aos argumentos de Posição de Saber e de Opinião Popular, sendo a vertente prática deste último. Define-se como a justificação de uma proposição relativa a uma ação com base na atitude comum de um grupo de referência.

Premissa de Observação: A é a prática geral ou pelo menos popular entre aqueles que estão familiarizados com o que é correto ou aceitável ou não em relação a A.

Premissa de Referência: Se *A* é uma prática geral ou popular entre aqueles que estão familiarizados com o que é correto ou aceitável ou não em relação a *A*, essa é uma razão para pensar que *A* é aceitável.

Conclusão: Então, *A* é correto ou aceitável.

Questões Críticas:

QC¹: Que evidências de ação ou outros indicadores demonstram que *A* é uma regra geral ou é aceite como prática entre aqueles que sabem o que é correto ou aceitável em relação a *A*?

QC²: Mesmo que *A* seja tida como uma regra geral ou uma prática popular, que outras razões a suportam?

QC³: Apesar de *A* tida como uma regra geral ou uma prática popular, que existem razões para duvidar que a prática de *A* é o mais correto ou aceitável?

A.5. Argumentos *Ad Hominem*

Sendo a credibilidade e fiabilidade aspetos centrais para a força argumentativa, os ataques *ad hominem* procuram demonstrar que os argumentos do oponente não devem ser considerados válidos ou tidos em conta, por razões relacionadas com o seu carácter ou por evidências das suas ações ou circunstâncias. As suas duas variantes mais frequentes são os Argumentos *Ad Hominem* Direto e Circunstancial.

Embora não refiramos aqui a sua formulação específica, há ainda dois tipos de argumento que gostaríamos de realçar. O primeiro é de origem falaciosa, aquele a que os autores chamam *poisoning well* (“envenenamento do poço”), que se define como a denúncia e rejeição de todos os argumentos de um oponente por se considerar este como tendo preconceito quanto ao tema. O segundo relaciona-se com a não aceitação ou a denúncia do argumento do oponente por se considerar que não deveria, pura e simplesmente, participar da discussão, ou seja, por desqualificação situacional.

a) *Ad Hominem* Direto

Premissa de Ataque ao Carácter: *a* é uma pessoa de mau carácter.

Conclusão: O argumento de *a* não deve ser aceite.

Questões Críticas:

QC¹: Quão bem suportada em evidência está a alegação feita na premissa de ataque ao carácter?

QC²: É o tema do carácter relevante no tipo de diálogo no qual o argumento foi usado?

QC³: É a conclusão do argumento que *A* deve ser (absolutamente) rejeitado, mesmo que outra evidência para apoiar *A* tenha sido apresentada, ou é a conclusão meramente (a reivindicação relativa) de que a *a* deva ser

concedido um peso reduzido de credibilidade como apoiante de *A*, em relação ao total do corpo de evidência disponível?

b) *Ad Hominem* Circunstancial

Premissa de Argumento: *a* advoga o argumento *x*, que tem a proposição *A* como sua conclusão.

Premissa de Compromisso Inconsistente: *a* está pessoalmente comprometido com o oposto (a negação) de *A*, como mostrado por compromissos expressos nas suas ações pessoais ou circunstâncias pessoais que expressam tais compromissos.

Premissa de Questionamento da Credibilidade: A credibilidade de *A* como pessoa sincera que acredita no seu próprio argumento foi colocada em questão (pelas premissas acima).

Conclusão: A plausibilidade do argumento *x* de *a* está diminuída ou destruída.

Questões Críticas:

QC¹: Existe um par de compromissos que possam ser identificados, mostrado por evidência serem compromissos de *a* e tomados para mostrar que *a* é inconsistente na prática?

QC²: Uma vez que a inconsistência prática que é o foco do ataque esteja identificada, poderá ser resolvida ou explicada por diálogo complementar, mantendo assim a consistência dos compromissos dos arguentes no diálogo ou mostrando que o compromisso inconsistente de *a* não apoia a reivindicação de que falta credibilidade a *a*?

QC³: É o caráter um tema no diálogo, e, mais especificamente, o argumento de *a* depende da sua credibilidade?

QC⁴: É a conclusão a reivindicação mais frágil de que a credibilidade de *a* está aberta a questionamento ou a reivindicação mais forte de que a conclusão de *x* é falsa?

O Argumento *Ad Hominem* Circunstancial tem ainda dois subtipos comumente usados, que enumeramos mas dos quais não enunciamos a fórmula: Argumento *Ad Hominem* Circunstancial Universal (o compromisso do agente com uma proposição está ligado ao compromisso de todas as pessoas com essa proposição, mas a sua ação não é consistente com ela) e o Argumento *Ad Hominem* Circunstancial de Grupo (o compromisso do agente com uma proposição está ligado ao compromisso de um conjunto de pessoas com essa proposição, mas a sua ação não é consistente com ela).

Classe B

Esquemas Argumentativos baseados no Pragmatismo

Neste tipo de esquemas, a argumentação tem em vista a defesa da plausibilidade de uma ação ou decisão melhor, em face da apresentação das suas consequências, seja ela a sua adoção ou a rejeição da sua adoção.

B.1. Argumento baseado no Raciocínio Prático

Argumento que parte de uma avaliação de alternativas e consequências para encontrar razão para a execução de uma determinada ação. Assim, o raciocínio expresso por um agente produz uma interligação de inferências práticas entre o objetivo desejado e a ação para o atingir. Quando o foco do raciocínio está no objetivo, a premissa assenta numa condição suficiente; se o foco está na ação, a premissa assenta numa condição necessária.

Premissa Maior: O meu objetivo é alcançar *G*.

Premissa Menor: Para alcançar *G*, eu preciso de executar *A*.

Conclusão: Então, eu tenho de executar *A*.

Questões Críticas:

QC¹: Existem possíveis ações alternativas, para além de *A*, para alcançar o objetivo *G*?

QC²: Se existirem possíveis ações alternativas, será *A* a alternativa melhor ou mais favorável?

QC³: Tenho outros objetivos para além de *G* cujo cumprimento é preferível e que deve ter prioridade?

QC⁴: É possível executar *A* nas presentes circunstâncias?

QC⁵: Terá a execução de *A* más consequências conhecidas que devam ser tidas em conta?

B.2. Argumento a partir de Consequências

Parte de um raciocínio que estabelece uma relação causal entre dois elementos, desencadeando uma atitude em relação a uma determinada ação face às consequências plausíveis que são apresentadas em relação à sua aplicação. Pela sua natureza – realçando a possibilidade futura de eventos – é utilizada eficazmente em situações em que se deseje desencadear emoções com consequências positivas (esperança, entusiasmo, coragem, ambição...) ou negativas (aviso, ameaça, medo, perigo...).

a) Consequências Positivas

Premissa: Se A for realizado, plausivelmente ocorrerão boas consequências.
Conclusão: A deverá ser realizado.

Questões Críticas:

QC^1 : Quão forte é a probabilidade ou a plausibilidade de que as consequências citadas ocorrerão?

QC^2 : Que evidências, se existir alguma, apoiaram a reivindicação de que essas consequências ocorrerão se A for realizado?

QC^3 : Existem consequências de valor oposto que devam ser tidas em consideração?

b) Consequência Negativas

Premissa: Se A for realizado, plausivelmente ocorrerão más consequências.
Conclusão: A não deve ser realizado.

Questões Críticas:

QC^1 : Quão forte é a probabilidade ou a plausibilidade de que as consequências citadas ocorrerão?

QC^2 : Que evidências, se existir alguma, apoiaram a reivindicação de que essas consequências ocorrerão se A for realizado?

QC^3 : Existem consequências de valor oposto que devam ser tidas em consideração?

c) Declive Escorregadio (*Slippery Slope*)

Subtipo de argumentação baseado a partir de consequências negativas, tem lugar quando uma parte avisa a outra de que, se seguir uma ação, ela desencadeará uma série de ações negativas consecutivas, culminando numa última, nada desejável, que já não terá nenhuma ligação plausível com a primeira ação.

Premissa de Primeiro Passo: A_0 está sob consideração como uma proposta que, inicialmente, parecer ser algo que deva ser realizado.

Premissa de Recurso: Realizar A_0 plausivelmente conduziria (em dadas circunstâncias, segundo as conhecemos) a A_1 , que, por sua vez, plausivelmente conduziria a A_2 , e assim consecutivamente, através da consequência A_2, \dots, A_n .

Premissa de Mau Resultado: A_n é um resultado desastroso.

Conclusão: A_0 não deve ser realizado.

Questões Críticas:

QC^1 : Que proposições que intervêm na sequência que liga A_0 e A_n são realmente dadas?

QC^2 : Que outros passos são precisos para preencher a sequência de eventos para que ela se torne plausível?

QC³: Quais são os elos mais fracos na sequência, em que questões críticas específicas devem ser colocadas sobre se um evento leva efetivamente a outro?

Classe C

Esquemas Argumentativos baseados no Compromisso

A argumentação inicia com uma premissa que denuncia o compromisso do orador ou do oponente com uma proposição ou posição anterior, que influencia o modo como é percebida a sua proposição ou posição atual.

C.1. Argumento baseado em Compromisso

Tipo de argumentação em que é usada uma premissa compromissória para pressionar uma conclusão por inferência, que não o compromisso inicial do oponente. Está relacionado com a exposição do caráter e o enfraquecimento da credibilidade do interlocutor. A este tipo de argumentação está associado o uso da falácia do espantalho – *strawman* – que consiste no exagero ao contestar o compromisso do outro, ridicularizando-o.

Premissa da Evidência do Compromisso: Neste caso, foi demonstrado que *a* está comprometido com a proposição *A*, de acordo com a evidência do que ele disse ou fez.

Premissa de Ligação de Compromissos: Geralmente, quando um arguente está comprometido com *A*, pode ser inferido que está também comprometido com *B*.

Conclusão: Neste caso, *a* está comprometido com *B*.

Questões Críticas:

QC¹: Que evidências no caso apoiam a reivindicação de que *a* está comprometido com *A*, e inclui evidências contrárias, indicando que *a* poderá não estar comprometido com *A*?

QC²: Existe espaço para questionar se existe uma exceção neste caso à regra geral de que o compromisso com *A* implique o compromisso com *B*?

C.2. Argumento baseado em Compromisso Inconsistente

Também vocacionado para atacar o caráter e a credibilidade do oponente, é usado para denunciar uma inconsistência passada, demonstrada através de compromisso expresso em palavras (inconsistência lógica) ou ações (inconsistência pragmática),

relativamente a um compromisso atual. Insere-se neste grupo um subtipo, o Argumento do Duplo Padrão, na qual são detetadas no oponente, através de palavras ou ações, diferentes compromissos face ao mesmo evento

Premissa de Compromisso Inicial: *a* reivindicou ou indicou que está comprometido com a proposição *A* (geralmente ou em virtude do que disse no passado).

Premissa de Compromisso Oposto: Outra evidência neste caso particular mostra que *a* não está realmente comprometido com *A*.

Conclusão: O compromisso de *a* é inconsistente.

Questões Críticas:

QC¹: Qual é a evidência que supostamente mostra que *a* está comprometido com *A*?

QC²: Que evidência adicional neste caso alegadamente mostra que *a* não está comprometido com *A*?

QC³: Como é que a evidência em 1 e 2 prova que existe um conflito entre compromissos?

C.3. Argumento por Compromisso por Custos Perdidos

É utilizado quando o orador deseja justificar uma determinada decisão entre duas opções, relacionada com Raciocínio Prático, baseando-se nos esforços despendido com um percurso anterior, cujo abandono tem um custo maior do que a sua continuidade.

Premissa: No ponto t_2 existe uma opção entre *A* e *não-A*.

Premissa de Pré-Compromisso: No ponto t_2 estou pré-comprometido com *A* pelo que já realizei ou me comprometi a realizar no ponto t_1 .

Conclusão: Então, devo optar por *A*.

Questões Críticas:

QC¹: No ponto t^1 , o meu compromisso ou a minha ação foi efetivamente com *A*?

QC²: Se existiu um compromisso anterior com *A*, ele é tão preponderante ou decisivo que implique que *A* seja seguido em t^2 ?

QC³: Apesar do meu compromisso e de o desejar manter, será a melhor opção seguir *A*, tendo em conta as circunstâncias de t^2 ?

Classe D

Aplicação de Casos a Regras

Este tipo de argumentação procura integrar um determinado sujeito, facto ou evento numa regra aceite ou estabelecida, através de analogia, classificação verbal, indício ou correlação causal.

D.1. Argumento baseado na Analogia

Utilização de raciocínio em que se procura explicar um fenómeno através de um caso concreto. Geralmente, apresenta um caso similar a um outro num ponto específico, de modo a demonstrar a sua plausibilidade, sendo tão ou mais plausível quanto maior a coincidência de pontos em que os casos são similares.

Premissa de Similaridade: Geralmente, o caso C^1 é similar ao caso C^2 .

Premissa Base: A é verdadeira (falsa) em caso de C .

Conclusão: A é verdadeira (falsa) em caso de C^2 .

Questões Críticas:

QC^1 : Existem diferenças entre C^1 e C^2 que tenderiam a minar a força da similaridade citada?

QC^2 : É A verdadeira (falsa) em C^1 ?

QC^3 : Existe um outro caso C^3 que seja também similar a C^1 , mas no qual A seja falsa (verdadeira)?

D.2. Argumento baseado em Indício

Tipo de argumento presuntivo baseado na premissa de que, geralmente, as descobertas em relação a um evento são características de um tipo de objeto ou ação, encaixando esse evento num tipo de padrão familiar.

Premissa Específica: A descoberta A é verdadeira nesta situação.

Premissa Geral: B é geralmente indicado como verdadeira quando o seu indício, A , é verdadeira.

Conclusão: B é verdadeira nesta situação.

Questões Críticas:

QC^1 : Qual é a força da correlação entre o indício e o evento assinalado?

QC^2 : Existem outros eventos que, de forma mais credível, se relacionariam melhor com o indício?

D.3. Argumento por Classificação

Tipo de argumentação baseada em dois componentes principais – a descrição ou apresentação dos factos e a sua classificação a partir de propriedades de uma sua definição, implicando uma apresentação semântica de valores que não é neutra e toma partido por um ponto de vista.

a) Verbal

Argumento a partir do qual se chega à conclusão de que algo particular tem uma determinada propriedade por ser classificada segundo uma categoria geral que tem essa propriedade.

Premissa Individual: a tem a propriedade F .

Premissa de Classificação: Para todo o x , se x tem a propriedade F , então x pode ser classificado como tendo a propriedade G .

Conclusão: a tem a propriedade G .

Questões Críticas:

QC^1 : Que evidência existe de que a definitivamente tem a propriedade F , em oposição à evidência que indica espaço para a dúvida sobre se pode ser classificado dessa forma?

QC^2 : A classificação verbal na premissa de classificação é baseada meramente numa definição preconceituosa, que está sujeita a dúvida?

b) A partir de Regra Estabelecida

Procura a integração ou enquadramento de uma proposição referente a um caso concreto na prescrição de uma regra geral pré-existente. Tem como contra-argumento (cujo esquema aqui não apresentaremos) o Argumento por Caso Excepcional e o Argumento por Precedente.

Premissa Maior: Se realizar tipos de ações que o incluem A é a regra estabelecida para x , então, a não ser que o caso seja uma exceção, x deve realizar A .

Premissa Menor: realizar tipos de ações que o incluem A é a regra estabelecida para x .

Conclusão: Então, a tem de desenvolver x .

Questões Críticas:

QC^1 : A regra requer que sejam desenvolvidos os tipos de ação que incluem A neste caso?

QC^2 : Existem outras regras estabelecidas que possam conflitar com ou abrogar esta regra?

QC^3 : Será este um caso excepcional, isto é, poderão existir circunstâncias excepcionais ou razões de desculpa que justifiquem o seu não cumprimento?

D.4. Argumento baseado na Correlação com Causa

Para que exista correlação positiva de um evento com uma causa tem de ser plausível que uma determinada causa conduz a um efeito, mediante determinadas condições, e que conduza a esse efeito, nessas condições, repetidamente. Se assim não for, estaremos perante uma coincidência ou até uma associação, mas não uma situação de correlação. Quando dois eventos procuram ser apresentados como tendo um vínculo de causa sem que ele exista relação entre eles, estamos perante uma falácia de argumentação – *post hoc*.

Premissa de Correlação: Existe uma correlação entre *A* e *B*.

Conclusão: *A* causa *B*.

Questões Críticas:

QC¹: Existe, de facto, uma correlação entre *A* e *B*.

QC²: Existe alguma razão para pensar que a correlação é algo mais do que uma coincidência?

QC³: Poderá haver um terceiro fator, *C*, que está a causar tanto *A* e *B*?

Classe E

Apelos às Emoções

Walton, Reed e Macagno e Macagno observam que o Raciocínio Prático e o Argumento a partir das Consequências são duas direções do mesmo tipo de raciocínio: “da decisão para a consequência e da consequência para a decisão”. São identificados pelos autores várias emoções a que este tipo de argumentos apela, entre as quais (2008:101-108): Apelo por Aviso, Apelo ao Perigo, Apelo ao Medo, Apelo por Ameaça, Apelo à Raiva, Apelo à Aversão, Apelo à Pena, Apelo à Compaixão e Apelo à Pertença.

Os apelos a emoções são subtipos de esquemas deliberativos, pelo que não os analisaremos como aos argumentos principais, mas somente identificaremos as emoções que os caracterizem. Assim, no nosso quadro teórico, não iremos transcrever a formulação dos Esquemas Argumentativos relativos aos Apelos às Emoções, por três razões: pelas suas múltiplas variantes, pela facilidade da sua identificação sem recurso às fórmulas formais e pela sua simultaneidade com alguns dos esquemas enumerados. No entanto, iremos referir, no *Corpus*, os Apelos que identificarmos. Entre aqueles atrás

referidos, chamamos a atenção para o Apelo à Pertença, um argumento que procura seduzir à integridade moral e à partilha de interesses e valores, através da identificação e do vínculo que o orador procura criar com o seu público. Pela sua importância no discurso de António de Oliveira Salazar, abriremos uma exceção na sua formulação específica:

Apelo à Pertença

Primeira Premissa: Eu sou uma pessoa comum, o que significa que partilho os meus valores e a minha experiência com a audiência composta pelo grupo *G*.

Segunda Premissa: Vós, nesta audiência, sois membros do grupo *G*.

Conclusão: Então, vós deveis aceitar o que estou a dizer.

APÊNDICE II

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS		
CLASSE	TIPO	
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber	
	A.2. Opinião de Especialista	
	A.3. Opinião Popular	
	A.4. Prática Popular	
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto
		Circunstancial
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático	
	B.2. Consequências	Positivas
		Negativas
		Declive Escorregadio
C. Compromisso	C.1. Compromisso	
	C.2. Compromisso Inconsistente	
	C.2. Custos Perdidos	
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia	
	D.2. Indício	
	D.3. Classificação	Verbal
		Regra Estabelecida
	D.4. Correlação com Causa	
E. Apelos a Emoções	Aviso	
	Perigo	
	Medo	
	Ameaça	
	Raiva	
	Aversão	
	Pena	
	Compaixão	
	Pertença <i>Ad Populum</i>	
	Segurança	
	Confiança	

Tabela 1 – Modelo de Classificação e Tipificação de Esquemas Argumentativos

APÊNDICE III

DIAGRAMAS DE ARGUMENTOS, SEGUNDO WALTON

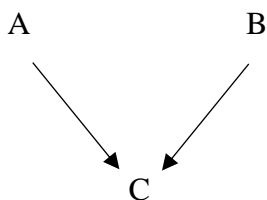
1. Argumentos Singulares

O argumento singular é o mais simples. Identifica-se como aquele no qual é dada uma só premissa como base para a inferência de uma conclusão (Walton, 2006:139).

$A \rightarrow B$

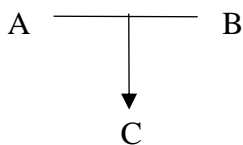
2. Argumentos Convergentes

Neste padrão existe mais do que uma premissa e cada uma funciona separada e autonomamente como suporte para a mesma conclusão (Walton, 2006:140).



3. Argumentos Relacionados

Argumentos em que duas premissas são usadas articulada e conexamente para oferecer apoio a uma conclusão, sendo que uma depende da outra. Normalmente, a primeira premissa é uma generalização anulável que, com o apoio da primeira, dá uma razão plausível para a conclusão (Walton, 2006:141,142).



Walton chama a atenção da necessidade de distinguir devidamente entre argumentos convergentes e argumentos relacionados. Para isso, para além de indicadores vocabulares e contextuais, propõe o que chama de *blackout test* (Walton, 2006:150,151): se se extinguir uma das premissas, a outra, autonomamente, oferece um suporte

suficientemente sólido para a conclusão? Se sim, estamos perante um argumento convergente; se não, estamos perante um argumento relacionado.

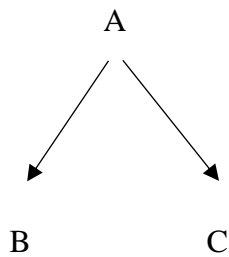
4. Argumentos em Série

Num argumento em série, a conclusão de um argumento funciona como a premissa de um argumento seguinte, pelo que se estabelece uma argumentação sequencial (Walton, 2006:146).

$$A \rightarrow B \rightarrow C$$

5. Argumento Divergente

Este diagrama exemplifica a estrutura de argumento em que de uma só premissa são inferidas duas ou mais conclusões (Walton, 2006:147).



APÊNDICE IV

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS				
CLASSE	TIPO		Frequência Absoluta	Frequência Relativa
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber		1	3,44%
	A.2. Opinião de Especialista		3	10,34%
	A.3. Opinião Popular			
	A.4. Prática Popular			
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto		
		Circunstancial		
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático		6	20,68%
	B.2. Consequências	Positivas	2	6,89%
		Negativas	2	6,89%
		Declive Escorregadio	1	3,44%
C. Compromisso	C.1. Compromisso		2	6,89%
	C.2. Compromisso Inconsistente			
	C.2. Custos Perdidos			
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia			
	D.2. Indício		6	20,68%
	D.3. Classificação	Verbal		
		Regra Estabelecida		
	D.4. Correlação com Causa			
E. Apelos a Emoções	Aviso		3	10,34%
	Perigo			
	Medo			
	Ameaça		1	3,44%
	Raiva			
	Aversão			
	Pena			
	Compaixão			
	Pertença <i>Ad Populum</i>			
	Segurança		1	3,44%
	Confiança		1	3,44%
	Total			29

Tabela 2 – Frequências de Tipos de Argumento Discurso 1

APÊNDICE V

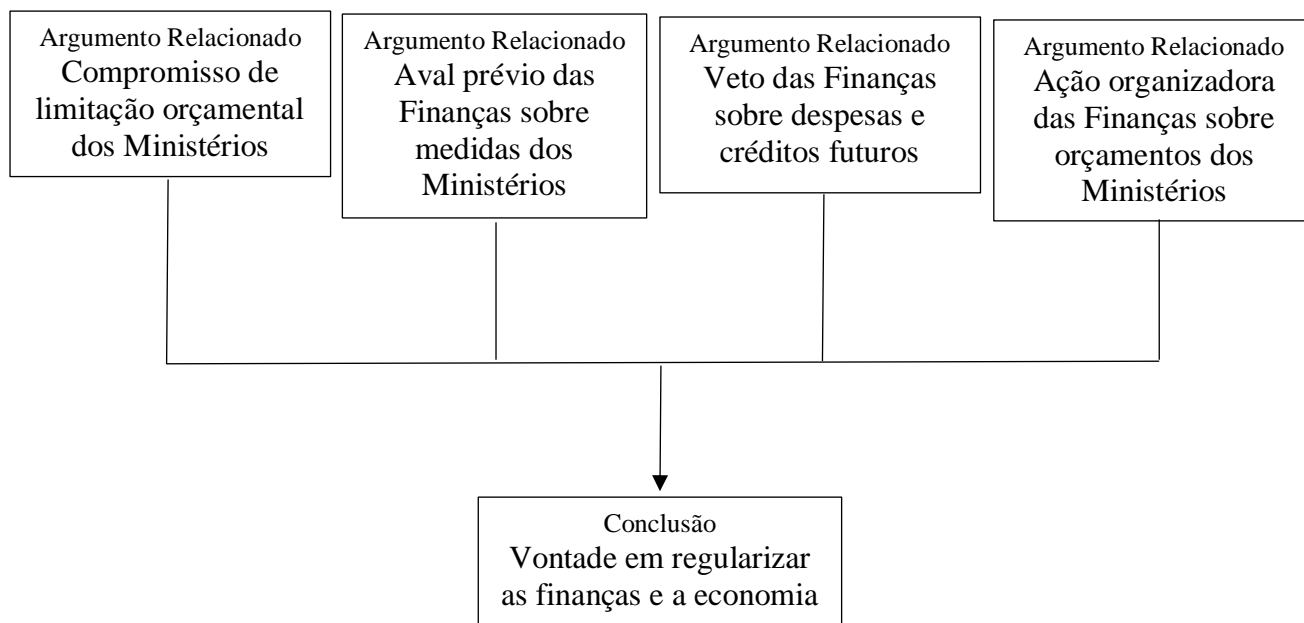


Diagrama 2 – Exemplo de Argumentação Relacionada

APÊNDICE VI

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS				
CLASSE	TIPO		Frequência Absoluta	Frequência Relativa
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber			
	A.2. Opinião de Especialista		2	4,54%
	A.3. Opinião Popular		4	9,09%
	A.4. Prática Popular			
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto		
		Circunstancial		
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático		12	27,27%
	B.2. Consequências	Positivas	2	4,54%
		Negativas	3	6,81%
		Declive Escorregadio	1	2,27%
C. Compromisso	C.1. Compromisso			
	C.2. Compromisso Inconsistente			
	C.2. Custos Perdidos			
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia		4	9,09%
	D.2. Indício		1	2,27%
	D.3. Classificação	Verbal		
		Regra Estabelecida	2	4,54%
	D.4. Correlação com Causa		6	13,63%
E. Apelos a Emoções	Aviso		1	2,27%
	Perigo		1	2,27%
	Medo		1	2,27%
	Ameaça			
	Raiva		1	2,27%
	Aversão		1	2,27%
	Pena			
	Compaixão			
	Pertença <i>Ad Populum</i>		2	4,54%
	Segurança			
	Confiança			
Total			44	Ap. 100%

Tabela 3 – Frequência de Tipos de Argumento Discurso 2

APÊNDICE VII

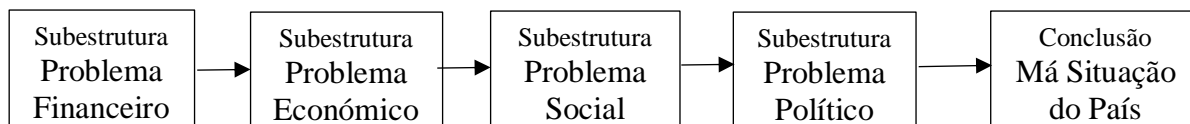


Diagrama 3 – Estrutura Geral da Argumentação: em Série

APÊNDICE VIII

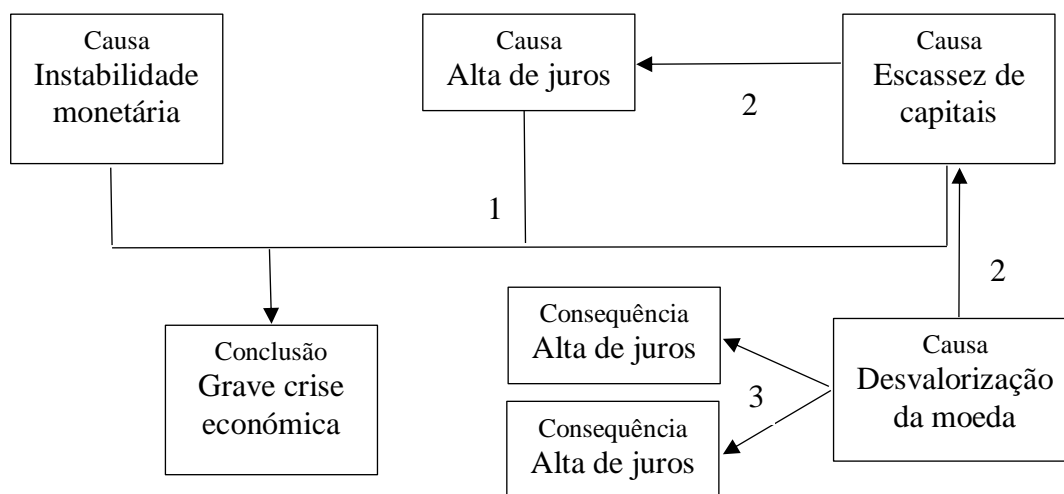


Diagrama 4 – Estrutura Mista de Argumentação: 1. Relacionado, 2. em Série e 3. Divergente

APÊNDICE IX

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS				
CLASSE	TIPO		Frequência Absoluta	Frequência Relativa
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber			
	A.2. Opinião de Especialista		1	3,12%
	A.3. Opinião Popular		1	3,12%
	A.4. Prática Popular		11	34,37%
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto		
Circunstancial				
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático		2	6,25%
	B.2. Consequências	Positivas		
		Negativas		
		Declive Escorregadio		
C. Compromisso	C.1. Compromisso		3	9,37%
	C.2. Compromisso Inconsistente			
	C.2. Custos Perdidos			
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia			
	D.2. Indício			
	D.3. Classificação	Verbal		
		Regra Estabelecida		
	D.4. Correlação com Causa		2	6,25%
E. Apelos a Emoções	Aviso			
	Perigo			
	Medo			
	Ameaça			
	Raiva		11	34,37%
	Aversão			
	Pena			
	Compaixão			
	Pertença <i>Ad Populum</i>			
	Segurança			
	Confiança		1	3,12%
Total			32	Ap. 100%

Tabela 4 – Frequência de Tipos de Argumento Discurso 3

APÊNDICE X

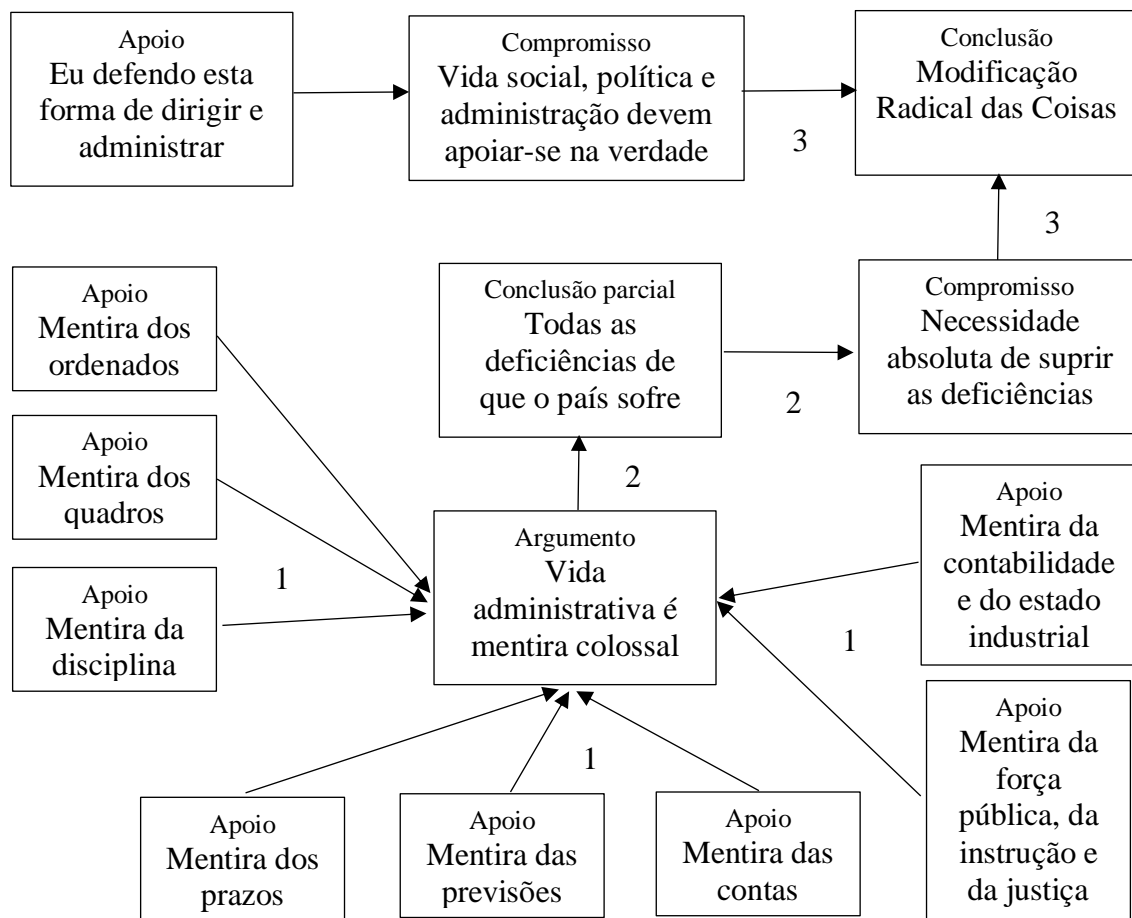


Diagrama 5 – Estrutura Mista de Argumentação: 1. e 3. Convergente, 2. em Série

APÊNDICE XI

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS				
CLASSE	TIPO		Frequência Absoluta	Frequência Relativa
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber		1	3,12%
	A.2. Opinião de Especialista		1	3,12%
	A.3. Opinião Popular		4	12,5%
	A.4. Prática Popular		1	3,12%
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto		
		Circunstancial		
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático		1	3,12%
	B.2. Consequências	Positivas		
		Negativas	3	9,37%
		Declive Escorregadio		
C. Compromisso	C.1. Compromisso		1	3,12%
	C.2. Compromisso Inconsistente			
	C.2. Custos Perdidos			
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia			
	D.2. Indício		1	3,12%
	D.3. Classificação	Verbal		
		Regra Estabelecida		
	D.4. Correlação com Causa		12	37,5%
E. Apelos a Emoções	Aviso			
	Perigo		1	3,12%
	Medo		1	3,12%
	Ameaça			
	Raiva		3	9,37%
	Aversão			
	Pena			
	Compaixão			
	Pertença <i>Ad Populum</i>		2	6,25
	Segurança			
	Confiança			
Total			32	Ap. 100%

Tabela 5 – Frequência de Tipos de Argumento Discurso 4

APÊNDICE XII

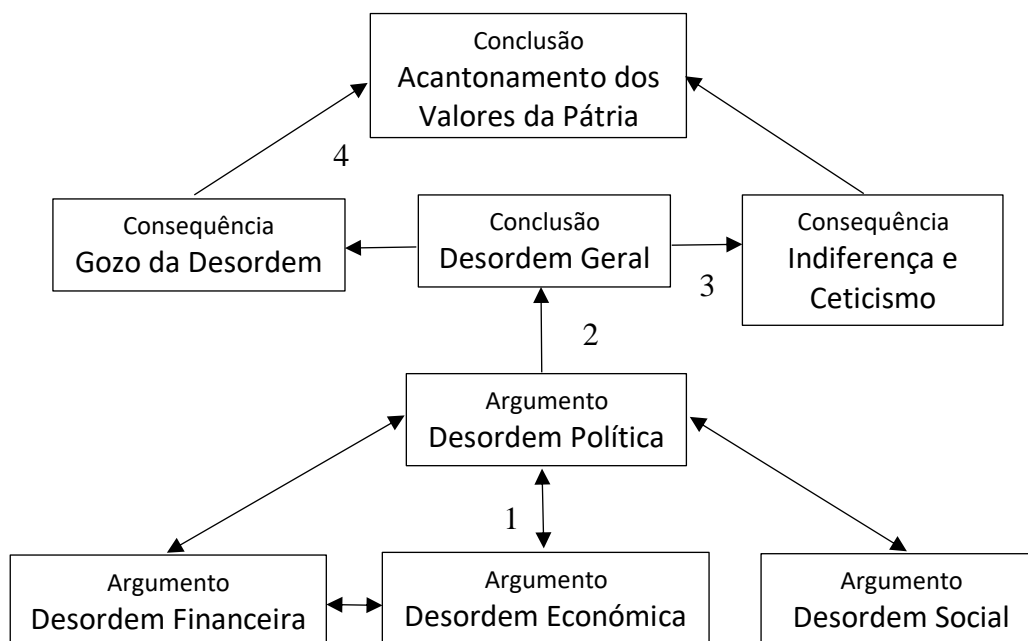


Diagrama 6 – Estrutura Mista de Argumentação: 1. Convergente (Recíproco), 2. Singular, 3. Divergente, 4. Convergente

APÊNDICE XIII

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS				
CLASSE	TIPO		Frequência Absoluta	Frequência Relativa
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber		3	2,67%
	A.2. Opinião de Especialista			
	A.3. Opinião Popular		4	3,57%
	A.4. Prática Popular			
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto		
		Circunstancial		
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático		36	32,14%
	B.2. Consequências	Positivas	4	3,57%
		Negativas	3	2,67%
		Declive Escorregadio	3	2,67
C. Compromisso	C.1. Compromisso		9	8,03%
	C.2. Compromisso Inconsistente			
	C.2. Custos Perdidos			
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia		2	1,78%
	D.2. Indício		7	6,25%
	D.3. Classificação	Verbal		
		Regra Estabelecida		
	D.4. Correlação com Causa		9	8,03%
E. Apelos a Emoções	Aviso		4	3,57%
	Perigo		1	0,89%
	Medo			
	Ameaça		6	5,35%
	Raiva		1	0,89%
	Aversão		2	1,78%
	Pena			
	Compaixão			
	Pertença <i>Ad Populum</i>		16	14,28%
	Segurança		7	6,25%
	Confiança		5	4,46%
Total			122	Ap. 100%

Tabela 6 – Frequência de Tipos de Argumento Discurso 5

APÊNDICE XIV

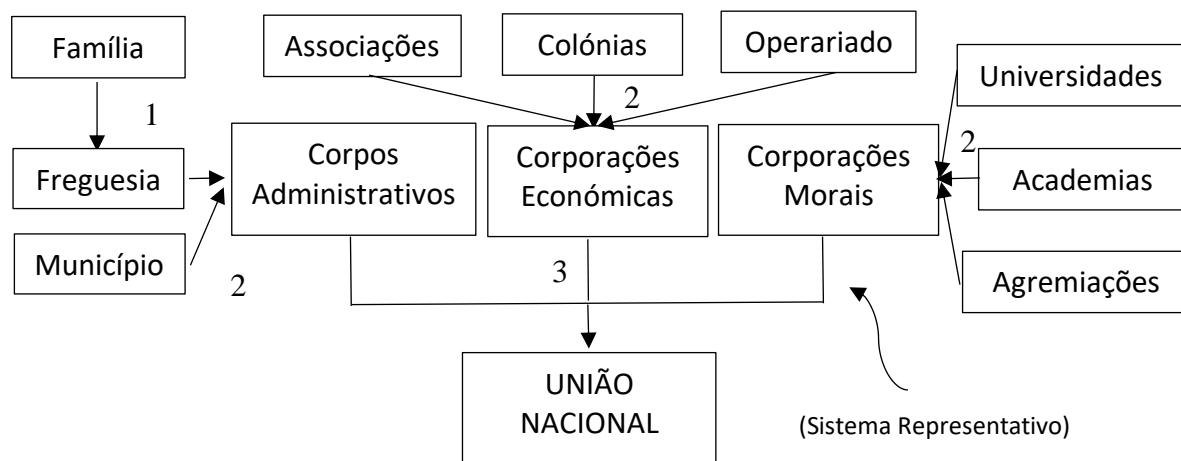


Diagrama 7 – Estrutura Mista de Argumentação: 1. Em Série, 2. Convergente, 3. Relacionado.

APÊNDICE XV

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS				
CLASSE	TIPO		Frequência Absoluta	Frequência Relativa
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber		1	4,76%
	A.2. Opinião de Especialista		1	4,76%
	A.3. Opinião Popular			
	A.4. Prática Popular			
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto		
		Circunstancial		
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático		9	42,85%
	B.2. Consequências	Positivas		
		Negativas		
		Declive Escorregadio	1	4,76%
C. Compromisso	C.1. Compromisso		1	4,76%
	C.2. Compromisso Inconsistente			
	C.2. Custos Perdidos			
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia			
	D.2. Indício		1	4,76%
	D.3. Classificação	Verbal		
		Regra Estabelecida		
	D.4. Correlação com Causa		2	9,52%
E. Apelos a Emoções	Aviso			
	Perigo			
	Medo			
	Ameaça		1	4,76%
	Raiva			
	Aversão			
	Pena			
	Compaixão			
	Pertença <i>Ad Populum</i>		1	4,76%
	Segurança		2	9,52%
	Confiança		1	4,76%
	Total			21

Tabela 7 – Frequência de Tipos de Argumento Discurso 6

APÊNDICE XVI

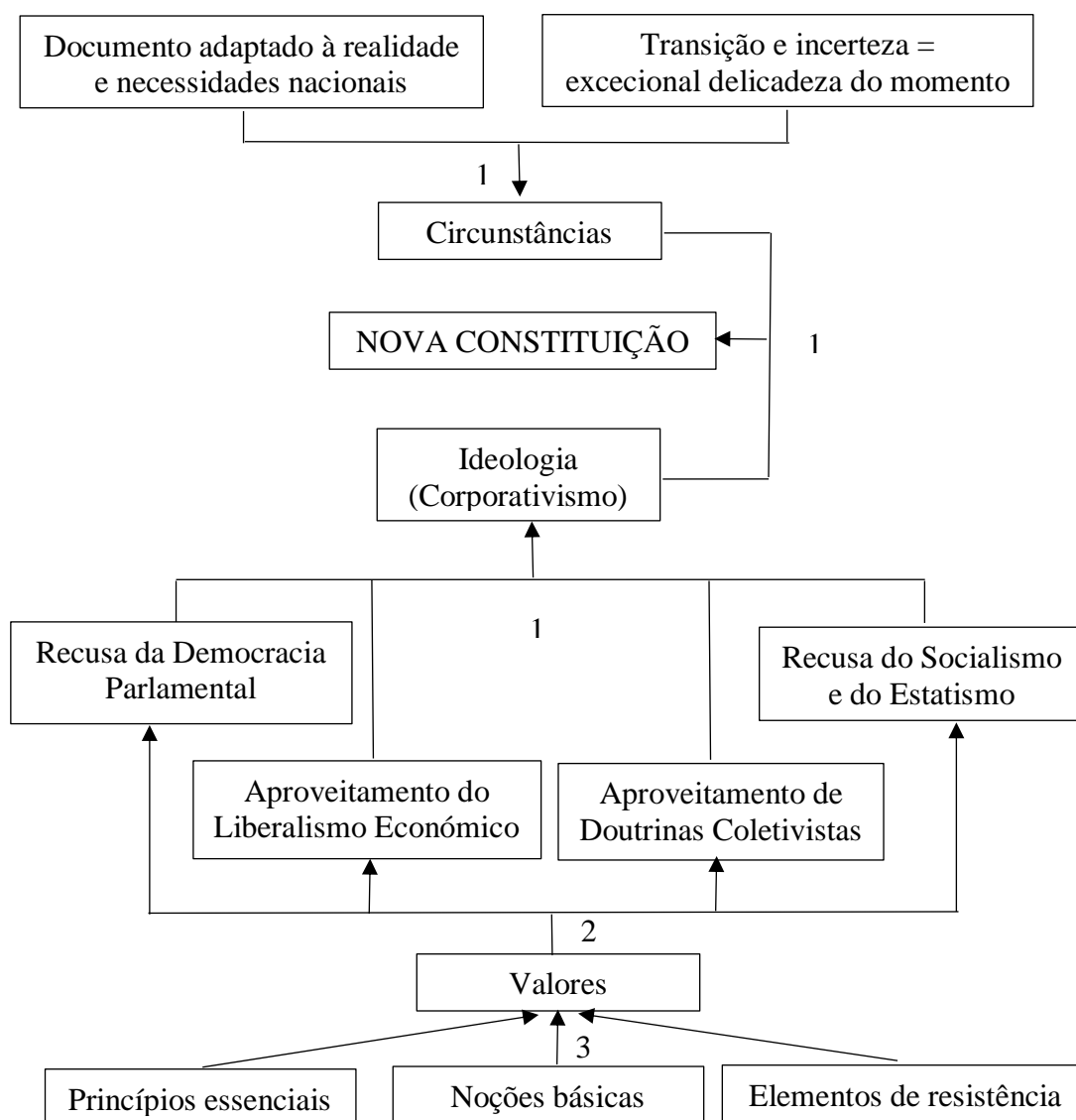


Diagrama 8 - Estrutura Mista de Argumentação: 1. Relacionado, 2. Convergente, 3. Divergente.

APÊNDICE XVII

CLASSIFICAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE ESQUEMAS ARGUMENTATIVOS				
CLASSE	TIPO		Freq. Absoluta	Freq. Relativa
A. Fonte ou Autoridade	A.1. Posição de Saber		6	2,14%
	A.2. Opinião de Especialista		8	2,85%
	A.3. Opinião Popular		13	4,64%
	A.4. Prática Popular		12	4,28%
	A.5. <i>Ad Hominem</i>	Direto		
		Circunstancial		
B. Pragmatismo	B.1. Raciocínio Prático		66	23,57%
	B.2. Consequências	Positivas	8	2,85%
		Negativas	11	3,92%
		Declive Escorregadio	6	2,14%
C. Compromisso	C.1. Compromisso		16	5,71%
	C.2. Compromisso Inconsistente			
	C.2. Custos Perdidos			
D. Aplicação de Casos a Regras	D.1. Analogia		6	2,14%
	D.2. Indício		16	5,71%
	D.3. Classificação	Verbal		
		Regra Estabelecida	2	0,71%
	D.4. Correlação com Causa		31	11,07%
E. Apelos a Emoções	Aviso		8	2,85%
	Perigo		3	1,07%
	Medo		2	0,71%
	Ameaça		8	2,85%
	Raiva		16	5,71%
	Aversão		3	1,07%
	Pena			
	Compaixão			
	Pertença <i>Ad Populum</i>		21	7,50%
	Segurança		10	3,57%
	Confiança		8	2,85%
Total			280	Ap. 100%

Tabela 8 – Frequência Total de Tipos de Argumento nos Discursos

APÊNDICE XVIII

PRESSUPOSIÇÕES NO DISCURSO DE SALAZAR						
Discurso1	Discurso2	Discurso3	Discurso4	Discurso5	Discurso6	Total
10	23	15	30	64	16	158

Tabela 9 – Número Total de Pressuposições Problemáticas

ANEXOS

ANEXO I

TIPOS DE DIÁLOGO, segundo Walton			
Tipos de Diálogo	Situação inicial	Objetivo dos Participantes	Objetivo do Diálogo
Persuasão	Conflito de opiniões	Persuadir a outra parte	Resolver ou clarificar um assunto
Inquirição	Necessidade de prova	Encontrar e verificar a prova	Provar (ou não) uma hipótese
Negociação	Conflito de interesses	Obter o que mais de deseja	Compromisso mútuo razoável
Procura de Informação	Necessidade de informação	Adquirir ou fornecer informação	Troca de informação
Deliberação	Dilema ou decisão prática	Coordenar objetivos e ações	Decisão sobre o melhor curso de ação disponível
Erística	Conflito pessoal	Agredir verbalmente um oponente	Revelar a base mais profunda do conflito

Quadro 1 – Tipos de Diálogo (Walton, 2006:183)

ANEXO II

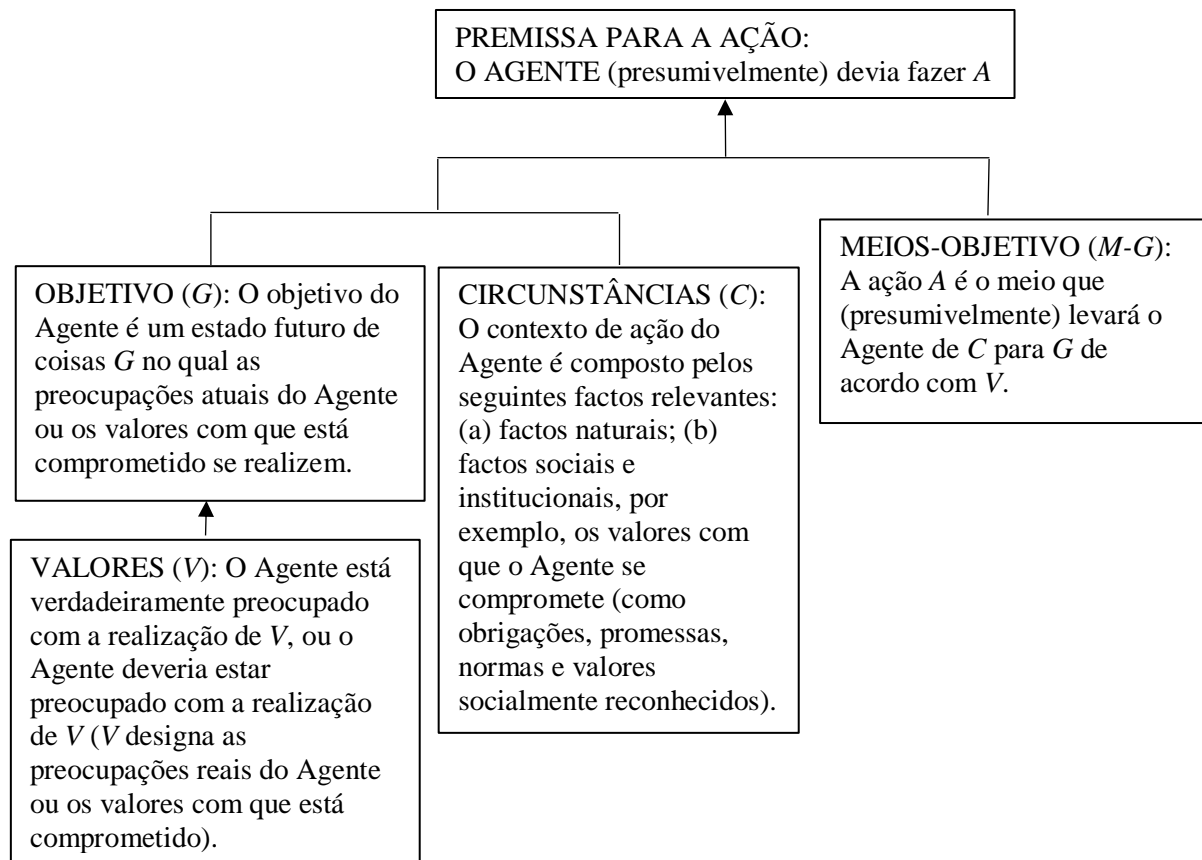


Diagrama 1 – Argumento para a Mudança Política (Fairclough, 2012: 106)

ANEXO III

Source-independent arguments Epistemic reasoning		
Discovery arguments	Applying rules to cases	Source-dependent arguments
1. <i>Arguments establishing rules</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from a random sample to a population Argument from best explanation 2. <i>Arguments finding entities</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from sign Argument from ignorance 	1. <i>Arguments based on cases</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from an established rule Argument from verbal classification Argument from cause to effect 2. <i>Defeasible rule-based arguments</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from example Argument from analogy Argument from precedent 3. <i>Chained arguments connecting rules and cases</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from gradualism Precedent slippery slope argument Sorites slippery slope argument 	1. <i>Arguments from position to know</i> 1.1. Argument from expert opinion 1.2. Argument from position to know <ul style="list-style-type: none"> Argument from witness testimony 2. <i>Ad Hominem arguments</i> 2.1 Direct <i>ad hominem</i> 2.2 Circumstantial <i>ad hominem</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from inconsistent commitment Arguments attacking personal credibility 1. Arguments from allegation of bias 2. Poisoning the well by alleging group bias 3. <i>Arguments from popular acceptance</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from popular opinion Argument from popular practice
<i>Practical reasoning</i> 1. <i>Instrumental argument from practical reasoning</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from action to motive 2. <i>Argument from values</i> <ul style="list-style-type: none"> Argument from fairness 3. <i>Value-based argument from practical reasoning</i> 3.1. Argument from positive or negative consequences <ul style="list-style-type: none"> Argument from waste Argument from threat Argument from sunk costs 		

Quadro 2 – Sumário de Classificação de Esquemas (Walton e Macagno, 2015a:240)

ANEXO IV

DISCURSO 1

POSSE NO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Sr. Presidente do Ministério: Duas palavras apenas, neste momento que V. Ex.^a, os meus ilustres colegas e tantas pessoas amigas quiseram tornar excepcionalmente solene.

Agradeço a V. Ex.^a o convite que me fez para sobraçar a pasta das Finanças, firmado no voto unânime do Conselho de Ministros, e as palavras amáveis que me dirigiu. Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu país como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido.

Não tomaria, apesar de tudo, sobre mim esta pesada tarefa, se não tivesse a certeza de que ao menos poderia ser útil a minha acção, e de que estavam asseguradas as condições dum trabalho eficiente. V. Ex.^a dá aqui testemunho de que o Conselho de Ministros teve perfeita unanimidade de vistas a este respeito e assentou numa forma de íntima colaboração com o Ministério das Finanças, sacrificando mesmo nalguns casos outros problemas à resolução do problema financeiro, dominante no actual momento. Esse método de trabalho reduziu-se aos quatro pontos seguintes:

- a) Que cada Ministério se compromete a limitar e a organizar os seus serviços dentro *da* verba global que lhes seja atribuída pelo Ministério das Finanças;
- b) Que as medidas tomadas pelos vários Ministérios, com repercussão directa nas receitas ou despesas do Estado, serão previamente discutidas e ajustadas com o Ministério das Finanças;
- c) Que o Ministério das Finanças pode opor o seu veto a todos os aumentos de despesa corrente ou ordinária, e as despesas de fomento para que se não realizem as operações de crédito indispensáveis;
- d) Que o Ministério das Finanças se compromete a colaborar com os diferentes Ministérios nas medidas relativas a reduções de despesas ou arrecadação de receitas, para que se possam organizar, tanto quanto possível, segundo critérios uniformes.

Estes princípios rígidos, que vão orientar o trabalho comum, mostram a vontade decidida de regularizar por uma vez a nossa vida financeira e com ela a vida económica nacional. Debalde, porém, se esperaria que milagrosamente, por efeito de varinha mágica, mudassem as circunstâncias da vida portuguesa. Pouco mesmo se conseguiria se o País não estivesse disposto a todos os sacrifícios necessários e a acompanhar-me com confiança na minha inteligência e na minha honestidade – confiança absoluta, mas serena, calma, sem entusiasmos exagerados nem desânimos depressivos. Eu o elucidarei sobre o caminho que penso trilhar, sobre os motivos e a significação de tudo que não seja claro de si próprio; ele terá sempre ao seu dispor todos os elementos necessários ao juízo da situação.

Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar. A acção do Ministério das Finanças será nestes primeiros tempos quase exclusivamente administrativa, não devendo prestar larga colaboração ao *Diário do Governo*. Não se julgue porém que estar calado é o mesmo que estar inactivo. Agradeço a todas as pessoas que quiseram ter a gentileza de assistir à minha posse a sua amabilidade. Asseguro-lhes que não tiro desse acto vaidade ou glória, mas aprecio a simpatia com que me acompanham e tomo-a como um incentivo mais para a obra que se vai iniciar.

Discurso de 27 de abril de 1928, in *Discursos*, vol. I, 5.^a ed., Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1961, pp. 34.

ANEXO V

DISCURSO 2

OS PROBLEMAS NACIONAIS E A PRIORIDADE DA SUA SOLUÇÃO

Estamos hoje em Portugal numa situação má. Di-lo toda a gente e era escusado: na vida individual e na política as dificuldades que dessa má situação resultam sentem-se, palpam-se, todos nós lutamos com elas.

Vamos relacionar, para melhor o ajuizarmos, todo este mal-estar com quatro problemas fundamentais: o financeiro, o económico, o social e o político. Pu-los por esta ordem e isso não foi arbitrário da minha parte; esta simples disposição revela uma orientação definida.

É certo que não é possível fazer boas finanças sem boa política; que uma finança sã requer uma economia próspera; que a questão social, agravada por sua vez, prejudica os problemas financeiro e económico. Mas, porque não podemos resolvê-los a todos duma vez, necessário é discutir e assentar na ordem da sua solução. Essa ordem será indicada, na interdependência das causas e dos efeitos dos problemas, em harmonia com a causa dominante. O meu pensamento vou expô-lo, indicando a razão por que as coloco por aquela ordem e não por outra.

O problema financeiro é redutível aos seguintes dados fundamentais: deficit crónico, que tomou foros de instituição nacional, de venerando monumento nacional, deficit cuja repetição provocou uma dívida relativamente avultada, nem sempre compensada por contrapartida equivalente no activo do Estado; uma dívida flutuante muito elevada, de taxas de juro altas, onerosa portanto e com perigo de reembolso imediato; e uma dívida fundada constituída por tão diversos tipos de empréstimos e juros tão afastados da taxa do mercado que as cotações parecem acusar o nosso descrédito, quando de facto traduzem apenas os baixos rendimentos. Acrescentemos ainda a má arrecadação das receitas e a desigual distribuição dos rendimentos públicos pelos serviços do Estado.

Será por aqui que deve começar-se a solução do problema nacional? Digo-vos: a não resolução deste problema fundamental traduz-se no recurso indefinido ao crédito. Quando esta falta, é preciso recorrer a emissão de notas, a fabricação de moeda falsa, que tanto é a emissão de notas sem contrapartida. As que se fizeram representavam saques sobre o futuro: são estes os que somos agora chamados a pagar.

É sabido que as emissões exageradas desvalorizam a moeda. E o que é essa desvalorização? É o metro elástico introduzido na vida económica. Suponhamos um comerciante a vender com metro elástico. Acontecia que umas vezes ficava roubado o freguês e outras seria prejudicado o comerciante. Pois as altas e baixas da moeda operam delapidações semelhantes. Com uma moeda instável não há economia que vingue e possa prosperar. Por este processo se tornou o Estado o grande inimigo da economia nacional.

Atravessámos uma grave crise económica, cujas principais causas foram essa instabilidade monetária, a alta de juros do dinheiro e a escassez de capitais: aquela alta provocada pela escassez dos capitais; esta escassez provocada pela desvalorização da moeda, que, ao mesmo tempo que opera na sociedade transferências de fortunas, consome em geral grandes somas de capitais.

O comércio e a indústria tiveram durante algum tempo disponibilidades enormes: parecia que os comerciantes não acabavam de enriquecer. Todas as empresas pareciam prósperas; afinal muitos vieram a verificar que se tratava de riqueza ilusória e estavam na realidade empobrecidos: tinham distribuído e gasto o próprio capital. Salvaram-se apenas aqueles que em dada altura conseguiram converter os lucros em valores estáveis. E o Estado, que perdeu muito, ganhou também alguma coisa – a diminuição da sua dívida correspondente ao valor em que lesou os seus credores.

Todos estes males têm somente uma cura – a estabilização da moeda, e esta é impossível independentemente da solução do problema financeiro.

Da não resolução do problema financeiro e económico resultam, como não pode deixar de ser, graves perturbações sociais.

Há classes que principiam a viver das traslações de valores, ocasionadas pela desvalorização da moeda. Ganha o devedor, perde o credor. Elevam-se questões irritantes a um alto grau de acuidade: vede por exemplo a questão entre inquilinos e senhorios. Há uma tal ou qual desorganização familiar, e a corrupção alastra na vida particular e na administração pública.

O problema social é o problema da distribuição da riqueza, que não tem solução vantajosa sem o aumento da produção. Salvo o caso de parasitismos económicos, que devem ser evitados e corrigidos, só o aumento de riqueza pode favorecer a solução da questão social.

Têm os trabalhadores direito a uma melhoria na sua vida, na sua condição, a melhor casa, a mais e melhor instrução? Sem dúvida alguma. O operário português é sóbrio,

inteligente, disciplinado, vigoroso, trabalhador, mas inferior muitas vezes sob o ponto de vista técnico. Daqui provém uma reduzida produtividade, também resultante da inferioridade técnica de muitas indústrias.

Para que o trabalho possa ser mais bem retribuído, é pois necessário organizar, intensificar, valorizar a produção e obter nesta mais elevado rendimento, numa palavra, resolver o problema económico, aumentando as riquezas, para que a todos caiba maior quinhão. Sem isso a legislação de carácter social e de proteção operária será quase inútil ou poucas vantagens trará.

Finalmente, o problema político.

Andamos há muitos anos em busca de uma fórmula de equilíbrio e ainda não conseguimos encontrá-la. E como se diz que «em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão», as soluções políticas são mais difíceis, estando agravados os problemas financeiro, económico e social. Não há mesmo formas políticas que satisfaçam uma sociedade em que aqueles problemas estão reclamando urgente solução, porque a verdade é que encontrar a fórmula do equilíbrio depende da organização prévia das diferentes forças económicas e sociais.

Mas eu não estou autorizado a fazer declarações políticas, nem agora é o momento de versar este problema. A actividade do Governo orienta-se neste momento para a solução do problema financeiro e por isso permito-me voltar a este para dizer ainda sobre ele algumas palavras. [...]

Discurso de 9 de junho de 1928. *in* Discursos, vol. I, 5.^a ed., Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1961 pp. 11-16.

ANEXO VI

DISCURSO 3

POLÍTICA DE VERDADE E POLÍTICA DE MENTIRA

Como a vida social, a política e a administração pública devem apoiar-se na verdade; por temperamento, por convicção, por imposição da consciência, defendo esta forma de dirigir e de administrar.

[...] A política de verdade impõe atitudes mentais e morais definidas, em face de certos problemas. A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fez da vida administrativa do País uma mentira colossal.

Se temos um vencimento e ao lado a acumulação ou o cofre de emolumentos, temos a *mentira dos ordenados*.

Se temos um número de funcionários para um trabalho e parte deles desligados do serviço, porque aguardam uma aposentação que não chega mais, temos a *mentira dos quadros*.

Se o funcionário tem outra vida que não só a de funcionário, e não entra à hora que deve, e não trabalha com zelo durante o tempo de serviço, e as faltas não são nunca averiguadas, nem julgadas, nem rapidamente punidas, temos a *mentira disciplinar*.

Se temos uma taxa para um imposto e meia dúzia de adicionais ao mesmo imposto ou de adicionamentos sobre a sua matéria coletável, temos a *mentira da tributação*.

Se temos fixado um período para pagamento de dívidas, e esse período é sucessivamente prorrogado, temos a *mentira dos prazos*.

Se temos um orçamento equilibrado, mas as receitas foram avaliadas em mais e as despesas foram artificialmente reduzidas abaixo do que hão-de ser, temos a *mentira das previsões*.

Se trazemos despesas públicas por fora do orçamento, a outras as iludimos e as pagamos por operações de tesouraria, arranjam os equilíbrios ou saldos, mas temos a *mentira das contas*.

Se nas indústrias do Estado não contabilizamos os vencimentos que saem das despesas gerais do Tesouro, nem os juros do capital que lhes foi cedido, nem os impostos que deviam pagar e não pagam, temos mentiras de contabilidade a sobre elas a

mentira do Estado industrial.

Se o Exército não evita ou não castiga a desordem, se as escolas não ensinam, se os tribunais não fazem boa averiguação dos factos e recta aplicação da lei, temos *a mentira da força publica, a mentira da instrução, a mentira da justiça.*

E de todas estas mentiras, acumuladas, multiplicadas, enredadas umas nas outras, vêm todas as deficiências de que o País sofre e que há absoluta necessidade de suprir.

A política de verdade impõe-nos a modificação radical de tal estado de coisas.

Discurso de 21 de outubro de 1929, *in* Discursos, vol. I, 5.^a ed., Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1961, pp. 24, 26-28.

ANEXO VII

DISCURSO 4

SOB O ESPECTRO DA DESORDEM

Antes de se haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só - Desordem - definia em todos os domínios a situação portuguesa.

No cimo, um pouco causa, um pouco efeito de todas as outras desordens, o irregular funcionamento dos Poderes Públicos. Fosse qual fosse o valor dos homens e a retidão das suas intenções, os partidos, as fações, os grupos, os centros políticos julgaram-se de direito a democracia, exerciam de facto a soberania nacional, e faziam ainda por cima as sedições. A Presidência da República não tinha força nem estabilidade. O Parlamento oferecia permanentemente o espetáculo da desarmonia, do tumulto, da incapacidade legislativa ou do obstrucionismo, escandalizando o País com os seus processos e a inferior qualidade do seu trabalho. Aos Ministérios faltava a consistência; não podiam governar mesmo quando os seus membros o queriam. A administração pública, compreendida a das autarquias e a das colónias, não representava a unidade e acção progressiva do Estado; era ao contrário o símbolo vivo da desconexação geral, da irregularidade, do movimento descoordenado, a gerar o cepticismo, a indiferença, o pessimismo dos melhores espíritos. Desordem: a desordem *política*.

Em conjugação com esta, que envenenava toda a vida portuguesa, havia na metrópole e nas colónias *a desordem financeira e a desordem económica*, agravando-se mutuamente e a desordem política, no círculo vicioso dos males nacionais. Longe de mim examinar miudamente aquele estado financeiro desequilibrado em que eram absorvidas todas as receitas normais, todas as dos novos impostos e taxas que o Parlamento votara, sem se preencher o deficit que devorava as emissões de notas do Banco de Portugal e as disponibilidades da Nação pelos depósitos da Caixa Económica Portuguesa, pelos bilhetes do Tesouro e pela dívida fundada, ao mesmo tempo que no orçamento, na tesouraria, nas contas, o exagero das autonomias legais ou ilegais e os atrasos de pagamento, de liquidação, de escrita, de estatística, estabeleciam a incerteza e a confusão. Desisto de cansar-vos com números [...]. *Desordem: a desordem financeira*.

Impotente pelas dificuldades políticas, embaraçado pelas dificuldades financeiras, o Estado não fomentava, devorava a riqueza da Nação, consumindo ou

deixando consumir o capital colectivo que vinha do passado e as somas enormes que sacava sobre o futuro. Não teve, não podia ter os cuidados nem os fundos requeridos para se restabelecer e alargar o sistema das comunicações terrestres e marítimas, estimular a expansão da agricultura, da indústria e do comércio, resolver o problema da electricidade e provocar nova actividade, fecunda e bem ordenada, na metrópole e nos domínios coloniais. Que admira serem as taxas de juro, por virtude de tais males, de mais de 11 por cento nos bilhetes do Tesouro, e de 15, 20 e 25 por cento nos contratos particulares pelo País! Que admira ser a produção nacional difícil e cara, batida pela concorrência estranha no mercado interno! Que admira abalançarem-se poucos a empregar dinheiro no alargamento e melhoramento da propriedade urbana e rural! Era lógico o custo da vida que se tem tido; era fatal a desconfiança acerca do futuro de Portugal cá dentro e lá fora, onde o crédito minguava confrangedoramente; era inevitável que maior número de emigrantes abandonasse o País e se deprimisse o índice da marcha da população. Na vertigem das notas, dos preços e dos câmbios o espirito de especulação e de aventura sobrepujou o negócio bem estudado e bem compreendido, a usura desenfreada tomou o lugar da remuneração legítima e comedida do capital, parasitismos numerosos substituíram-se aos lucros lícitos na criação das riquezas.

Desordem: a desordem económica.

Um pouco a miséria, muito a indisciplina, a fraqueza dos Governos, camaradagens e cumplicidades equivocadas geraram a anarquia nas fábricas, nos serviços, nas ruas. Um regime de insegurança, de revolta, de grave, de atentado estava estabelecido no País. Quando a fraqueza dos Governos lhes não permite serem diante dos cidadãos a garantia eficaz do direito de cada um, ou os indivíduos chamam a si anarquicamente a defesa da sua vida, dos seus interesses e dos seus bens, ou se deixam vencer, esmagar, manietados pelo terror que uma minoria audaciosa utiliza para violar a justiça sem sanções. Em qualquer caso, *desordem: a desordem social*.

Podemos dizer que tinham desaparecido da vida portuguesa a seriedade e a justiça. A indisciplina era por consequência geral.

Como em todas as épocas semelhantes, por sobre a massa confusa da população que moureja e apenas sente com a fatalidade do trabalho as deficiências da vida colectiva, vimos generalizarem-se os dois tipos mais vulgares das decadências: os gozadores da desordem, estendendo as suas redes de negócios, explorações e compromissos, pouco claros e pouco lisos, e os que vão passando do desgosto, pela marcha das coisas, à indiferença e ao cepticismo. Entre estes se iam acantonando, incrédulos no

ressurgimento da Pátria, muitos dos melhores valores da gente portuguesa.

Discursos de 28 de maio de 1930 e 28 de maio de 1932, *in* Discursos, vol. I, 5.^a ed.,
Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1961, pp. 47-51, 141-142.

ANEXO VIII

DISCURSO 5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REVOLUÇÃO POLÍTICA

[...] É nesta Europa doente, convulsa, empobrecida, desequilibrada, procurando tacteante as soluções políticas do futuro, que é preciso localizar o caso português. Reduzir, como se tem visto, o movimento que implantou a Ditadura a uma «conspiração de caserna» para que a classe militar viesse a usufruir o Poder é desconhecer as razões profundas do mal-estar geral, as tendências do nosso tempo, todas as fraquezas, abdições, insuficiências do poder público, que estão na base daquilo a que pôde chamar-se a «crise do Estado moderno».

Com motivos de ocasião no eclodir, sem dúvida; com a cor local que lhe dá a especial gravidade dos nossos problemas, certamente; com a modalidade que haviam de imprimir-lhe as circunstâncias da política portuguesa e a nossa maneira de ser e de sentir, a Ditadura, ainda que indecisa, titubeante, irregular na marcha e na acção, ela própria no começo mais sentimento instintivo que ideia clara, é um fenómeno da mesma ordem dos que por esse mundo, nesta hora, com parlamentos ou sem eles, se observam, tentando colocar o Poder em situação de prestígio e de força contra as arremetidas da desordem, e em condições de trabalhar e de agir pela Nação, sobranceiramente às divisões e ódios dos homens e aos interesses particulares dos grupos. Ir mais longe ou mais perto nesta orientação depende de possibilidades nacionais, sobretudo da preparação do espírito público, mas não constitui diferença essencial.

Todos sabem donde vimos - de uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na economia, nas finanças, na política, na administração pública, divisões intestinas, solidariedades equívocas na política e na administração, erros acumulados, a falta de correção de vícios da nossa organização social, desordem constitucional permanente, sucessivas revoluções que nada remediavam e agravavam todos os males, fizeram perder a fé no Estado como dirigente e coordenador dos esforços individuais; e a intranquilidade existente no espírito público manifestava mesmo desconfiança na sua força para defender a vida e os bens dos cidadãos. Debruçado tristemente sobre o passado glorioso que é a sua história, e sobre as ruínas, as misérias, a desorganização do presente, desconhecendo as suas enormes

possibilidades de grande nação, penhor do futuro, o País caiu na «apagada e vil tristeza» do poeta e parecia ter desistido de viver um grande pensamento de renovação interior e de marcar no mundo, sem afrontar ninguém, a posição que pode e deve marcar.

Todos sabem donde vimos - e todos sabem onde estamos. Os esforços feitos e os resultados obtidos, sejam quais forem as deficiências impostas pela gravidade dos males existentes, impediram a catástrofe e garantem que se está no caminho da salvação e do ressurgimento. Se descontarmos as arguições feitas pelos que são forçados a recorrer à campanha do boato contra a ditadura - eu responderei com os números em breves dias a nova ofensiva contra as finanças -; se examinarmos à verdadeira luz os sofrimentos próprios da cura, gerais na Europa molestada pela guerra; se pesarmos bem a situação em 1926, a que existe hoje e a que está em perspectiva pelo prosseguimento da reorganização nacional, concluiremos que, apesar dos motivos de insatisfação, comum em diversos graus a todos os povos, escapamos a um despenhadeiro mortal e nos encontramos em terreno seguro, donde podemos conquistar a prosperidade. Há paz; há ordem; um espírito de vida nova anima o País; há confiança e há crédito; impõem-se à administração princípios de moral que completam, na execução, a justiça da lei; há um plano de vida para o Estado, formulado sobre os interesses gerais da coletividade (e todos sabem que, uma vez assentes, os programas do Governo se cumprem); o País, aliviado da atmosfera de irreduzibilidades partidárias, está menos dividido e, não tendo escolhido os seus representantes, sente-se mais perto do Poder, sente que o Governo é mais seu, confia mais na sua justiça e na sua acção.

Aqui é que estamos; e, sabendo já donde vimos, é necessário ver para onde iremos agora.

Apesar da agitação revolucionária que pretende reconstituir o estado anterior e constantemente desmente o que por outro lado afirma, é certo não haver declarações públicas de políticos responsáveis no sentido da defesa de um passado que para todos parece não dever ter sequência nem ser digno de imitação, pois que há confissões de erros e propósitos de emenda.

A unanimidade de vistas sobre este aspecto negativo do problema dispensa-nos de insistir. De mais sabemos nós e sabem eles que, a dar-se o desaparecimento da Ditadura pelo regresso ao regime das facções toda a obra de restauração, todas as possibilidades existentes seriam substituídas pelas causas anteriores de desorganização e de ruína, agravadas na sua força destrutiva por indisciplina maior, por paixões exacerbadas, pelo aniquilamento das últimas resistências materiais e morais que

pudessem opor-se a todos os desmandos e até mesmo à subversão das condições de existência da própria sociedade.

Que fazer então? A atitude de aconselhada independência e neutralidade, aguardando que do simples embate das forças políticas surja o Estado futuro, é atitude imprevidente, indigna de governantes, falha de lógica, desconhecadora das realidades sociais: nunca barco abandonado à fúria de ventos contrários demandou porto de abrigo, e muitas vezes se despedaçou, ao tocar a terra, contra os rochedos da costa!

Que fazer então? Tomar resolutamente nas mãos as tradições aproveitáveis do passado, as realidades do presente, os frutos da experiência própria e alheia, a antevisão do futuro, as justas aspirações dos povos, a ânsia de autoridade e disciplina que agita as gerações do nosso tempo, e construir a nova ordem de coisas que, sem excluir aquelas verdades substanciais a todos os sistemas políticos, melhor se ajuste ao nosso temperamento e às nossas necessidades.

Vejamos, resumidamente, os seus principais pontos de apoio:

Na nossa ordem política, a primeira realidade é a existência independente da Nação Portuguesa, com o direito de possuir fora do continente europeu, acrescentando a sua herança peninsular, por um inoperativo categórico da história, pela sua acção ultramarina em descobertas e conquistas, e pela conjugação e harmonia dos esforços civilizadores das raças, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência.

Desta forte realidade e desta primeira afirmação outras derivam imediatamente: a primeira a que estão subordinadas aos supremos objetivos da Nação com seus interesses próprios, todas as pessoas singulares e coletivas que são elementos constitutivos do seu organismo; em contraposição e garantia da eficácia superior deste sacrifício afirma-se também que a Nação não se confunde com um partido, um partido não se identifica com o Estado, o Estado não é na vida internacional um súbdito mas um colaborador associado. Em palavras mais simples: temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

Tão evidentes e naturais são estes princípios que defini-los pode parecer uma superfluidade. Mas a quem considerar algumas das ideologias que estão tendo o favor do nosso tempo, tais pontos de partida hão-de aparecer como a primeira necessidade do nosso direito público. São-no na vida interna com princípio informador da nossa actividade a clara afirmação de todo o nosso destino, perante nós próprios, enfraquecidos na unidade nacional pelo espírito de partido, roídos nos interesses materiais pelo espírito

de parasitismo e de favor. São-no diante do mundo em época de intensa vida e colaboração internacional e eivada de vários internacionalismos e cosmopolitismos, e são-no ao menos nos momentos decisivos em que daí possam provir ameaças, restrições, negações dos nossos títulos jurídicos.

Formou-se o País quase de um facto, desde que se fez a reconquista deste canto da Península, e as nossas fronteiras, inalteráveis desde séculos, não foram fixadas a expensas de qualquer outra nação europeia. Subtrai-nos este facto as competições históricas das conquistas e desforras, permitindo se afirme mais pura a força moral da nossa independência e também da nossa expansão, desde que, firmada a base peninsular, passamos os mares para o alargamento do nosso domínio e manifestação mundial do nosso génio civilizador. Está aí, ingénita, natural, a substância deste nacionalismo, que tem de ser a alma da conservação, renascimento e progresso de Portugal.

Atravessa-se, na ordem interna e na ordem internacional, uma época de verificada fraqueza do Estado; reacções justificáveis, mas excessivas caminharam, aqui e além, no sentido da sua onnipotência e divinização.

Há que contrapor a um e outro extremo o Estado forte, mas limitado pela moral, pelos princípios do direito das gentes, pelas garantias e liberdades individuais, que são exigência superior da solidariedade social. Este conceito deve informar a organização e movimento do Estado Português na realização da sua finalidade histórica.

Portugal é um Estado que ama a paz, tem o espírito civilizador, colabora no fortalecimento da ordem universal, estigmatiza a guerra ambiciosa, perfilha a arbitragem para a liquidação das questões entre os Estados, integra o seu direito público no quadro dos fins superiores da humanidade, e pretende o desenvolvimento harmónico, pacífico, produtivo das faculdades dos cidadãos, para o aperfeiçoamento e progresso das relações internas e externas da Nação. O seu sistema educativo tem de ser dominado pelos princípios do dever moral, da liberdade civil e da fraternidade humana.

Mas no campo do direito constitucional, respeitados os limites a que se fez referência, devem firmar-se as garantias exigidas pela integridade política e jurídica do Estado em face de todas as limitações que pudessem vir-lhe do individualismo e do internacionalismo. a segurança própria é necessidade absoluta, para que se impõe a manutenção das instituições militares. A unidade e indivisibilidade do território são condições fundamentais, arredando-se quaisquer hipóteses de excessivo regionalismo ou de confederação política. O Estado tem o direito de promover, harmonizar e fiscalizar todas as atividades nacionais, sem substituir-se-lhes, e o dever de integrar a

juventude no amor da Pátria, da disciplina, dos exercícios vigorosos que a preparem e a disponham para uma atividade fecunda e para tudo quanto possa exigir dela a honra ou o interesse nacional.

Por sobre as frações de poder - os serviços, as autarquias, as atividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade -, sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força: deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento.

Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo.

O princípio salutar da divisão, harmonia e independência dos poderes está praticamente desvirtuado pelos costumes parlamentares e até por normas insertas nas constituições relativas à eleição presidencial e à nomeação e demissão dos ministros. Essas normas vêm sujeitando, de facto, o Poder Executivo ao Legislativo, exercido por maiorias variáveis e ocasionais, e à merce também de votações de centros partidários estranhos aos Poderes Públicos. É uma necessidade fundamental restituir esse princípio a alguma coisa de real e de efetivo, e, bem observados os acontecimentos políticos da Europa nos últimos anos, pode afirmar-se que, tendo-se tornado inevitáveis pelas desordens daquelas engrenagens, tudo aí gira à volta da preocupação dominante de achar o sistema que dê ao Poder Executivo independência, estabilidade, prestígio e força.

Seja qual for a composição e processo de formação das Câmaras, há-de reconhecer-se-lhes a atribuição exclusiva de fiscalizar a governação pública, de dar a grande orientação à marcha política do Estado e de fazer as leis. Nenhuma dificuldade de princípio se levanta a este respeito; mas, por um lado, as necessidades modernas de legislação, excepcionalmente abundante, e, por outro, a lentidão de movimentos de órgão tão complexo como as Câmaras, estou convencido, operarão dentro de poucos anos uma grande transformação na sua maneira de trabalhar. Pressinto que os parlamentos, mesmo que não venham a converter-se, no futuro, em órgãos puramente políticos e estranhos à função legislativa, hão-de ver-se obrigados a aprovar apenas as grandes bases das grandes leis, deixando ao Poder Executivo, como responsável pela administração, faculdades mais latas que as faculdades simplesmente regulamentares que hoje tem.

Trabalhem desta ou doutra forma, o que não pode é reconhecer-se às Câmaras

Legislativas o direito de elevar e derrubar ministros e fazer obstrucionismos à vida pública. E, deixando de ser combinações casuais de grupos para a conquista de outro Poder, elas não-de ser suscetíveis de disciplina e de bom rendimento dentro da sua função, trabalhando apenas pelo tempo indispensável para bem a exercerem.

O Poder Executivo, exercido pelo Chefe do Estado, com os ministros nomeados livremente por ele, sem dependência de quaisquer indicações parlamentares, tem por missão governar com o direito; cabe-lhe a obrigação e a responsabilidade de manter a existência e a honra da Nação, assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, cumprir e fazer cumprir as leis, prover a tudo que seja indispensável para a conservação e funcionamento do Estado. Para isso é forçoso ser tão independente e tão legítimo representante da Nação como o Poder Legislativo.

Na nossa triste história contemporânea parece que nunca puderam coexistir os dois Poderes devidamente equilibrados: ora é o Legislativo que domina, subordinando os Governos; ora o Executivo que reage, substituindo-se aquele inteiramente. E o que é pior é ter a experiência demonstrado que para trabalhar no Governo pelo País é preciso por de lado a Constituição.

Pois bem: há que preparar uma constitucionalidade que possa ser a vida normal do Estado, e em que a harmonia dos Poderes se consiga sem tirar ao Poder Legislativo competência e prestígio e ao Executivo estabilidade e força.

Apesar do que tenho dito, nós só transitaríamos de um texto para outro texto e de uma ficção para outra ficção, se não procurássemos coordenar devidamente, no Estado, todos os elementos políticos da sociedade.

O liberalismo político do século XIX criou-nos o «cidadão», indivíduo desmembrado da família, da classe, da profissão, do meio cultural, da agremiação económica, e deu-lhe, para que o exercesse facultativamente, o direito de intervir na constituição do Estado. Colocou, por isso, aí, a fonte da soberania nacional.

Vistas bem as coisas, nós estamos em face de uma abstração - conceito erróneo ou insuficiente -, e será caminhando no sentido dos grupos naturais necessários à vida individual, e de que se constitui realmente a sociedade política, que mais seguramente se encontrara o ponto de apoio que buscamos.

Eis na base a família - célula social irreduzível, núcleo originário da freguesia, do município e, portanto, da Nação: é, por natureza, o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado constitucional. Garantida eficazmente, na sua formação, conservação e desenvolvimento, a família deve exercer, pelo seu chefe, o direito de

eleger os vogais dos corpos administrativos, pelo menos da freguesia, uma vez que esta não é mais que a expansão natural dos fogos ou casais, com os interesses comuns que lhes respeitam. É aí que, de preferência, encontramos o cidadão com fundamento para os direitos políticos.

As corporações morais e económicas, como as Universidades, as academias científicas, as agremiações literárias, artísticas e técnicas, as associações agrícolas, industriais, comerciais, coloniais e operárias, são manifestações, que a civilização vai criando, do mesmo instinto ou necessidade social.

Representando interesses legítimos a integrar-nos da coletividade, é tendência do tempo e conveniência do Estado qua se multipliquem e alarguem em federações e confederações, para que, verdadeiramente, constituam fatores componentes da Nação organizada. Como tais, devem concorrer com o seu voto ou a sua representação para as constituídas câmaras, em que se deseja uma delegação verdadeiramente nacional. Mais uma vez se abandona uma ficção - o partido -, para aproveitar uma realidade - a associação.

Os corpos administrativos não somente devem ter as prerrogativas de administração local e regional tão descentralizada quanto a permitam as condições do País, mas devem ter também direitos políticos com influência na orgânica do Estado. A sua procedência e posição no organismo nacional impõe logicamente que também constituam colégios eleitorais para o efeito de designar os membros das Câmaras Legislativas, em concorrência com a votação das corporações morais e económicas.

Em suma: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos, com suas liberdades jurídicas fundamentais, são os organismos componentes da Nação, e devem ter, como tais, intervenção directa na constituição dos corpos supremos do Estado: eis uma expressão, mais fiel que qualquer outra, do sistema representativo.

[...] Coordenar as corporações, federações e confederações económicas de carácter patronal ou operário, formadas espontaneamente ou por impulso do Poder, desviando-as das competições e lutas e sujeitando todos as atividades e interesses às necessidades e interesses superiores da Nação - eis o pensamento que, por outro lado, deve dominar a lei e a administração pública. Mas, a par desta ideia, há que assentar outra, segundo a qual se assegurem os direitos e justos interesses morais e materiais das classes trabalhadoras. Reconhecer ao trabalho a qualidade de fator de cooperação da

empresa e associá-lo, por isso, moral e economicamente, ao destino da produção, com o devido respeito pelas exigências da propriedade, do rendimento e da técnica, é doutrina que o Estado pode consagrar também como fundamental e de cuja realização dependerá, em largas proporções, o progresso na paz e na ordem social.

Procurei apresentar o mais claramente que me foi possível os princípios basilares em que, segundo o manifesto da *União Nacional*, deve apoiar-se a nova ordem de coisas, e, no entanto, não estranharia que muitas objeções se levantassem em vosso espírito a tudo que acabo de dizer-vos.

Um reparo prevejo eu; em tão longo discurso, exclusivamente sobre matéria política, pouco se fala de liberdade, de democracia, de soberania do povo, e muito ao contrário, de ordem, de autoridade, de disciplina, de coordenação social, de Nação e de Estado. É certo, e há-de confessar-se corajosamente, se nos dispomos a fazer alguma coisa de novo, que há palavras e conceitos gastos sobre os quais nada de sólido se pode edificar já.

Nós apreendemos pelo raciocínio e vimos pela experiência que não é possível erguer sobre este conceito - a liberdade - um sistema político que efetivamente garanta as legítimas liberdades individuais e coletivas, antes em seu nome se puderam defender - e com alguma lógica, Senhores! - todas as opressões e todos os despotismos. Nós temos visto que a adulação das massas pela criação do «povo soberano» não deu ao povo, como agregado nacional, nem influência na marcha dos negócios públicos, nem aquilo de que o povo mais precisa - soberano ou não -, que é ser bem governado. Nós temos visto que tanto se apregoaram as belezas da igualdade e as vantagens da democracia, e tanto se desceu, exaltando-as, que se ia operando o nivelamento em baixo, contra o facto das desigualdades naturais, contra a legítima e necessária hierarquia dos valores numa sociedade bem ordenada.

Ora nós queremos ser mais positivos - tanto é, mais verdadeiros na nossa política.

Na crise de autoridade que o Estado atravessa, dar-lhe autoridade e força para que mantenha imperturbável a ordem, sem a qual nenhuma sociedade pode manter-se e prosperar; organizar os poderes e funções do Estado de forma que se exerçam normalmente, sem atropelos ou sem subversões; não coarctar ao Estado a livre expansão das atividades que se movem a atuam no seu seio, senão no que seja reclamado pelas necessidades de harmonia e coexistência social; definir os direitos e garantias dos indivíduos e das coletividades, e estabelecê-los e defendê-los de tal modo que o Estado os não possa desconhecer e os cidadãos os não violem impunemente - isto é liberdade.

Arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepor a todos os interesses o interesse de todos - o interesse nacional; tornar o Estado inacessível à conquista de minorias audaciosas, mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do País; organizar a Nação, de alto a baixo, com as diferentes manifestações de vida coletiva, desde a família aos corpos administrativos e as corporações morais e económicas, e integrar este todo no Estado, que será assim a sua expressão viva , - isto é dar realidade à soberania nacional.

Ter bem presente no espírito que os homens vivem em condições diferentes e que esse facto se opõe, por vezes, a que seja uma realidade a sua igualdade jurídica; proteger o Estado de preferência aos pobres e aos fracos; fomentar a riqueza geral para que a todos caiba ao menos o necessário; multiplicar as instituições de assistência e de educação que ajudem a elevar as massas populares à cultura, ao bem-estar, às altas situações da Nação e do Estado; manter não só abertos, mas acessíveis, todos os quadros a ascensão livre dos melhores valores sociais - isto é amar o povo e, se a democracia pode ainda ter um bom sentido, isto é ser pela democracia.

Aí tendes o meu pensamento em face dos vossos reparos. [...]

Meus Senhores: - Peço me desculpeis de ter sido hoje excepcionalmente longo nas minhas considerações. Reclamavam-no o assunto, a importância do acto, a gravidade do momento, em que as paixões políticas tomam e agitar-se criminosamente, à volta de ficções, de vacuidades, de sombras, de nada, quando há realidades tão vivas - os problemas nacionais - que melhor mereciam atenções e esforços de todos os portugueses.

Não deixemos aviltar na mesquinhez das lutas intestinas este povo tao dócil, tao bom e sempre tão sacrificado às insuficiências e desvarios do seu escol dirigente!

Não deixemos que um povo com tão grandes possibilidades, com tão largas reservas de energia e de riqueza, com tantas qualidades de sacrifício, dedicação e patriotismo tenha o aspecto triste dos que assistem às grandes derrocadas históricas e desistem de construir o seu futuro!

Dêmos à Nação otimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao color dos grandes ideais, e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera Nação.

Sê-lo-á.

Discurso de 30 de julho de 1930, *in* Discursos, vol. I, 5.^a ed., Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1961, pp. 72-87, 89-93, 95-96.

ANEXO IX

DISCURSO 6

A NOVA CONSTITUIÇÃO

Tinha que ser como se afirmou no início deste relatório, não um texto frio de meras fórmulas jurídicas de maior ou menor realidade, oriundo no todo ou em parte de sugestões estrangeiras, mas sim um documento vivo e consciente de princípios e factos relativos à estrutura do Estado que se lograsse adaptar intimamente às possibilidades nacionais.

Tinha também que se considerar a excecional delicadeza do momento presente.

O mundo moderno encontra-se numa agudíssima fase de transição em que domina a mais desconcertadora incerteza. São os próprios fundamentos da civilização e de toda a sociedade organizada que hoje se encontram ameaçados.

Se desejávamos fazer obra construtiva tínhamos que recapitular princípios essenciais, acautelar noções que se desvanecem na incerteza actual, atender enfim a uma realização de conjunto que desse ao Estado todos os elementos de resistência que as circunstâncias aconselham.

As democracias parlamentares, apoiadas no sufrágio universal e no domínio das clientelas partidárias realizaram no campo político, através de todos dos exageros do individualismo, as lutas sistemáticas do indivíduo contra o Estado, a revolta permanente dos átomos anónimos e dispersos contra a própria estrutura social que lhes garantia a existência.

Em pólo oposto se encontram os adoradores do Estado, que pretendem fazer deste uma divindade onipotente sob cujo carro se esfacem por princípio todas as garantias individuais. São as doutrinas confinantes do socialismo e do estatismo que tiveram influência mais ou menos próxima já em algumas das constituições a que mais acima fizemos referência.

A nossa Constituição marca uma posição intermédia que se adapta precisamente às necessidades nacionais e que é a que contém, por certo, uma maior soma de verdade.

Assim, corrigem-se, por um lado, os abusos do individualismo, reconhecendo os direitos insofismáveis e positivos dos grupos sociais e reintegrando estes na estrutura do Estado. No mesmo sentido se impuseram certas restrições às garantias individuais em virtude de motivos de ordem social e de bom comum, cuja razão de ser não pode sofrer

contestação.

Por outro lado, evitam-se todas as influências perigosas do socialismo, impondo-se ao Estado limitações de ordem moral e material que salvaguardem convenientemente as liberdades individuais reconhecidas como uma conquista do progresso.

As restrições impostas nos dois sentidos visam obter a conciliação possível entre tendências tão contraditórias, sem a qual muitos dos modernos problemas não encontrarão solução fácil. É sabido que o liberalismo económico teve sob vários aspetos consequências de grande utilidade para a vida do País. Mas não se ignora quantas ruínas acumulou nem restam ilusões sobre o desastre que representaria a continuação do seu predomínio. As modernas doutrinas coletivistas, sem dúvida encerram também algo a aproveitar. Convém por isso determinar a posição de equilíbrio que, correspondendo a um máximo de verdade e de baronia social, permita fixar em bases seguras princípios ou funções que não poderiam ficar fora dum documento desta índole.

«O Projeto da Nova Constituição Política do Estado», in *Diário de Notícias*, de 28 de Maio de 1932.

ANEXO X

A CAMINHO DO RENASCIMENTO

A Nação faz a sua cura, vence a sua crise, e, sofrendo embora, renasce para uma vida económica mais sã e mais intensa, facto de bem-estar e em certo modo de paz social. Assim ela renasça também neste ano que mal desponta, para uma vida espiritual mais bela, para uma cultura mais alta, para uma fé mais pura, para a alegria de se sentir apta a cumprir em todos os continentes a sua missão histórica.

Sob o olhar piedoso da Providencia tecemos nós, pobres mortais, por nossas mãos, este tecido da vida que será em grande parte como a fizemos, e mais apropriadamente que a quaisquer outros se aplicará o dito aos homens públicos a quem incumbe desprezar o seu interesse pelo comum, e combater pela coletividade em todos os campos o bom combate. *Bonum certamen certavi.*

E se com um trabalho ainda mais intenso, com uma dedicação ainda mais profunda, com um sacrifício ainda mais generoso for possível tornar Portugal mais digno, mais rico e mais amado, e mais fácil e feliz a vida para todos os portugueses, não teremos nem convertido nem desarmado um único dos inimigos desta obra de salvação nacional, mas teremos tirado deles a grande vingança, à maneira cristã.

Dilectio sola... ia a repetir uma frase de Santo Agostinho, mas receio que o conceito seja tido como perigosa manifestação de reacionarismo.

A Reorganização Financeira. Dois Anos no Ministério das Finanças, 1928 - 1930, Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1930, pp. 492-493.